



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MARIA MADALENA NORONHA DE VASCONCELOS**

**DOS ANTECEDENTES DO PNRA À PRODUÇÃO E GESTÃO  
DO ESPAÇO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO  
AMARALINA - VITÓRIA DA CONQUISTA: (Uma Fonte de  
Cobiça)**

Salvador  
2007

**MARIA MADALENA NORONHA DE VASCONCELOS**

**DOS ANTECEDENTES DO PNRA À PRODUÇÃO E GESTÃO  
DO ESPAÇO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO  
AMARALINA - VITÓRIA DA CONQUISTA: (Uma Fonte de  
Cobiça)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestra.

Orientadora: Prfa Dra. Guiomar Inez Germani

Salvador  
2007

---

V 331 Vasconcelos, Maria Madalena Noronha de  
Reforma Agrária: dos antecedentes do PRNA à  
Produção e gestão do espaço no Projeto de assentamento amaralina  
– Vitória da Conquista: (uma fonte de cobiça)  
Maria. M. N. de Vasconcelos – Salvador, 2007.  
157f. : il.  
Apêndices

Orientadora: Professora Guiomar Inez Germani  
Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da  
Bahia. Instituto de Geociências, 2007.

1 Geografia Agrária Brasil, Bahia e Vitória da Conquista (BA); 2 Os Antecedentes Estruturantes para a Reforma Agrária no Brasil; 3. Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) Objetivos e Metas: Avanços e Recuos; 4. A Bahia e os Arranjos para o Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA; 5 Vitória da Conquista: o papel na contextualização Sócio-Espacial na Região Sudoeste; 6 Retrospectiva histórica e a singularidade dos agentes produtores do Projeto Amaralina. I Germani, Guiomar Inez. II Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. III Título.

CDU 911.3632 (813.8) (043.3)

---

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA MADALENA NORONHA DE VASCONCELOS

**DOS ANTECEDENTES DO PNRA À PRODUÇÃO E GESTÃO DO  
ESPAÇO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO AMARALINA -  
VITÓRIA DA CONQUISTA: (Uma Fonte de Cobiça)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Geografia,  
Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Guiomar Inez Germani  
Doutora em Geografia, Universitat de Barcelona, Espanha

Creuza Santos Lage  
Doutora em Geografia, Université de Bordeaux III, França

Antônio da Silva Câmara  
Doutor em Sociologia, Université Paris VII

Salvador, 27 de março de 2007

*Dedico a concretização dessa dissertação, a duas mulheres significativas para a minha compreensão de que a luta, quando posta em primeiro plano se movimenta sem fronteiras e sem amarras.*

***In memoriam:***

*Noemi foi liderança do Projeto Amaralina, primeira presidenta da Associação dos Lavradores de Amaralina (ALFA), faleceu em 2000, vítima de uma doença respiratória, contraída, por um banho no Rio Verruga, logo no início da ocupação. Trabalhadora rural, Noemi foi uma mulher pioneira, tanto na luta pela ocupação da terra e autonomia dos trabalhadores e das trabalhadoras, quanto na quebra dos valores até então, existentes naquele espaço, onde as relações eram tão singulares, mas tão densas, quando a discussão era poder, sobretudo, entre homens e mulheres. A vida privada — da dona de casa, cozinheira, lavadeira, e muitas outras tarefas — se transmutou para a vida pública. Noemi andava todo o perímetro do Projeto estabelecendo relações — segundo ela de amor, solidariedade e fé — política, ultrapassando as fronteiras de seu limite físico. Um dos grandes débitos que Amaralina tem hoje é não ter produzido, ainda, uma mulher capaz de romper com as amarras das desigualdades de gênero no PA Amaralina, que Noemi começou e tanto tentou.*

*Dorothy, pertencente a uma comunidade das irmãs de Notre Dame, morava no Amazonas. Sintonzou o ritmo entre a Igreja pacífica e a Igreja de luta, entre a fé omissa e a fé autêntica e como mártir da fé e da ecologia, não teve fronteiras para apostar numa vida plena, em defesa das populações pobres, e da preservação do meio ambiente, indo até a morte, — para ela era um ato de amor e fé —. Seu gesto transcendeu as fronteiras da Igreja Católica e até os limites do próprio cristianismo. A Igreja Católica, as Igrejas cristãs, e as grandes instituições, ainda devem à humanidade uma palavra e uma atitude sobre a crise da fome, do desemprego, da devastação do meio ambiente e da ecologia como um todo. Dorothy já o fez com sua vida de forma contundente. Ela é mártir dessa mudança de época e, por seu sangue, insere a Igreja Católica, nos grandes desafios contemporâneos do planeta e de toda a humanidade.*

## AGRADECIMENTOS

*Todo esforço para compreensão de leituras em diversas escalas, é sempre um rompimento com o velho para a construção do novo. Esta pesquisa é antes de tudo uma dívida que não pode ser quitada, ela jamais poderia ser concretizada sozinha por mim foi, sobretudo, um ato coletivo. Por isso, agradeço a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para construir, confrontar, acirrar ou amenizar minhas inquietações sobre os rumos dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Projetos de Reforma Agrária.*

*São tantos e tão especiais...*

*Às minhas filhas Lú Janaynna, Apoenna Marina, por tudo: pelo companheirismo, carinho e apoio fundamental, sem palavras...*

*Ao meu companheiro Emanuel e minha mãe Engracia, pelas tolerantes compreensões das ausências, em detrimento das leituras: pelo carinho e apoio.*

*À memória de meu pai José Alfredo, que nos deixou no percurso da construção dessa pesquisa. Meu sogro Israel que também, nos deixou ano passado: saudades...*

*Aos queridos: irmão(a)s Socorro, maninha, Fefedo, Paulo, Neto, Marcos Sérgio e Marcinha; sobrinhos: Alfredinho, Djanilson, Denilson, Diana, Carolina, Sophia, Isabela, Camila, Paulinha. Nayara, Nayanna, Thalita, Jonathas, Antônio Neto, Thayna, Luana e Eric; cunhado(a)s: Alzira, Nira, Zé, Amélia, Jorge, Cláudio, Luiz, Marcos Valério, Marcos Vinícius e a sogra Evanira. A todos vocês: obrigada, sobretudo, pelo carinho apoio e motivação.*

*Especialmente, para minha orientadora querida Guiomar, sempre receptiva e atenciosa acima de tudo, uma amiga mestra. Aos meus co-orientadores, Creuza e Antônio Câmara, a todos vocês: meu muito obrigado pelas contribuições neste novo vislumbrar.*

*Aos meus mestres da Pós-Graduação em Geografia, Dora, Ângelo Serpa, Pedro Vasconcelos, Neide, Bárbara e Sílvio: obrigada pelas reflexões, e apoio fundamental nas horas necessárias.*

*Aos amigos(a)s da Pós-Graduação: Suze, Jânio, Lú, Rita, Jorginho e James: agradeço pelo companheirismo e o convívio em aprendizagem.*

*Aos funcionários da casa, Dirce (secretária) sinceros agradecimentos pela desburocratização quando necessário. Jô (bibliotecária) especialmente pelas informações tão fundamentais.*

*A todos aqueles que trabalharam comigo no PA Amaralina e os que contribuíram nas entrevistas: pela confiança e doação de seus tempos, pelo compromisso com estes trabalhadores.*

*Especialmente, a todos os assentados e assentadas do Projeto Amralina: meu muito obrigada por possibilitarem essa experiência enriquecedora e gratificante, da maior importância para meu crescimento profissional e como ser humano.*

*No lar, a mulher é o proletário e o homem é o burguês, ou ainda, a mulher é o proletário do proletário*

*Karl Marx, 1842*

*Essa cova em que estás,  
com palmos medida,  
é a cota menor  
que tiraste em vida.  
É de bom tamanho,  
nem largo nem fundo,  
é a parte que te cabe  
deste latifúndio.  
Não é cova grande,  
é cova medida,  
é a terra que querias  
ver dividida.  
É uma cova grande  
para teu pouco defunto,  
mas estarás mais ancho  
que estavas no mundo.*

*João Cabral de Melo Neto, 1984*

## RESUMO

Este estudo analisa dois grandes contextos temporalmente opostos, porém análogos ao modelo da estrutura agrária brasileira. Um diz respeito aos fatores estruturantes do processo de formação territorial e aos problemas relativos à questão fundiária brasileira. O outro está na implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985. Apesar da política de pactuação entre o governo e setores populares, a reação da classe dominante contra o Plano, e os compromissos do Estado com esta classe, restringiu este a um instrumento que tentou melhorar a forma de consolidação das relações capitalistas no campo, sem efetivamente modificar a estrutura agrária que a despeito desse processo, continuou bastante concentrada. O Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) foi oficialmente implantado na Bahia em 1986, respeitando as diretrizes do PNRA. Mas as ações efetivas deste, só tiveram início em 1987, quando o Estado criou um aparato burocrático, materializado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), que juntamente com o INCRA e a Prefeitura de Vitória da Conquista, formaram uma “tríade tutelar” na produção e gestão do espaço do Projeto Amaralina. O Município de Vitória da Conquista em situação de crise estrutural, ocasionada pela perda de subsídios por parte do Governo Federal aos cafeicultores, num acordo institucional, incluiu em 1987, o primeiro projeto de assentamento da Região Sudoeste da Bahia, o Projeto de Assentamento Amaralina. Nos procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa documental com leituras sobre Reforma Agrária, Estado e os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia, tendo como eixo orientador para interpretação dos fenômenos as categorias de análise da geografia — Território, lugar, região e paisagem — donde o espaço foi a própria categoria estruturante. Com base nos pressupostos da Pesquisa-Ação procedeu-se reuniões e entrevistas com os assentados e técnicos das instituições que operaram o PRRA. Fundamentada no método dialético através da observação participante estes dois movimentos operados em escalas geográfica — visto tempo-espaço em seus diferentes tamanhos de realidade — nos permitiram constatar que a forma de distribuição de terras adotada pelo PNRA/PRRA, com políticas compensatórias, não atingiu os objetivos desse plano que almejava a reprodução econômica nos projetos de assentamentos. O saldo da aplicação de “parcos” investimentos, tanto causou diferenciação no próprio *lôcus* do PA Amaralina como os fragmentou na capacidade produtiva — devido à orientação para investimento na atividade pecuária — e nas relações sociais. A situação no assentamento Amaralina e de maneira geral para os pequenos produtores é um contexto de proletarização rural, com renda negativa, baixa produtividade e diminuição das propriedades menores.

Palavras-chave: PNRA/PRRA; Reforma Agrária; Espaço Geográfico, Território, Projeto Amaralina: Estado; Estrutura Fundiária. Região, lugar e paisagem.

## ABSTRACT

This study analyzes two great opposing contexts, but secularly analogous to the model of the Brazilian agrarian structure. One discusses the structuring factors of the process of territorial formation and to the problems related to the Brazilian agrarian question. The other is in the implementation of the National Plan of Agrarian Reform (PNRA), in 1985. In spite of the pactuation politics between the government and popular sectors, the reaction of the ruling class against the Plan, and the commitments of the State with this class, restricted this plan at one instrument that tried to improve the way of consolidation of the capitalist relations in the field, without effectively modifying the agrarian structure that in spite of this process, continued quite concentrated. The Regional Plan of Agrarian Reform (PRRA) was officially implanted in Bahia, in 1986, respecting to the guidelines of PNRA. But the effective actions of this Plan, had just begun in 1987, when the State created a bureaucratic apparatus, materialized for the Company of Development and Regional Action (CAR), that with the INCRA and Prefecture of Vitória da Conquista, had formed a “guardian triad” in the production and management of the space of Amaralina Project. The borough of Vitória da Conquista in situation of structural crisis, caused for the loss of subsidies supplied by the Federal Government to the coffee producers, in an institucional agreement, included in 1987, the first project of settlement of the Southwest Region of the Bahia, the Project of Amaralina settlement. In the methodological procedures, it was used documentary research with readings on the Agrarian Reform, State and the base theoretical-metodological of Geography, having as orienting axle for interpretation of the phenomena the categories of analysis of the geography - Territory, place, region and landscape - from where the space was the proper structuring category. Based on the Research-Action method, it was realized meetings and interviews with settled people and the technician from the institutions that had operated the PRRA. Based on the dialectic method, through the participant observation these two movements operated in scales geographic – for example time - space in its different sizes of reality – and allowed us to note that the form of land distribution adopted by the PNRA/PRRA, with compensatory politics, did not reach the objectives of this plan that aimed for the economic reproduction in the settlement projects. The balance of the application of “sparing” investments, in such a way, caused differentiation in proper locus of the PA Amaralina and also fragmented them in the productive capacity – due to the orientation for investment in the livestock-farming- and in the social relations. The situation in the Amaralina settlement and, in a general way, for the small producers is a context of agricultural proletarianization, with negative income, low productivity and reduction of the little properties.

Key-words: PNRA/PRRA; The Agrarian Reform; Geographic space, Territory, Amaralina Project, State; Agrarian structure, Region, place and landscap.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização Geográfica do Município de Vitória da Conquista	23
Figura 1 -	Imóveis grilados no Brasil (1998)	47
Figura 3 -	Brasil: Assassinatos no campo (1980 a 1985)	53
Figura 4 -	Brasil: PNRA metas, famílias e área (1985-1989) (Km <sup>2</sup> )	62
Figura 5 -	Brasil: Famílias Acampadas e Assentadas	71
Figura 6 -	Estado da Bahia no contexto de Região Nordeste	75
Figura 7 -	Bahia: Assassinatos no campo (1984, 1987, 1980, 1990)	78
Figura 8 -	Bahia - Evolução da população (1962 – 2000)	79
Figura 9 -	Bahia - Utilização das terras (1980)	83
Figura 10 -	Bahia: Regiões de Planejamento da CAR	86
Figura 11 -	Região Sudoeste da Bahia	93
Figura 12 -	Vitória da Conquista – população rural, urbana e total (1970, 1980, 1991, 1999)	94
Figura 13 -	Evolução da produção do café no Planalto de Vitória da Conquista (em toneladas)	97
Figura 14 -	Paisagem Projeto Amaralina (1987)	105
Figura 15 -	Divisão espacial do projeto Amaralina (1987)	107
Figura 16 -	Projeto Amaralina – evolução da população (1987 – 2002)	111
Figura 17 -	Amaralina - utilização do Rio Verruga (1987)	112
Figura 18 -	Nucleação e número de famílias no PA Amaralina (1988)	115
Figura 20 -	Projeto Amaralina: Culturas plantadas nos núcleos (2002)	122
Figura 21 -	PA Amaralina área de pastagem (2002)	123
Figura 22 -	PA Amaralina: plantação de café (2002)	123
Figura 23 -	PA Amaralina: Núcleo Baixa da Fatura	125
Figura 24 -	PA Amaralina: Arte dos alunos Núcleo Baixa da Fatura	125
Figura 25 -	PA Amaralina: Alunos da Turma Seriada Núcleo Canaã (2002)	126
Figura 26 -	Alunos da Alfa e 1ª série Núcleo Landin (2002)	126
Figura 27 -	PA Amaralina: Barragem do Landin (2002)	128

Figura 28 -	PA Amaralina: Residência com infra-estrutura (2002)	129
Figura 29 -	PA Amaralina: residência sem infra-estrutura (2002)	129
Figura 30 -	Agrovila com infra-estrutura no PA Lagoa Caldeirão (2002)	129
Figura 31 -	Agrovila sem infra-estrutura no PA Lagoa Caldeirão (2002)	130
Figura 32 -	Projetos de Assentamento em Vitória da Conquista (2002)	137

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Brasil: utilização das terras por atividades econômicas (1920 - 1985)	32
Tabela 2 -	Brasil: utilização das terras segundo classe de área (1940, 1970, 1985) (em ha) (%)	32
Tabela 3 -	Brasil: número de estabelecimento por classe de área (1940 – 1985)	49
Tabela 4 -	Brasil: área ocupada em estabelecimentos por estrato de classe (1940 – 1985)	49
Tabela 5 -	Brasil: conflitos fundiários (1971 - 1976) ( %)	50
Tabela 6 -	Brasil: Metas do PNRA na nova República (1985 – 1989)	60
Tabela 7 -	Assentamentos Rurais no Brasil (1965 – 1993)	70
Tabela 8 -	Bahia: Estabelecimentos e grupos de áreas (1970, 1980, 1995) (%)	76
Tabela 9 -	Bahia: Área Segundo utilização (1976, 1980, 1995)	76
Tabela 10 -	Bahia - pessoal ocupado na lavoura (1980)	77
Tabela 11 -	Bahia - condição do responsável nos estabelecimentos (1940, 1970, 1980) (em ha)	78
Tabela 12 -	Bahia: Projetos de Assentamentos – metas previstas (1985 – 1989)	87
Tabela 13 -	Bahia: Síntese do PRRA (1986 - 1987)	88
Tabela 14 -	Bahia: Projetos de Assentamentos na (1987 - 2002)	89
Tabela 15 -	Taxa de urbanização e densidade da Região Sudoeste e Município de Vitória da Conquista	95
Tabela 16 -	Região Sudoeste – utilização das terras por atividades econômicas (1980, 1985, 1995)	100
Tabela 17 -	Vitória da Conquista – utilização das terras por atividades econômicas (1980, 1985, 1996)	100
Tabela 18 -	Vitória da Conquista – estabelecimentos por grupo de área total (ha) (1980, 1985, 1996)	102
Tabela 19 -	Vitória da Conquista: Projetos de Assentamentos (1987 – 2001)	102
Tabela 20 -	Projeto Amaralina - culturas e áreas plantadas (1999 – 2002)	119

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>OS ANTECEDENTES ESTRUTURANTES DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL – DAS SESMARIAS Á INDUSTRIALIZAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
2.1	A LEI DE TERRAS, OS PARÂMETROS JURÍDICOS E CONSTITUCIONAIS PARA CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA.....	27
2.2	DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA ÀS REFORMAS DE BASE.....	33
2.3	A ASPEREZA DO ESTADO: DO ESTATUTO DA TERRA À (DES) INTEGRAÇÃO TERRITORIAL.....	39
<b>3</b>	<b>PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA) OBJETIVOS E METAS: AVAÇOS E RECUOS.....</b>	<b>55</b>
3.1	EXECUÇÃO DO PNRA (DE SARNEY A FERNANDO HENRIQUE.....	64
3.1.1	Novo mundo rural.....	66
3.1.2	As metas do PNRA e a realidade fundiária.....	69
<b>4</b>	<b>A BAHIA E OS ARRANJOS PARA O PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA — PRRA.....</b>	<b>72</b>
4.1	O PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PRRA): OBJETIVOS E METAS.....	81
4.1.1	Os parâmetros do PRRA na Bahia.....	81
4.1.2	As metas e fontes de recursos do PRRA.....	87
<b>5</b>	<b>VITÓRIA DA CONQUISTA: O PAPEL NA CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA REGIÃO SUDOESTE.....</b>	<b>91</b>
5.1	O CAFÉ E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	95
<b>6</b>	<b>RETROSPECTIVA HISTÓRICA E A SINGULARIDADE DOS AGENTES PRODUTORES DO PROJETO AMARALINA.....</b>	<b>104</b>
6.1	O ÉTHOS DA ACAMPAMENTO E O PERCURSO BUROCRÁTICO RUMO AO MODELO DO ASSENTAMENTO.....	108
6.1.1	Estrutura produtiva em Amaralina.....	116

<b>6.1.2</b>	<b>Educação, saúde, Saneamento e habitação no PA Amaralin.....</b>	<b>123</b>
<b>6.2</b>	<b>OS ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESPACIAL NO PA AMARALINA.....</b>	<b>130</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>138</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>145</b>
	<b>APÊNDICE A — Delineamento Metodológico do Projeto de Pesquisa.....</b>	<b>148</b>
	<b>APÊNDICE B — Roteiro de Entrevista do Projeto Amaralina.....</b>	<b>152</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como temática de estudo, o modelo de assentamento da reforma agrária, implantado no Projeto Amaralina, situado no Município de Vitória da Conquista, visto os arranjos institucionais concebidos no I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e os operacionais do Plano Regional de Reforma Agrária na Bahia (PRRA). Este, institucionalizado pela Companhia Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), que juntamente com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), empreenderam ações diretas que embora atomizadas, estavam essencialmente voltadas para o controle político e técnico da gestão desse espaço.

Nesse sentido, o objetivo central da pesquisa pautou-se na análise das ações implementadas pelo PRRA e as conseqüências advindas, dos mecanismos institucionais empreendidos pelos diversos agentes presentes no Assentamento Amaralina. Cujos elementos, contribuíram significativamente na configuração de novas especialidades no Município e na Região Sudoeste. Buscou-se essencialmente, avaliar o modelo de produção e de gestão desenhado nesse espaço, que se fundamentou nos objetivos precípuos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) tendo como eixo central a capitalização da pequena produção através da reprodução econômica desta. Para tanto, caracterizou-se os antecedentes estruturantes à implantação do PNRA no Brasil e do PRRA na Bahia visto seus objetivos, metas; o papel e a estratégia dos atores sociais envolvidos.

O entendimento de que débito da estrutura sócio-econômica brasileira, constituída, ao longo dos séculos, está diretamente relacionado aos moldes da formação territorial, e particularmente à produção do espaço agrário — este promovido inicialmente pela assimetria de uma classe social dominante-colonial, preservando-se até hoje, através do limitante tripé da **subordinação, expropriação e exploração**, — nos fez compreender a importância de num primeiro momento, traçar uma breve análise da estrutura fundiária do país — esta detentora de uma concentração, progressiva há cinco séculos, tendo a terra como elemento de valor especulativo —, e de alguns mecanismos institucionais, utilizados pelo Estado tais como: os sistemas jurídicos e as políticas territoriais.

O marco histórico temporal da pesquisa delimitou-se do ano de 1987 até 2002, com enfoque nas políticas agrárias, territoriais e, prioritariamente, no Plano Nacional e Regional de Reforma Agrária, no contexto de sua operacionalização em Vitória da Conquista.

A delimitação espacial teve duas abrangências de escalas: uma se afigurou no contexto brasileiro, visto o modelo da estrutura agrária e agrícola, e os elementos de arranjo espacial do PNRA; a outra se situou no Projeto de Assentamento Amaralina — contextualizado em seus aspectos estruturantes — área objeto de estudo, localizada no Município de Vitória da Conquista. Figura 1 Localização Geográfica do Município de Vitória da Conquista.

A escolha do PA Amaralina como campo de investigação específica, fez parte de uma preocupação da pesquisadora, que vivenciou esta experiência como técnica da CAR assessorando o projeto desde o início de sua ocupação, em 1987. Entendendo de antemão, que o modelo de política agrícola do PNRA/PRRA, direcionado para estes segmentos, não ultrapassou a pulverização anti-econômica da terra. Nesse sentido, a função organizadora dos interesses da classe dominante que o aparelho de estado desempenhou, ao longo da produção e gestão desse espaço, acabou promovendo a fragmentação destes pequenos produtores e diferenciação econômica no interior do Projeto de Assentamento.

À luz das premissas dos paradigmas da geografia e da sociologia, se construiu uma matriz teórico-analítica do método de interpretação dos fenômenos, que estruturam os processos sociais no PA Amaralina. Entendendo-se assim, que a produção espacial do presente impacta sobre o futuro.

A pesquisa foi fundamentada, nos princípios do método filosófico do materialismo histórico — para interpretação da lógica da realidade desse espaço construído — e teve como eixos norteadores a **observação a análise** e a **síntese**, os quais nos permitiram a reflexão da problemática à luz da base teórica e da constatação empírica, para interpretação da realidade investigada, dos elementos que circundam a natureza da significação do contexto geral, e das transformações do modo de vida dos assentados.

Para a análise das estruturas espaciais em Amaralina, priorizou-se as categorias de análise da geografia tais como: lugar, paisagem, região, território e espaço geográfico — sendo o espaço a categoria fundante — considerando-se que estas, delimitam e configuram as

relações entre os objetos e o conjunto das ações.

No campo empírico-analítico, se trabalhou as variantes estruturais e conjunturais, mensuradas, por duas escalas temporais, onde se denominou no percurso metodológico de **momentos**. O primeiro momento refere-se à incorporação do Projeto de Assentamento Amaralina, aos programas operacionais do PRRA, identificando-se as formas de aplicação dessas políticas e as estratégias direcionadas pelo INCRA, CAR, Prefeitura municipal e entidades da sociedade civil, em 1987. No segundo momento, analisou-se a conjuntura de retirada das instituições do projeto Amaralina em 1994. — Tais instituições públicas, sofreram medidas de desmontes por parte dos governos federal, estadual e municipal —. A partir desse período, foram constituídos novos modelos de produção e gestão nesse espaço.

A nosso ver, a importância do caráter científico desse estudo, reside no fato de que os acontecimentos humanos, históricos e sociais não se dão por acaso, ao contrário, estão sempre relacionados entre si. Mesmo que tais relações não sejam explícitas, evidentes ou conscientes, busca explicar a realidade através da mesma, e em última instância, compreender e analisar os fatos sociais, incluindo-se aí, a história do desenvolvimento das sociedades nas suas mais complexas relações.

Dessa forma, compreendemos que a relevância social da pesquisa, se assenta primeiramente, nos elementos fornecidos por ela mesma cujos, deverão permitir aos sujeitos envolvidos a apreensão dos indicadores empíricos e teóricos, margeados sempre pelas categorias presentes — no PA Amaralina, dimensionadas pelo PRRA e pelos movimentos sociais —. Assim, a partir da leitura do resgate histórico e do papel deles mesmos enquanto sujeitos sociais, imbricados com as problemáticas que antecederam e estão presentes na estrutura econômica e fundiária, será possível estes interpretarem o significado dos grupos sociais e das situações históricas. Entendendo assim, que este processo constrói novas apreensões e alterar a conduta no sentido de transformação da realidade dada.

Com relação aos procedimentos metodológicos, utilizados na pesquisa secundária, constituiu-se inicialmente, de uma revisão bibliográfica sobre a natureza da produção espacial, a problemática agrícola e agrária, o papel do Estado e dos movimentos sociais. Para tanto, se recorreu às abordagens consideradas clássicas e aos estudos contemporâneos. No entanto, o desdobramento da análise mais aprofundada, se fez na leitura do PNRA e PRRA,

analisando-se os próprios planos, projetos, artigos bem como, outros acervos disponíveis sobre estas questões.

Quanto a coleta dos dados primários, utilizou-se técnicas com instrumentos de observação participante e entrevistas qualitativas junto a 10 (dez) famílias assentadas no Projeto Amaralina, e 3 (três) técnicos egressos desse projeto. Tendo como base, o roteiro de entrevistas<sup>1</sup> criteriosamente produzido para a realização desse pesquisa.

Outras informações foram colhidas através de diversas reuniões, seminários, ciclos de palestras com os assentados do PA Amaralina e outros projetos do Município de Vitória da Conquista. Bem como, com lideranças e trabalhadores vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Núcleo de Pesquisa Agrária da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista e os ex-técnicos e assessores do PA. Além, de um valioso acervo de projetos, relatórios e avaliações que a pesquisadora tinha armazenado ao longo do tempo.

Com base no estudo do acervo documental, pudemos compreender como premissa básica, que os caminhos que levaram a necessidade da oficialização da reforma agrária no país, sempre foram dicotômicos. Por um lado, fizeram parte de acúmulos históricos de exclusão e resistência da pequena produção e do proletariado rural e urbano. E por outro lado, esta política ao ser determinada por atos institucionais, sempre se afastou dos interesses dos trabalhadores do campo e da cidade. O que de certa forma, promoveu grandes instabilidades políticas e amargos conflitos entre classes sociais.

O desenvolvimento do estudo se distribuiu em sete capítulos. O primeiro é parte integrante dessa abordagem, a introdução. O segundo se refere a uma periodização do que poderíamos considerar os antecedentes estruturantes da reforma agrária no Brasil, onde se abordou o modelo de produção do espaço agrário, empreendido no Brasil, desde a chegada do colonizador em 1500. Foi através do Regime de Sesmarias, com doações de porções de terras aos donatários, que foi iniciado, o processo de expropriação dos nativos, com doações dessas terras, aos “**novos donos**”, ocasionando assim, profundas desigualdades sociais presentes até hoje, na estrutura fundiária.

---

<sup>1</sup> Roteiro de entrevista Apêndice B.

Contextualizou-se também, os principais instrumentos jurídicos que normatizaram a forma de propriedade do uso e pose da terra. Dentre eles a de Lei de Posses de 1822, Lei de Terras de 1850 e a Constituição de 1946. Por sua vez, o Estatuto da Terra e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PND), nas décadas de 1960/1970, se tornaram instrumentos de estratégias geopolíticas, reguladoras e direcionadas para um tipo de ocupação extensiva, com a abertura de fronteiras nas chamadas “**áreas vazias**”, para empreenderam grandes projetos da chamada integração nacional, — com aplicação de fortes investimentos nas empresas multinacionais e nacionais —, promovendo assim, o deslocamento das lutas pela reforma agrária. Estes instrumentos foram responsáveis pela nova expansão territorial, dando uma diferente configuração no espaço agrário brasileiro e provocando rapidamente, profundas modificações na estrutura fundiária do país.

O terceiro capítulo, nos remeteu a uma análise das estratégias utilizadas pelo governo de transição democrática da “**Nova República**” e segmentos da sociedade civil, — ou mais precisamente, o que denominamos a grande pactuação dos “**velhos agentes**” — para implementar o PNRA. Este aprovado em 10 de outubro, de 1985, objetivava modernizar as relações no campo. Estrategicamente, visava por um lado, mitigar os efeitos deixados pelo regime militar — levas de trabalhadores sem terra, sem trabalho, em situação de mendicância — e por outro lado, dar solução ao velho problema de abastecimento das cidades — que se tornava mais crítico — e absorção dos excedentes populacionais, contingenciados nos grandes centros urbanos. O PNRA foi visto à luz do modelo teórico — objetivos traçados pelas correntes desenvolvimentistas — e operacional — delimitação de metas, áreas e recursos.

O quarto capítulo inseriu a Bahia, num contexto estrutural e conjuntural visto os arranjos espaciais para a implementação do PRRA, elencando-se assim, suas particularidades desde a ocupação efetiva pelos portugueses, onde o Estado brasileiro apresentava as aptidões naturais e possibilidades econômicas para implantação da cultura da cana-de-açúcar. Processo esse, que legitimou a primeira trama do poder do Estado e das classes dominantes, configurando-se assim, um padrão de estrutura fundiária altamente concentrada, que historicamente desenhou uma desigual distribuição de riqueza. Daí entender-se o quadro agudizante que requeria urgentes medidas em 1985.

O quinto capítulo situa o contexto territorial da pesquisa, o Município de Vitória da

Conquista, onde se insere a delimitação espacial de nosso objeto empírico de estudo o Projeto Amaralina. Nesse sentido, abordou-se a particularidade do Município no contexto regional, como um entreposto comercial de animais no período colonial e sua histórica vocação para a pecuarização, definindo-se com o perfil de grande concentrador de terra e de renda.

Para melhor entendermos a urgência de implementação do PRRA em Vitória da Conquista, nos centramos na década de 1970, auge da produção da cultura do café. Esta cultura, ao ser implantada foi paulatinamente, incorporando as áreas da pequena produção de subsistência, provocando mudanças nos padrões tecnológicos, num curto período de tempo. A cafeicultura atraiu grandes contingentes de trabalhadores — já sem terras — para o centro da cidade o que provocou certa densidade urbana e crescimento do comércio. As relações de trabalho entre os catadores de café e os patrões, se estabeleciam nos limites mais perversos da exploração dessa força de trabalho.

Os fatores estruturais da política de concentração fundiária e a situação emergencial de retirada de subsídios, por parte do governo aos produtores do café — causado pelo rompimento do Acordo Internacional do Café, em 1985 — levaram o Município a uma crise sem precedentes, ocasionando a redução da produção do café ou mesmo, o reinvestimento na pecuária. O desaquecimento do mercado de oferta de trabalho, a acentuação do fluxo campo/cidade, e, por fim, uma forte depressão social, foram as conseqüências mais imediatas.

O sexto capítulo é o subespaço projeto Amaralina, nosso recorte espacial de investigação. Nele se buscou entender o processo de embate travado na produção espacial desse projeto pelos diversos atores presentes. Compreendo que de forma desigual, havia uma convergência de ambos os segmentos nesse *campus* de poder: a luta pela imediata sobrevivência da produção familiar e pela grande possibilidade da reprodução econômica ampliada desses produtores.

O projeto Amaralina não se definiu como uma ocupação espontânea dos trabalhadores, que, por direito, se tornaram seus legítimos ocupantes. Esse empreendimento fez parte de um projeto do governo municipal e estadual, formando um bloco do poder, para atenuar a crise deixada pela “nova” forma, gananciosa de investimentos, na agricultura para produção cafeeira, em larga escala no Município. Estes somaram forças institucionais, políticas e econômicas para moldarem o Projeto de Assentamento.

A estratégia inicial da prefeitura local, para suprir as necessidades básicas do Município e da Região, era transformar esse empreendimento tanto num celeiro de abastecimento hortigranjeiro — contando com a força de trabalho dos poucos trabalhadores sem terras, que iriam ser indicados pelo Sindicato Rural e prefeitura — quanto na expansão do solo urbano para a classe média; e áreas de atrativo turístico rural. O que requeria deste poder, de imediato, o controle da posse da terra, tanto através da imissão de posse, como da seleção de seus pares eleitos. Até porque, corriam o risco desta terra ser ocupada pela grande leva de trabalhadores rurais, desempregados das fazendas de café.

Mas no processo de implementação, este projeto perdeu fôlego. Por um lado, os objetivos centrais do PRRA, visavam apenas investimento na agricultura — grande parte destes foram aplicados na pecuária extensiva, em detrimento de culturas alimentares. Por outro lado, a correlação de forças — até então naquele momento de definição para ocupação dos lotes —, entre a tríade do poder e os segmentos do movimento sindical, social e da Igreja, tomou dimensões incontroláveis visto a efetivação de qualquer proposta que não contemplasse a grande massa de trabalhadores, sem condição de subsistência naquele momento.

E certo que as ações implementadas pelo PRRA, em 1987, através de mecanismos institucionais empreendidos pelos distintos órgãos, visto a definição de um modelo de produção espacial e gestão no Projeto Amaralina, este margeado pelas determinações gerais da política de modernização do Programa de Apoio a Pequena Produção (PAPP), determinou os elementos constituidores de possibilidades de reprodução econômica ampliada de alguns poucos e semi-proletarização de muitos destes assentados.

A retirada simultânea da área/projeto de toda estrutura dos gestores, forçou um novo patamar de lutas para estes trabalhadores, que “órfãos”, se engajaram num processo de mobilização junto aos organismos institucionais, com o intuito, de garantirem sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, parcela se articulou ao MST, dando início a concepção de outro modelo de assentamento e outras formas de potencialização política, formando redes de ocupações que por sua vez, foram reconfigurando a estrutura fundiária do Município.

Entende-se que estes trabalhadores, ao adquirirem a cultura do espaço político e de representação simbólica nos movimentos sociais, construído por eles e outros agentes sociais, ocasionam aí, a “gênese de classe”, reproduzida na organicidade das negociações com o Estado e no interior do próprio projeto, o que faz surgir o *locus* da concorrência interna, de certa forma, permite a estes adquirirem um novo ganho de capital social. No entanto, do ponto de vista das conquistas econômicas, a estrutura da organização da produção através das cooperativas implementadas por estes, é uma reprodução do projeto desenhado em 1987, pelo Estado.

Dessa forma, percebeu-se que alguns trabalhadores, ao lidarem com as novas espacialidades, admitem o valor desse espaço em todas as suas formas de manifestações e este aparece frente ao processo de produção e reprodução do capital. Neta nesta lógica, a terra é categoria de valor e o trabalho de lucro.

No sétimo capítulo considerações finais, elencou-se alguns indicadores estruturantes do modelo do espaço agrário brasileiro; os arranjos institucionais e os mecanismos dos sujeitos presentes, na produção do espaço Projeto Amaralina, consolidando um modelo de gestão à moda interventiva. Com base nas leituras teóricas e empíricas, apontou-se um quadro das tendências mais recentes, ou seja, a *posteriori* o PNRA/PRRA, tanto para as categorias de grandes produtores e pequenos produtores, essencialmente os do Projeto Amaralina.

Por fim, julgamos necessário afirmar de antemão, que esse estudo teve indicadores dinâmicos e temporais em si, e, como tal, não tivemos a pretensão de exaurir tão complexa temática, nem esgotar todas as formulações teóricas existentes, tampouco acreditamos que esta pesquisa, tenha revelado toda riqueza vivida pela pesquisadora, durante seis anos em contato direto com os assentados do projeto Amaralina e as diversas instituições presentes, e nem adentrou totalmente na complexidade que se afigura neste *locus* de produção e reprodução das relações sócias até porque, compreende-se *exempli gratia* que:

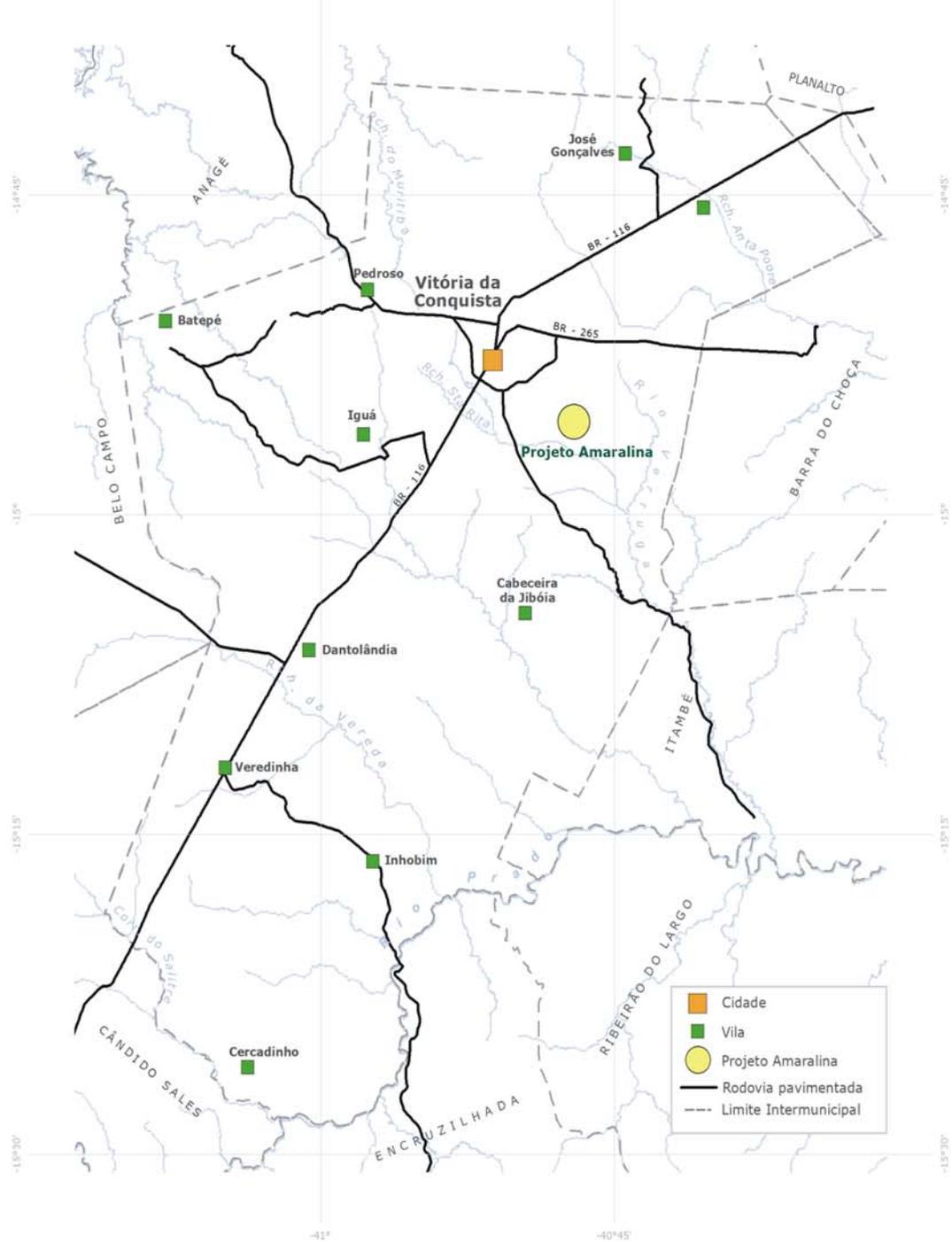
[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada e subordinante. É como outras instâncias, o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia (SANTOS, 1978, P. 145).

Essa pesquisa objetiva acima de tudo, que o esforço de organização dessas reflexões sirva de estímulo para suscitar novos estudos sobre a compreensão do espaço-tempo histórico,

a fim, de que capte as transformações operadas pela realidade que circunda o universo de parcela destes produtores, segregados no Projeto de Assentamento.

Figura 1

Localização Geográfica do Município de Vitória da Conquista



Fonte cartográfica: SEI - CONDER; SRH  
 Fonte dos dados: INCRA  
 Elaboração: Madalena Noronha, 2002.

0 5 10 20 30 Km  
 1:500.000

## 2 OS ANTECEDENTES ESTRUTURANTES PARA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL – DAS SESMARIAS À INDUSTRIALIZAÇÃO

O estudo da agricultura brasileira tem se caracterizado por amplos debates teóricos acerca dos moldes significativos da penetração e reprodução do capital no campo expressado, sobretudo, no papel dos agentes produtores e reprodutores da estrutura agrária. Dado as formas particulares de seu desenvolvimento, este setor, desde a ocupação efetiva dos portugueses, se tornou elemento preponderante na formação econômica e política brasileira, responsável pela expansão territorial e configuração do espaço rural e urbano do País.

Historicamente, a estrutura agrária brasileira tem seu traço fundamental pautado no caráter concentrador da posse e uso da terra, desde os primórdios da colonização, através do sistema jurídico português as sesmarias<sup>1</sup>. O parcelamento do território através do sistema político de Capitânicas Hereditárias<sup>2</sup> entre o período de 1534 a 1536 atribuiu direitos e deveres regulamentado por documentos chamados Forais – uma espécie de contrato onde colonos e sesmeiros, tinham que pagar tributos à Coroa e aos capitães-mores para facilitar a colonização das terras. Em que pese às determinações gerais de Portugal limitando estas distribuições à capacidade de exploração a cada concessionário por tempo de uso, para não acumular terras na mão de uma só pessoa. No entanto, Martin Afonso, concedeu estes títulos por uso perpétuo.

No tocante à concessão de terras, tinha o donatário poderes para vendê-lo como melhor lhe aprouvesse, sem pensão nem foro, apenas com o dízimo à Ordem de Cristo (um décimo dos frutos colhidos, criado por D. Afonso II), em 1218, em Portugal (MIRAD/INCRA, 1987 p. 15).

---

<sup>1</sup> Convertendo-se na primeira Lei escrita de Sesmarias em 1375, baixada por D. Fernando I, essa Lei tinha a finalidade de obrigar os proprietários a cultivar e semear as terras, caso não o fizessem deveria ceder parte a um agricultor para que realizasse a lavoura, foi de certa forma, uma interferência na propriedade agrária dos senhores feudais de Portugal para salvar a agricultura. Eram lotes de terra incultos ou abandonados que os Reis de Portugal cediam aos sesmeiros para cultivá-lo. No Brasil é uma antiga medida agrária. A légua tem 3.000 braços ou 6.600 metros.

<sup>2</sup> Este sistema implantado no Brasil permitiu os seus donatários, grandes regalias diante da administração, podendo implantar engenhos, receber taxas de impostos e distribuir terra. Cada lote era constituído por uma capitania, medindo teoricamente 50 léguas de costa, com 15 lotes doados a 12 donatários.

Com expansão, sobretudo, na costa, do litoral baiano, lugar geograficamente favorável à implantação de engenhos de açúcar, entretanto, qualquer outra área poderia está incluída para fins de outras explorações econômicas.

Embora houvesse sido estabelecido limites para as sesmarias — a área máxima deveria ser de três léguas ou meia légua, dependendo da capitania — estes nunca foram respeitados, encontrando-se, nos escritos sobre o assunto, citações sobre os mais abusivos tamanhos de sesmarias concedidas. Normalmente, as sesmarias doadas no nordeste eram maiores do que as doadas no sul. (SILVA, Francisco, 1978, p. 17).

Essa produção organizada do açúcar para o comércio europeu, tendo como base o binômio senhor do engenho e o trabalho escravo, tanto desenhou os primeiros passos da formação social e do trabalho no Brasil — implantando a propriedade privada, concentrando grandes latifúndios — como configurou uma forma de colonização do território com distribuição extremante desigual.

Foi o modo de produção do açúcar aqui implantado que conformou nos primeiros tempos da colonização o regime de terras e, demais, tôda a sociedade que então sôbre êle se erguia. {...} A sesmaria encontrara no açúcar o seu destino econômico. (GUIMARÃES, Alberto, 1968, P. 45).

A estrutura de classe da colônia foi se formando, pouco a pouco, em virtude da necessidade da expansão territorial. Composta pelos senhores de engenho, proprietários, trabalhadores — formados por uma extensa massa de escravos negros — e segmentos intermediários tais como, os clérigos, mercadores, os assalariados do engenho, ou mesmo os que tinham função técnica e cultural, cumpriam papel importante na realização da atividade econômica imprescindível à colônia. A forma de distribuição de terras entre os sesmeiros do Norte e do Sul, e entre a própria classe dominante, apesar de ter sido desigual, não obstante:

A desigualdade na distribuição não iria como nunca foi, ao ponto de extremar, de um lado, imensos senhorios e, de outro lado, pequenos lotes, concedidos a pessoas de pequenos recursos, a homens do povo. Não chegaria a distribuição das sesmarias, por mais desigual e injusta que fôsse, a se afastar dos limites da classe dos senhores. (GUIMARÃES, Alberto, 1968, p. 53).

A grande massa se compunha por diversas etnias — brancos, negros, índios e mestiços — vivia esta à margem do processo produtivo, inclusive praticando atividades consideradas pela nobreza de **“inúteis e vadias”**. Os pequenos agricultores surgiram no contexto agrário da colônia, bastante marginalizados, buscavam alternativas de subsistência plantando em

pequenas faixas de terras e limitava-se a produzir gêneros para sua própria subsistência, vendendo o excedente no mercado interno.

Eram verdadeiros sítios volantes que se estabeleciam, atravessando no tempo e no espaço todo o período colonial, estendendo suas raízes até tempos mais recentes. Esses tipos, que foram a gênese dos pequenos agricultores No Brasil, sempre foram tidos como “vadios” “ociosos”, {...} eram mandados para novos povoados. {...} Deve-ser lembrado que, ainda além da produção de alimentos, era interessante fixar esses “marginais brancos” nos povoados devido à facilidade de convocação para fins militares e pagamentos de impostos. (SILVA, Francisco, 1978, p. 19, 20, 21).

A extinção do regime sesmeiros, através da Resolução de 17 de Julho de 1822, deveu-se á falta de cumprimento por parte dos mesmos, no que se referem os três preceitos que regulamentavam a concessão dessas glebas, quais sejam: 1) mediação; 2) confirmação; 3) cultura. O Alvará de 5 de janeiro de 1785 definiu ser o cultivo das terras a condição essencial. Porém, o inexpressivo cultivo, por parte dos sesmeiros, permitiu ocupação por “**posseiros**” em escalas crescentes, aumentando o número de estabelecimentos em todas as regiões.

{...} o reconhecimento de uma situação insuportável, cujas conseqüências poderiam de tal modo agravar-se a ponto de constituírem uma ameaça à propriedade latifundiária. Referimo-nos a um acontecimento da maior significação para a história do monopólio da terra do Brasil: a ocupação, em escala cada vez maior, de terras não cultivadas ou devolutas, por grandes contingentes da população rural. Foram estes contingentes de posseiros ou intrusos, como passavam a ser chamados, que apressaram a decadência das sesmarias, obrigando as autoridades do Brasil Colonial a tomarem outro caminho para acautelar e defender os privilégios da propriedade latifundiária (GUIMARÃES, Alberto, 1968, p. 59).

A partir daí, a ocupação de terras devolutas passou a ser baseada no Regime de Posses que vigorou a partir de 1822. Estabelecida de forma *alodial*, firmada por contingência, sobretudo, da crise na economia exportadora, permitiu de certa forma, um tipo de expansão espontânea das pequenas unidades de produção. Muito embora, esta categoria tenha se constituído com presença complementar, agregada aos grandes fazendeiros.

Desde as sesmarias, a ocupação de terras pelos donatários tinha consolidado um modelo agrário exportados, baseado em grandes propriedades, sujeitou a mão-de-obra escrava para definir uma economia não apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de

próprio trabalhador escravo ter entrado no processo como mercadoria. “{....} Converter-se de livre em escravo, de possuidor de uma mercadoria em mercadoria ” (MARX, 1980, p.121).

Desta forma, ele foi objeto de comércio, antes de ser produto direto e produziu lucro antes de começar a produzir mercadorias. Através do cativo, o capital organizou e definiu seu próprio processo de trabalho, processo esse, regulado pelas regras do comércio.

A dupla função da escravatura, como fonte de trabalho e como capital, na conjuntura de expansão do crédito e dos cafezais, tinha um preço alto. A demanda crescente de trabalho escravo e a elevação do preço desta vinha onerando a parcela correspondente aos rendimentos monetários sob forma de renda capitalizada do fazendeiro. O tributo pago ao traficante de negros correspondia mais que a produtividade do trabalho. Este processo se tornava um ciclo vicioso. A solução seria então a abolição da escravatura, para desonerar a fazenda da renda capitalizada e do tributo pago ao vendedor de mercadoria escrava.

Não obstante, se fazia necessária uma lei que incentivasse a imigração de estrangeiros, sobretudo, europeus para produzir uma maior oferta de trabalhadores livres para serem absorvidos nas fazendas de café. Bem como, legislar a ocupação territorial para garantia da negociabilidade das terras e, uma nova garantia para o crédito hipotecário, base do capital, necessária, à manutenção e expansão dos negócios capitalistas dos fazendeiros.

As bases para o desenvolvimento do capitalismo internacional, sobretudo da Europa, exigiram uma nova lógica nas relações capital e trabalho, provocando modificações na dinâmica da força de trabalho, promovendo, sobretudo, uma redefinição na estrutura da política agrária brasileira essencialmente através da Lei de Terras de 1850.

## 2.1 A LEI DE TERRAS, OS PARÂMETROS JURÍDICOS E CONSTITUCIONAIS PARA CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, foi uma das mais importantes medidas jurídicas que instituiu a nova forma de propriedade de uso e posse da terra. Este instrumento foi estabelecido numa conjuntura de exigências do capital internacional, onde este modo de

produção necessitava engendrar novas relações com as economias coloniais. Efetivando, assim, o monopólio da terra, conformou imediatamente os novos senhores do Império, da República e posteriormente os cafeicultores de São Paulo. Coube ao Estado através de diversos instrumentos, criar todos os *óbicis* de acesso á terra para os trabalhadores sem recursos.

Essa Lei admitiu todas as terras devolutas como propriedade do Estado. Ficava estabelecido assim, que as terras públicas só poderiam ser adquiridas através da compra. A terra era acessível apenas ao possuidor de dinheiro. Anulava as concessões feitas pelo governo aos migrantes.

{....} visava, fundamentalmente, a três objetivos: 1 proibir as aquisições de terras por outro meio que não a compra (Art. 1º) e, por conseguinte, extinguir o regime de posses; 2) elevar os preços das terras e dificultar sua aquisição (o Art. 14 determinava que os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública, com pagamento à vista, fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes na país ); e 3) destinar o produto das vendas de terras à importação de “colonos”. (GRUIMARÃES, Alberto, 1968, p. 134).

Esse projeto entrou em tramitação em 1843, dado os questionamentos do Senado e da Câmara quanto ao seu caráter frente às modificações de propriedade da terra no país. Mesmo depois da aprovada dessa Lei, passaram-se quatro anos sem sua efetiva execução e só em 1854, foi aprovado seu regulamento, já com bastante alteração quanto a Lei original. Outro aspecto questionado se referia ao preço e forma de pagamento, já que estavam à cima do mercado. Em 1858, foram baixadas instruções permitindo o pagamento a prazo. Concluindo-se, todos estes dispositivos, favoreceram os cafeicultores-latifundiários e dificultou a compra de terras por parte dos migrantes, sendo estes obrigados a venderem sua força de trabalho nas grandes plantações.

É necessário se afirmar que particularmente, as Constituições do Brasil, tiveram como princípio os requisitos básicos para legitimação dos grandes proprietários. Na primeira Constituição outorgada em 1824, a polarização fundiária foi o eixo norteador para garantia da participação política, do cidadão nas eleições, na medida em que, seu anteprojeto estratificava os eleitores em graus mediante a renda anual. Como exemplo: um cidadão para ser eleitor de primeiro grau tinha que ter uma renda anual correspondente a 150 alqueires de mandioca. A renda mínima dos eleitores privilegiados seria equivalente a 250 alqueires, deputados 500 e

senadores 1.000 alqueires. Esta, ironicamente foi chamada a “**Constituição da Mandioca**” (grifo nosso).

A constituição de 1891, promulgada sob a égide de Proclamação da 1ª República, foi resultado de um processo de mudança no regime brasileiro, provocada pelo golpe militar contra a Monarquia, republicanos civis e principalmente contra os produtores de café, que em ascensão, intervinham diretamente nas definições políticas do Estado.

Os Estados passaram a ter uma autonomia relativa frente à legislação de terras, estruturando suas próprias políticas fundiárias, provocando inclusive, certa falta de controle nos municípios. Entretanto, o princípio jurídico norteador da propriedade da terra continuou regido pela Lei de Terras.

{....} As terras devolutas situadas nos Estado passaram a seu domínio, tocando a União apenas a parcela do território indispensável à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais (INCRA, 1987 p. 24).

Em 1917, é aprovado um Código Civil em substituição ao processo de administração estatal. Este estabeleceu a via judicial, com vistas, à discriminação entre as terras devolutas de domínio de Estado e de propriedade particular. A partir daí, não era mais permitida a revalidação de sesmarias, nem tampouco a legitimação de posses. Apesar dessa medida jurídica, tentar amenizar o processo de distribuição de terras para as oligarquias regionais pelo poder local.

Na verdade, a limitação imposta pelo código civil não significou obstáculo para que os diferentes Estados de Brasil continuassem suas práticas de colocar as terras em mãos das oligarquias regionais, visto que tudo que se decidia, legitimava esta relação de poder. Mas se juridicamente, isto se realizava com tranquilidade, na realidade a necessidade de regularização dos limites das fazendas para definir a situação jurídica da propriedade da terra junto com especulação imobiliária, deu início a um período de conflitos, primeiro, dentro da própria classe dos fazendeiros e negociantes e depois, entre estes e os ocupantes das terras. (GERMANI, 1993 p. 46). (Tradução nossa).

A Constituição promulgada em setembro, de 1946, teve 85% de seus pares representativos das elites proprietárias. Esta acenou uma proposta de desapropriação oficial de terras para efeito de **justiça social** (grifo nosso). Em seu art. 147, a Constituição, defendeu o

uso da propriedade condicionada ao bem estar social, a lei poderia promover a **“justa”** (grifo nosso) distribuição da propriedade da terra com igual oportunidade para todos. Ao mesmo tempo, estavam implícitos os limites condicionantes, ou mesmo impeditivos, a estas ações no art. 141, assegurando este, o direito de propriedade com igual oportunidade para todos por utilidade pública, ou por interesse social, mediante **“previa e justa indenização em dinheiro”** (grifo nosso), mantendo os princípios da lealdade aos grandes latifundiários.

Isentou ainda, o imposto territorial de imóveis até 20 hectares, garantiu a propriedade das terras devolutas aos posseiros que nela estivessem produzindo, limitando até 25 ha. Proibiu ainda, os Estados de alienarem ou concederem terras públicas, com área superior a 10 mil hectares.

Os interesses classistas foram além do institucional, a própria Comissão Nacional de Política Agrária, criada em 1951, encaminhou um anteprojeto de lei à Presidência da República dando alternativas para o impasse criado, quanto à forma de pagamento em dinheiro, das desapropriações por interesse sociais. Este estava imbuído no custo histórico da propriedade, nos valores de benfeitorias bem como, nos impostos pagos, No percurso histórico de tentativa de efetivação de uma reforma agrária no Brasil, por parte do Estado, estes condicionantes se tornaram um dos grandes empecilhos.

Se os elementos de sustentação da economia colonial foram combinados, e, aparentemente investidos, a renda capitalizada no escravo, transformava-se em renda territorial capitalizada<sup>3</sup> e a propriedade do escravo, se transfigurou em propriedade da terra, como meio para extorquir o trabalho, e não para extorquir a renda, Esta renda, era, sobretudo, um instrumento de negócios, que moldou de certa forma, um tipo de capitalista personificado no capital produtivo, subjugado pelo comércio e pela circulação da produção.

No segundo ciclo, o café, foi a principal fonte de lucro dos fazendeiros, passou a ser a renda diferencial, produzida tanto pela maior fertilidade das terras, quanto através da

---

<sup>3</sup> No Brasil, a renda territorial não significou uma lei baseada na herança feudal. Esta foi engendrada, na própria crise do trabalho escravo, como meio de garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do trabalhador e da acumulação primitiva na produção da força de trabalho. A renda territorial surge assim, da metamorfose da renda capitalizada na própria personificação do escravo, como forma de capital tributário do comércio, como aquisição do direito de exploração da força de trabalho.

exploração do trabalho livre e das concessões estatais. O capital deixou de se configurar no trabalhador para configurar-se no resultado do trabalho.

Neste processo capitalista de produção, a mais-valia aparece no produto do capital, como valor que se valoriza a si mesmo, o capital, ao libertar o trabalhador, liberta a si mesmo. Na relação ente o colono e o fazendeiro, a propriedade fundiária consolidou fundamentalmente as desigualdades econômicas, já engendradas ao longo da história do processo de ocupação e consolidação da economia brasileira, tendo como suporte mediador o Estado, que subsidiou os empresários do café, através das finanças provinciais e nacionais, depois, subsidiando a migração. De fato, tanto arregimentou a formação da força de trabalho para a grande lavoura, como criou as condições objetivas em prol da formação de uma classe dominante, através de distribuição de títulos de extensas terras e da regulamentação de diversas leis.

Não restam dúvidas, de que o grande ciclo do café, promoveu mudanças na estrutura urbana, agrária e agrícola do país modernizando as relações de integração, da economia no espaço internacional, começando o processo de industrialização. Contudo, mantendo ou acentuando os velhos moldes produtivos — grandes concentrações de terras nas mãos dos novos empresários do café — e uma forma arcaica de relacionamento com a mão-de-obra empregada.

Só a partir do primeiro Censo Agropecuário, em 1920, foi possível de fato se ter uma visão quantitativa do grau de distribuição e concentração de terras. Apesar da unidade rural pesquisada, ter sido o estabelecimento<sup>4</sup>, o fato é que, quase 90% dos estabelecimentos tinham como responsáveis os proprietários de terras.

Este Censo acusou 648.153 mil estabelecimentos em área de 175,1 milhões de hectares, ou seja, apenas 20% de ocupação do território brasileiro. Os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, um total de 4% controlavam 64% da área. Enquanto isso, o Índice de Gini<sup>5</sup>, já se encontrava com valores elevadíssimos 0,804.

---

<sup>4</sup> O que só permitia medir-se a concentração da posse e não a propriedade em si.

<sup>5</sup> O índice de Gini é uma medida de concentração que varia de zero (concentração nula) até um (concentração absoluta). Quanto mais alto o valor, menor a grau de concentração de uma distribuição qualquer.

O Censo de 1940, apontou uma lógica da evolução agrária no país, a progressiva atomização das explorações agrícolas. De 1.904.589 estabelecimentos (quase o triplo do ano de 1920) 414.468, ou seja, 22% deles tinham menos de 5 ha mais de 1/5 dos lavradores, trabalhavam em glebas com tamanho insuficiente para ocupar totalmente a mão-de-obra familiar disponível. O mesmo Censo revelou ainda, que o latifúndio continuava a expandir-se.

Tabela 1  
Brasil: utilização de terras por atividades econômicas (1940 – 1985)

	Área total	Lavoura (%)	Pastagem (%)	Matas (%)	Incultas (%)	Improdutivas (%)
1940	197.720.247	9,50	44,60	24,80	14,80	6,30
1950	232.211.108	8,20	46,40	24,10	14,80	6,50
1960	249.862.142	11,50	49,00	23,20	11,30	5,00
1970	294.145.466	11,60	52,40	19,70	11,40	4,90
1975	323.896.082	13,00	51,10	21,80	9,50	4,60
1980	364.854.421	15,80	47,80	24,20	6,80	5,40
1985	374.924.929	15,70	47,90	23,70	6,30	6,2
<b>Total</b>	<b>2.037.614.395</b>	<b>85,30</b>	<b>339,20</b>	<b>161,50</b>	<b>74,90</b>	<b>38,9</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1940.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Tabela 2  
Brasil: utilização das terras segundo classe de área (1940, 1970, 1985) (em ha) (%)

Classe de área (ha)	Área total	Lavoura	Pastagens	Matas	Incultas	Improdutivas
Manos de						
10						
1940	2.893.349	56,80	18,30	5,20	15,90	3,80
1970	9.083.495	66,00	15,10	5,20	8,70	5,00
1985	9.986.673	68,90	16,00	5,40	3,60	6,10
De 10 a menos de						
100						
1940	33.112.160	24,40	30,20	16,60	22,10	6,70
1970	60.069.704	26,20	37,60	15,30	15,30	5,60
1985	69.565.161	33,30	35,80	18,40	7,20	5,30
100 a menos de						
1.000						
1940	66.184.999	9,80	46,10	19,30	17,70	7,10
1970	108.742.679	8,70	55,30	19,90	11,50	4,60
1985	131.432.557	16,50	52,90	20,01	6,40	4,20
1.000 a menos de						
10.000						
1940	62.024.817	3,70	53,60	25,50	11,20	6,00
1970	80.059.162	3,10	63,00	24,30	9,50	5,00
1985	109.625.898	8,50	56,50	24,30	5,80	4,90
10.000						
e mais						
1940	33.504.832	1,10	41,40	44,30	8,50	4,70
1970	36.190.429	0,50	54,30	30,40	9,20	5,50
1985	54.414.565	3,20	39,10	41,80	7,90	8,00
<b>Total</b>	<b>866.590.587</b>	<b>309,90</b>	<b>615,20</b>	<b>316,01</b>	<b>109,50</b>	<b>82,50</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1940.  
Elaboração: Madalena Noronha.

De acordo com os dados da tabela 1 se comparada à realidade do campo de 1940 e 1985, se verificará que em termos globais, o Brasil tinha mais de 45% de suas terras ocupadas por pastagens. Esta tem sido a forma de uso comum para “esconder” a terra mercadoria à espera da especulação imobiliária. Esta evidência é muito acentuada segundo tabela 2 p. 32, quando tomamos os estabelecimentos com menos de 10 hectares ocupando 56% das terras com lavouras, inversamente os estabelecimentos de 1.000 menos de 10.000, utilizam quase 54% das terras com pastagem.

Do ponto de vista geral a produção agropecuária na Brasil, foi sempre marcada pela concentração do latifúndio e pela expansão da unidade familiar. Aparece, sobretudo, nos deferentes usos a que a terra esta submetida. Um exemplo expressivo deste processo de concentração da terra esta na distribuição do uso do solo pelas atividades agropecuárias.

## 2.2 DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA ÀS REFORMAS DE BASES

A crise mundial de 1929, que afetou tanto a economia das grandes potências industrializadas, como a dos países periféricos, obrigou o governo brasileiro a reformular suas diretrizes econômicas. O Brasil continuava a depender dos mercados internacionais e do capital estrangeiro, mantendo seu velho papel, de fornecedor de produtos primários para as grandes mercados. As reservas de ouros acumuladas, praticamente zeraram, provocando uma retenção no crédito internacional, As exportações cafeeiras, foram reduzidas pela metade e em conseqüência se acumulavam estoques de produtos. O descompasso entre a oferta e a procura, somada com grande depressão da economia mundial reduziu o preço da saca de café no mercado internacional.

No início da década de 30, o Estado intervém na economia agrícola do país, criando inicialmente o Instituto do Cacau da Bahia e posteriormente (ICB) e o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), cujo papel fundamental era estabelecer a divisão regional do trabalho, direcionando essa produção para o Rio e São Paulo, Enquanto na Região Nordeste, as relações entre o Estado e as oligarquias algodoeiristas e pecuaristas:

Se interpenetravam no “modelo” DNOCS, enquanto o Estado, controlado agora pela burguesia industrial de São Paulo, praticava uma política de reforço ao debilitamento das bases autóctones da burguesia regional do Nordeste, requisito para a expansão capitalista em escala nacional. (OLIVEIRA, Francisco, 1977, p.70).

Mesmo com a intervenção do Estado, através do IAA, a produção açucareira de Pernambuco, jamais poderia enfrentar os estados sulistas. Daí, os produtores assumirem a bandeira de defesa da região em seus próprios interesses, visto que a desorganização da produção geraria desemprego para a massa de cortadores de cana e poderia colocar em cheque a ordem nacional, É importante ressaltar, que no setor agrícola, a expansão da produção, realizou-se sensivelmente, através da incorporação de novas áreas à cultura da cana.

Com a política econômica, enveredada para uma nova dinâmica na acumulação de capital, a industrialização passou a ser, segundo Celso Furtado (1981), o fator dinâmico principal no processo de criação da renda, Os números refletiam a extraordinária transformação de um país agrário-exportador, para um país que buscava se assentar na produção industrial, voltada para o mercado interno.

As grandes consolidações da industrialização do país vieram já no Estado Novo com a criação do Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS) e a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. Porém, o impacto causado pela segunda Guerra Mundial aos países europeus, desorganizando o comércio e os transportes, favorecendo a economia açucareira.

Embora os preços do açúcar subissem com a inflação, no período da guerra (1939 – 1945), tivesse havido uma sensível queda na produção nordestina, o Centro-Sul, dispondo de um mercado consumidor na própria região, teve um grande crescimento, {...} enquanto a produção nordestina, destinada principalmente ao consumo fora da região, teve um decréscimo na ordem de 10,9% entre 1930 e 1945, a produção do Centro-Sul, voltada diretamente para o mercado da própria região, e a ela ligada por ferrovias e rodovias, apresentou, no mesmo período, um crescimento da ordem de 27,3%, (ANDRADE, Manuel, 1981, p, 68).

A modernização centralista do “Estado Novo” implantou tanto uma série de órgãos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criado em 1942, — desenvolvendo importante papel no manejo das políticas territoriais — quanto o

disciplinamento entre capital e trabalho — através do controle dos sindicatos e a concessão lenta e gradual das leis trabalhistas postas em prática pelo Ministério do Trabalho —.

Na década de 1950, havia predomínio de duas correntes de pensamentos sobre o desenvolvimento do país, uma, defendia a desnacionalização, ou seja, a vinculação da economia brasileira ao capital estrangeiro. A outra outorgava a preservação das riquezas nacionais, o desenvolvimento de um capitalismo nacional e se punha contra o monopólio do capital estrangeiro.

A definição do Brasil foi de facilitar o investimento de capitais privados, estrangeiros, sobretudo, em associação com os nacionais. A industrialização foi também fortemente estimulada, pela manutenção de uma política cambial, que favorecia a importação de matérias-primas e equipamentos.

A Comissão de Trabalho Brasil Estados Unidos para o Desenvolvimento foi implementada para criar as condições necessárias, no sentido, de promover, o desenvolvimento do país<sup>1</sup>, fazia apelo ao capital estrangeiro de preferência sobre a forma de empréstimo para promover a rápida industrialização; alterações substanciais no regime de propriedade da terra e uma política fiscal adequada<sup>2</sup>.

As grandes unidades capitalistas se opuseram a internacionalização da produção industrial. Os banqueiros internacionais estavam acostumados a tomar empréstimos para assegurar o controle da comercialização agrária ou para explorar investimentos mineradores ou mesmo, de infra-estrutura, quase sempre com o aval dos Estados Nacionais, e muitas vezes, com garantias que incluíam o controle dos impostos para assegurarem o retorno dos juros e de capital.

Mas o fato é que, na década de 50, o capitalismo oligopolista refez as relações entre Estado e empresa nas economias centrais. Fosse porque as políticas nacional-

---

<sup>1</sup> Tinha como eixo referencial, o arcabouço da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que na década de 1940, propunha uma política de industrialização para a América Latina com base na reorganização do comércio mundial.

<sup>2</sup> Tratava-se de obter nos países periféricos, resultados equivalentes aos que se obtiveram nos países centrais, alterando-se a posição relativa das economias periféricas no comércio internacional, urbanizando-se as regiões (como consequência da alteração da divisão social do trabalho entre campo e cidade), industrializando-se a economia e tecnificando a produção agrária.

desenvolvimentistas haviam dado frutos, protegendo os mercados locais e incentivando a industrialização, fosse porque as empresas internacionais passaram a operar e a competir em escala mundial, começando a processar-se uma nova divisão internacional do trabalho.

Não obstante, uma década depois, através da política norte-americana — especialmente, as apontadas para os países em processo de desenvolvimento dependente — foi explicitamente patrocinada, formas mais ativas de cooperação internacional, através da criação do Banco Interamericano, passando a financiar projetos de reforma agrária e infra-estruturas. Apesar desse processo ter se dado, de modo “**tardio**” na América Latina, ele esteve imbuído de um mecanismo de controle da ampliação do leque de relações que o governo brasileiro passou a estabelecer com Cuba.

O perfil da economia brasileira da década de 1960 deve ser entendido, tomando-se como referencia básica a segunda metade dos anos cinqüenta, onde o padrão de acumulação foi assentado nas bases do chamado Plano de Metas do Governo Juscelino Kubstschek, que veio consolidar o bloco de atividades produtivas iniciado no governo Vargas, com intervenção do capital norte-americano.

O padrão de acumulação de capital imposto no novo ciclo centrava-se, agora, numa expansão sem precedentes do chamado Departamento III da economia; em si mesma, a viabilidade dessa forma de expressão era, até certo ponto, previamente assegurado pela concentração de renda que se havia gastado no período anterior: era para a existência de uma demanda “reprimida” que apontava a análise da economia brasileira, realizada pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, em 1945, e que sem sobra de dúvidas, constituiu-se na base do Plano de Metas, (OLIVEIRA, Francisco de, 1977, p, 84).

O Plano modificou a estrutura econômica do país, voltado preferencialmente para os setores de ponta da estrutura industrial, afetou todos os setores básicos do transporte à estrutura territorial com a construção de Brasília, criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>3</sup>, redefinindo a estrutura de circulação que o Estado procurou assentar no espaço nacional.

---

<sup>3</sup> A criação da SUDENE, em dezembro de 1950, tinha como objetivo central a tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coersão do Estado, do capitalismo do Centro-Sul.

A industrialização ocorrida no Nordeste se deu no campo da transferência da hegemonia da burguesia internacional, associada ao Centro-Sul, implantando fábricas e unidade produtiva, assegurou assim, o monopólio do espaço econômico nacional e, promoveu o crescimento e a modernização do setor agropecuário de produção para o mercado interno.

Esse processo de integração de setores da economia nordestina à economia nacional, além, de não ter solucionado as grandes disparidades regionais entre Nordeste e Sudeste também, não gerou potencialidades de geração de emprego capaz de absorver a mão-de-obra da região, na medida em que as taxas de desempregos e as emigrações permaneceram elevadas.

O período político de 1961, no Brasil, foi marcado por tentativas de rompimento com a velha lógica da classe dominante agrária: efetivar uma política de reforma agrária. Contida nas propostas do Plano de Reforma de Base — reforma agrária, tributária, educacional, sobre remessa de lucros e outros —, cujas, só foram assumidas diretamente pelo governo João Goulart depois de fracasso do Plano Trienal.

Um dos motivos do fracasso desse plano, foram as circunstâncias de deterioração da economia brasileira, provocada pelo processo de modernização das relações capitalista de produção, implementado pelo presidente Juscelino, que deixou como herança avassaladora, o declínio das receitas totais, das exportações e a forte concentração de renda, exigindo do novo presidente Goulart, medidas de grandes impactos.

O debate no seio da sociedade foi centrado particularmente, na proposta de reforma agrária na medida em que qualquer avanço nessa estrutura necessitava modificar a Constituição de 1946, essencialmente o Artigo 141. O presidente encaminhou ao Congresso Nacional uma mensagem com o anteprojeto de lei e, posteriormente, formalizou a Emenda nº. 5 de 1963, que teve sub-escritura de diversos parlamentares progressistas, apresentando como proposta: que o uso da propriedade fosse condicionado ao bem-estar social e para tanto, a lei poderia, inclusive:

1- Dispor sobre a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos e para esse único feito regular a desapropriação dos bens indispensáveis, assegurando através da regularização de desapropriação dos

bens indisponíveis, assegurando ao proprietário indenização justa mediante títulos da dívida pública, resgatáveis em prestações sujeita à correção do valor monetário, em limite não superior a 10% ao ano, (SILVA, José, 1996, p, 26).

Previa ainda, a desapropriação de 100 quilômetros de cada lado de todas as rodovias federais; bem como, as terras em torno de açudes, abarcando, inclusive, os bens urbanos e rurais, fossem eles móveis ou imóveis. Entretanto, foi apresentando outra emenda, propondo, que as desapropriações fossem efetivadas apenas em imóveis improdutivos com mais de 500 hectares, ainda assim, com correção monetária integral dos títulos fornecidos em pagamentos; aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural<sup>4</sup> e definição de áreas prioritárias em todas as unidades da federação e inclusão destas. No pretense plano de reforma agrária, estas propostas, provocaram descontentamento junto aos empresários da agricultura brasileira.

O presidente, após o comício da Central no Rio de Janeiro, realizado em 3 de março de 1964, e da assinatura de criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), enviou ao Congresso uma mensagem de abertura da Sessão Legislativa, justificando a necessidade de atender os anseios populares e as justas aspirações populares, mediante o caos social e econômico em que se encontra o país, sugeria providências nas alterações constitucionais, pleiteando inclusive, a supressão da palavra prévia e da expressão em dinheiro por desapropriação por interesse social. Também, propunha voto dos militares, dos analfabetos; reforma universitária e um plebiscito, mediante voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos.

Após seis dias do comício, a direita paulista, o empresariado, os militares, padres, freira e as famílias católicas lideraram a **“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”** (grifo nosso), lideraram uma passeata pelas ruas centrais de São Paulo, com aproximadamente 300 mil pessoas. O Estado de São Paulo preparava ali, a derrubada de João Goulart.

A continuidade de um sistema político e econômico, que necessitava do apoio da democracia de massas, iniciado desde 1945, até a queda de João Goulart em 1964, se

---

<sup>4</sup> Que concedia aposentadoria por invalidez, reduzido apenas à metade de um salário mínimo por mês — reivindicação unificada, pelas Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola (ULTAB), dentre outros organismos.

sustentou, e, ao mesmo tempo, se inviabilizou na persistência dos seus representantes sobre a visão estrutural do país, Segundo Celso Furtado (1981), o processo de industrialização, embora tenha se intensificado na década de 1950, não foi capaz de adquirir autonomia perante os fluxos do mercado externo. O próprio desenvolvimento industrial passou a depender crescentemente de capitais estrangeiros, não se criando uma camada empresarial, capaz de formular uma política autônoma em relação a estes interesses.

A burguesia agrária se manteve na posição ideológica, orientada, desde o Brasil colonial na defesa do *status quo*, respaldada pelo poder Legislativo — representante do grupo fundiário de atuação mais anti-social —, conseguiu sempre se mover dentro de uma frente ampla, confundindo seus interesses com o conjunto das políticas para a agricultura. Foi criado por este grupo um forte empecilho para a tomada de consciência da classe capitalista industrial, que vivia na contradição entre os interesses da industrialização e dos grupos que controlavam as terras utilizadas para a produção alimentar.

É evidente que nas marchas e contra marchas, ficava claro, que o reformismo compunha com setores heterogêneos para a preservação do poder. O direcionamento das ações num quadro, onde a consagração do Estado era a única solução dos problemas sociais e econômicos, a queda do João Goulart e a ascensão dos militares significa dizer, que cessava um processo de “**democratização**” do Estado nos moldes mais efetivos do “**populismo nacionalista**”.

### 2.3 A ASPEREZA DO ESTADO: DO ESTATUTO DA TERRA À (DES) INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

Se no plano político, o Brasil, assistia na década de 1960, a “**vacância militarista**”, com perdas dos direitos civis<sup>1</sup>, no plano administrativo, a estratégia dos governantes, foi via planejamento da integração produtiva tendo por base instrumental, a regionalização da grande indústria oligopólica — privada e estatal — que reforçou a troca de mercadorias entre os

---

<sup>1</sup> Em abril de 1964, foi promulgado pelo Congresso Nacional o general Humberto Castelo Branco, permanecendo no poder até 1967, Sucederam-se outros atos tais como: cassação de partidos políticos, fechamentos de associações vinculadas ao movimento social, indicações de governadores. Enquanto o poder Legislativo perderia para o poder executivo grande parte de suas funções. A absoluta autoridade do poder Executivo estava respaldada pela Lei de Segurança Nacional.

diversos pontos do espaço brasileiro. O viés do planejamento regional impulsionou esse processo utilizando a correia do repasse, dos incentivos fiscais e financeiros. Com ele se propagou a relação de produção capitalista no interior dos espaços diferenciados do país, com a transferência de frações do capital produtivo para regiões menos industrializadas, ocorrendo mudanças profundas na estrutura fundiária.

O governo efetivou uma política agrária, baseada em mudanças legais e institucionais, tendo como instrumento maior o Estatuto da Terra, Lei nº. 5.504, de 30 de novembro de 1964, elaborado para estimular e privilegiar o desenvolvimento e proliferação de grandes empresas rurais, bem como, controlar os movimentos pró-reforma agrária existentes no Brasil.

A criação do Ministério de Planejamento, da Coordenação Econômica e do Programa de Ação Econômica do Governo (PEAG), buscava atingir metas para equacionar as “**disparidades regionais**” e a necessidade de ocupação econômica da Amazônia. Com base nos relatórios sobre a problemática agrária no Nordeste, o governo tomou como medida a extinção da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) — instituída no governo de João Goulart — criando o Instituto de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro Reforma Agrário (IBRA), para cuidar dos assuntos agrícolas e complementares à “reforma agrária”, centralizando e subordinando a coordenação dessas ações através do Ministério Extraordinário. Nesse mesmo ínterim, o governo convoca um grupo, que anteriormente, se ocupava de um estudo sob a questão agrária no Brasil, para elaborar o Estatuto da Terra.

O presidente encaminhou ao Congresso, a mensagem nº. 33 juntamente com o Projeto de Lei que dispunha sobre o Estatuto da Terra, tendo por base a aprovação da Emenda Constitucional aprovada em dez de novembro de 1964, — a mesma emenda que fora negada a João Goulart — abrindo assim, um caminho para a promulgação do Estatuto da Terra, que colocava um *hiato* no Art. 141 da Constituição de 1946, visto seu atenuante impossibilitador de execução da reforma agrária. O que daí, permitiria o pagamento das desapropriações em títulos da dívida pública, com correção monetária resgatável, no prazo máximo de vinte anos.

Foram ainda introduzidos, nada menos do que dez mudanças na Constituição, dentre elas: a transferência do Imposto Territorial Rural (ITR) dos municípios para a União; concessão aos municípios do produto de arrecadação do ITR; abertura da exceção para pagamento das desapropriações rurais em dinheiro; introdução da figura do latifúndio; criação do Instituto

das Áreas Prioritárias; obrigatoriedade da autorização do Senado Federal para concessão de áreas de terras públicas superiores a três mil hectares e ampliação da área de até 100 ha para o usucapião.

A partir daí, se deu a prerrogativa para aprovação da lei básica —, referendada pelo Congresso Nacional, que apenas introduziu tímidas modificações no texto original —. O Estatuto da Terra regulamentou os direitos e obrigações aos bens imóveis e rurais, para fins de execução da reforma agrária. Foi a lei pioneira concebida pela tecnocracia, que passou a exercer influência decisiva tanto no período do governo dos militares como referenciou o Plano Nacional de Reforma Agrária, no governo subsequente.

O governo, ao propor o Estatuto da Terra, obedeceu a uma motivação distinta daquela que estimulou a concepção da reforma agrária do governo Goulart. Por um lado, usou este, como medida atenuante de repressão, aos movimentos que vinham lutando pela reforma agrária; propagandeou o ITR e as medidas que se dispunham à distribuição de terras aos camponeses, Por outro lado, legitimou o grande capital agrário elevando a produtividade da terra.

Tendenciosamente, o Estatuto foi casuístico e dividia-se em dois grandes temas: o da reforma agrária e da política de desenvolvimento rural. Esta teve grande aplicabilidade, sendo um instrumento importante na melhoria da agricultura convencional, como a criação do Sistema de Crédito Rural, mobilizando toda a rede bancária ruralista.

O governo para administrar as contradições do capital, transformou os capitalistas nacionais e internacionais em grandes detentores de propriedades de terra, através de programas de incentivos fiscais e ao mesmo tempo, instituiu órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia, com objetivo de canalizar investimentos para projetos agrícolas, pecuários e industriais.

As novas modalidades tiveram duas opções: a primeira assegurou a sobrevivência econômica e política das oligarquias fundiárias controladoras do poder regional nos estados do Centro-Oeste. Assim, não haveria privação da renda da terra. Privação esta, que seria a alternativa por meio de uma reforma agrária que abrisse o território à expansão capitalista. A segunda opção foram os incentivos fiscais concedidos às grandes empresas multinacionais,

para assegurar rentabilidade aos novos investimentos, que oferecia desconto de até 50% sobre o imposto de renda devido pelos empreendimentos situados nas áreas mais “**desenvolvidas**” do país, na imposição destes efetivarem depósitos no Banco da Amazônia.

O Governo sucessor — General Costa e Silva (1967-1969) — deu continuidade ao cumprimento do plano político e econômico. Incentivou e fortaleceu o crédito agrícola e industrial, estabelecendo, em setembro de 1967, a resolução 69, determinando que: 10% dos valores que entrassem nos estabelecimentos teriam que ser aplicados em operações de crédito rural. Outra medida vinculada ao sistema financeiro foi a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que abriu crédito à população para adquirir imóveis em longo prazo, emprestando, vultosas somas às construtoras, aumentando o lucro das mesmas, enquanto o crédito da população era reajustado trimestralmente de acordo com a inflação,

Dessa feita, o governo não só se centralizava o desenvolvimento da Amazônia, como ampliou o raio da ação para a região Centro-Oeste, criando a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), vinculada diretamente ao Ministério do Interior, criando também o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA).

O presidente, ironicamente através do Ato Constitucional nº. 9 de 25 de abril de 1969, regulamentado pelo Decreto Lei 554, modificou também a Constituição, eliminando a necessidade do prévio pagamento das desapropriações e estabelecendo novas formas de fixações de **justo preço**. Foi um mero adido ao Estatuto, ou uma *fleumática* fase.

Esse Ato foi derrubado pelo Tribunal Federal de recursos, em 6 de novembro do mesmo ano, onde foi declarada a inconstitucionalidade do Artigo nº. 11º do referido Decreto Lei, não sendo restabelecido pala Constituição subsequente.

Essa fase fiscalista consumiu os dois primeiros governos militares, deformou a RA e enganou os sem-terra. A redistribuição de terras foi simplesmente ridícula; menos de 300 famílias assentadas anualmente durante o primeiro quinquênio da vigência do Estatuto da Terra. (SILVA, José, 1996, p.48).

Na política de tributação progressiva dos dois governos militares, com forte injeção de subsídios fiscais e creditícios bem como, a própria mobilização para ocupação da “**terra prometida**” às grandes empresas. Inicia-se a marcha da privatização do regime de

propriedade de terra no país. Tendo um crescente ritmo entre 1960 e 1970, de ocupação das terras tida como devolutas, com 48,09%, para os estabelecimentos acima de 1.000 hectares, enquanto que, o aumento do número de posseiros na faixa de 5 até 10 hectares foi de apenas 11,49%.

No governo Médici, (1969 – 1974), o planejamento estratégico, através da formulação do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (I PND), tinha como objetivo incrementar as políticas territoriais através da estratégia de integração nacional.

O governo visava essencialmente, transformar o Brasil em uma potência econômica, capaz de competir com a grande indústria internacional. A mudança da política fundiária em curto período representou uma vitória para os contra-reformistas. Os defensores dessa posição admitiam que agricultura tivesse cinco tarefas para cumprir o processo de modernização: 1) aumentar a oferta de alimentos; 2) suprir o setor industrial de matérias primas; 3) aumentar a produtividade, liberando a mão-de-obra; 4) aumentar os produtos exportáveis; 5) financiar o desenvolvimento, para transferências de recursos ao setor primário e secundário.

Para dar suporte ao projeto político e econômico, o governo implementou, em 1970, o Plano de Integração Nacional (PIN). Esse foi um instrumento de promessa da incorporação de vastas populações ditas “**marginalizadas**”, ao processo de desenvolvimento do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Em sua efetiva prática de execução, este não significou qualquer possibilidade de integração destes segmentos, mas sim, os integrou ao programa da Amazônia no circuito de alargamento de suas fronteiras econômicas e fundiária, e, secundariamente às demais regiões.

O discurso tinha apoio no Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) — dado às condições de miséria dos trabalhadores sem terra, assolados, sobretudo, pela seca, mas que, ironicamente, veio ressuscitar o pagamento em dinheiro das desapropriações por interesse social — e no Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), bem como no Programa Especial para o Vale do Rio São Francisco (PROVALE). Também definiu uma série de medidas agressivas, dentre elas: a construção da rodovia Transamazônica, ligando o Nordeste ao extremo-ocidente da Amazônia. Além desta, também foi construída a Cuiabá-Santárem, que

ao lado das demais já existentes, estruturava o fluxo de circulação dentro do projeto de **integração nacional** (grifo nosso).

Com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária<sup>2</sup> (INCRA) substituindo os organismos encarregados da problemática fundiária (INDA E IBRA), este, ficou responsável pela a colonização oficial da Amazônia. Essa colonização previa o assentamento de pequenos produtores — nordestinos principalmente —, o projeto incluía agrovilas e núcleos urbanos. No entanto, se transformou num grande empreendimento para os grupos econômicos se desenvolverem tempo em que, tiravam do eixo da colisão, trabalhadores, governo e empresas privadas.

Os trabalhadores rurais sem terra, sem organização junto à qual pudessem continuar suas lutas, tiveram de buscar saídas individuais, Uma delas foi a colonização na região Amazônica pela propaganda oficial, havia terras em abundância à espera dos colonizadores, {...} Essa política espelhava o interesse do governo em esvaziar os conflitos por terra nos quatro cantos do Brasil. O general Médici a justificava como uma forma de “levar homens sem terra para terra sem homens” (MST, 2001, p, 100).

Os Projetos Integrados de Colonização se direcionaram para os grandes grupos de produtores assistidos pelo governo, em créditos e assistência técnica, estes, se localizavam especialmente no eixo da rodovia Transamazônica. Já os Projetos de Colonização, estavam localizados ao Norte de Mato Grosso. Toda ação governamental se constituía apenas, na demarcação de algumas terras e distribuição do título aos proprietários. Os pequenos produtores que foram admitidos no projeto, não tiveram subsídios suficientes para efetivamente tocarem a produção, isto tanto os impossibilitou de se reproduzirem, como propiciou um forte movimento de perda de suas terras, para os grupos internacionais.

Para garantir a ocupação pretendida e alargar as fronteiras econômicas do país, o governo investiu um milhão de dólares na região Oeste, implementou infra-estrutura urbana e pré-condição material. Demarcando assim, um novo ritmo na configuração territorial do país, pelas formas particulares de penetração do capital na agricultura, desenhando espaços, produtivos e espaços estagnados, Nesse sentido:

---

<sup>2</sup> Criado neste período o Decreto Lei n°. 2.110, de 11 de julho de 1970.

A colonização no Brasil tem se construído, historicamente, na alternativa escolhida pelas classes dominantes do país para evitar, simultaneamente, a necessária reforma estrutural do campo e suprir-se da força de trabalho para seus projetos de fronteiras. Dessa forma, a abertura das novas fronteiras de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo esse caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no seio da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo. (OLIVEIRA, Ariovaldo, 1991, p. 142).

O presidente Geisel governou de 1974 a 1979, através do II PND, modificou o enfoque das diretrizes de desenvolvimento. A ênfase dada ao crescimento econômico, sobretudo, para os setores de exportação, como os grandes empreendimentos monopolistas, requereu do governo, uma estratégia básica, no que diz respeito às políticas territoriais, engessadas pelos pólos regionais industriais Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia.

A implantação desses pólos se deu em áreas prioritárias, para viabilização de atividades produtivas — incentivando as empresas privadas — levou o governo a criar, em 1974, o Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). A região já apresentava indicadores propícios tais como: certo dinamismo e vocação para esta atividade bem como, concentração econômica e populacional,

Para consubstanciar esse processo da produtividade através do desenvolvimento agropecuário, o governo considerou a necessidade do pequeno produtor também se organizar de forma empresarial. Neste sentido, reestruturou o papel do INCRA, o qual passou a comercializar grandes áreas de terras mais precisamente para as cooperativas da Região Sul do país. Este órgão:

Coerente com o seu firme papel, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) introduziu algumas modificações em sua atuação. Dentre uma delas, a eliminação dos projetos Integrados de colonização (PIC), os quais foram substituídos pelos pólos de desenvolvimento que tratavam de organizar toda uma série de pequeno, médio e grandes empresas. O INCRA passou a dar prioridade aos “projetos de assentamentos dirigidos” e aos “projetos integrados agroindustriais”. A novidade mais significativa, foram os projetos de colonização realizados pelas cooperativas do Sul e Centro-sul, implantados principalmente na área do Amazônia Legal. Neste último cabia ao INCRA somente a discriminação, titulação das terras, permanecendo as obras de infra-estrutura a cargo de outros órgãos de governo. (GERMANI, 1993, p. 228). (Tradução nossa).

Por outro lado, a consolidação da grilagem no Governo Geisel foi altíssima, levando inclusive, o Senado Federal a questionar as bases da política de distribuição das terras públicas para grandes grupos implementadores das atividades agropecuária, mineradoras e florestais na Amazônia Legal. Estas terras griladas, tanto criaram problema na cadeia dominial, como no investimento em outros setores que não a agricultura.

O INCRA distribuiu nesse período 21 títulos definitivos, acima do módulo de 100 hectares. Foram beneficiadas grandes empresas como o projeto Jarí, do norte-americano Daniel Ludwig, —1,5 milhões de hectares — o grupo *Volks-wagem* —140 mil — dentre outros.

O perfil da grilagem oficializada no Brasil sempre foi assustador, O Governo Federal através do INCRA, para dar cumprimento à Portaria 558/99, que tratava do levantamento dos proprietários/detentores de imóveis rurais, cadastrados e não cadastrados, fez um mapeamento dos imóveis que não atenderam a notificação.

De um total de 3.065 imóveis notificados, totalizando área de 93.803.340 hectares, 2.438 com área de 46 milhões de hectares, representando 47%, não respondeu a notificação. A pesquisa verificou uma tendência da não apresentação dos documentos por parte dos proprietários de imóveis de área até 10.000 ha, uma vez, que a proporção tanto em número quanto em área dos imóveis inadimplentes, cresceu assustadoramente. Exceção para o estrato de 500 mil a menos de um milhão de hectares que em sua maioria são de empresas de agropecuária.

O saldo dessa grilagem é histórico para a estrutura fundiária no Brasil. Essa mesma pesquisa do INCRA, identifica que a maioria dos Estados, possuíam áreas griladas, com destaque para o Acre com 64% da área; Pará com 35%; Amazonas, 28%; Mato Grosso com 17% e Bahia com 14% da área total de imóveis.

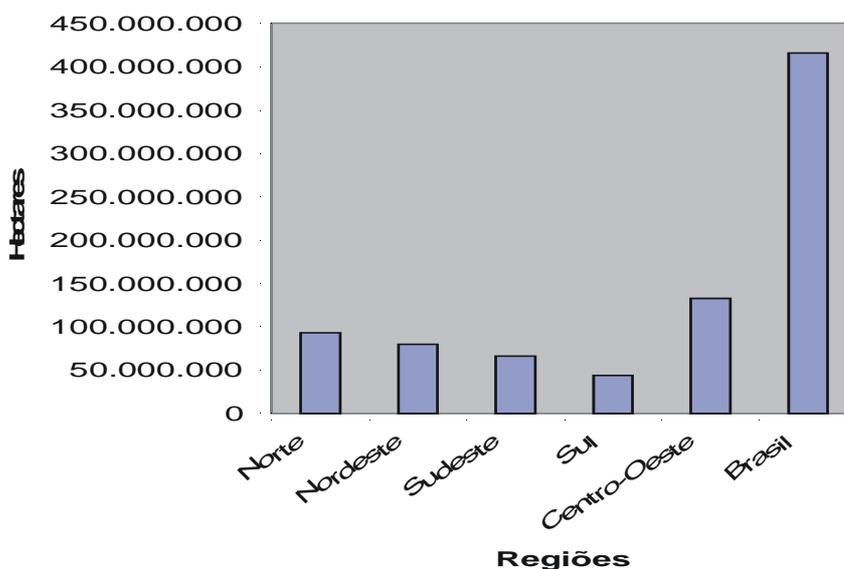
Porém, quando demonstrado na figura 2, o total de área, dos imóveis grilados por regiões brasileiras, há uma inversão tendo destaque para a Região Centro-Oeste, com quase 150.000.000 de hectares grilados. Estas terras de ocupações de projetos de colonização antes, ou eram devoluta ou, pertenciam às comunidades indígenas. Coube a União, através do Conselho Nacional de Segurança, as decisões referentes a qualquer proposta nessas áreas. Como já citado, dado as exigências tecnológicas, os poucos pequenos produtores que

receberam titulação, terminaram aderindo o movimento de venda das terras para os grandes grupos internacionais.

Para dar continuidade ao projeto de territorialização do capital, o governo montou um plano para atingir a Região do Cerrado, através do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Por ser considerada uma área onde as forças de produção já estavam modernizadas, o programa concentrou três milhões de hectares, correspondendo a 15% do território, essa área potencialmente aptas à produção agrícola, englobou os Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Foi através da criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) — com a filosofia pautada no Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), subvencionado pelo Banco Mundial — que o governo até 1984, dinamizou os subsídios para as relações de modernização da pequena produção no Nordeste e Norte de Minas Gerais. Entretanto, a própria ineficiência governamental na sua forma de elaboração e execução dos programas, ocasionou o fracasso dessa proposta.

Figura 2  
Imóveis grilados no Brasil (1998)



Fonte: INCRA, 1998.  
Elaboração: Madalena Noronha.

O presidente Figueiredo (1979-1984), —o último dos militares a governar o país — apesar do propósito de dar continuidade à política econômica e fundiária, teve que operar mudanças no curso desse projeto:

Sua intenção foi desacelerar o processo de modernização agrícola, através da transformação do crédito rural o que antes era crédito especial, destinado a incentivar a produção agrícola se converteu em um crédito normal, com os mesmos encargos (de interesse e correção monetária) que os outros créditos existentes na economia. A política de subsídios se manteve para alguns sub-setores — como o trigo e álcool — com a expectativa da sua eliminação gradual, (GERMANI, 1993, p. 230,231). (Tradução nossa).

As medidas tomadas, sobretudo, na política de crédito, provocaram um descontentamento para os que viviam sob as *benesses* do Estado. Mais concretamente, estas provocaram a estagnação do setor agrícola e uma crise no setor alimentar, obrigando o governo a buscar mecanismos atenuantes tais como: importar produtos e gêneros alimentícios bem como controlar preços dos produtos.

As ocupações nas terras “**devolutas**” do Estado, ou mesmo dos indígenas, — fossem de forma legal pelos os grandes grupos favorecidos e legitimados pelo INCRA, fossem de forma ilegal pelo processo de grilagem — podem ser compreendidas, na contradição do modo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. Por um lado, continuou prevalecendo a figura do grande latifundiário improdutivo e por outro lado, as grandes empresas de agroindústrias, detinham o monopólio da terra e da produção.

O traço essencial da estrutura fundiária brasileira tem, portanto, o caráter concentrado da terra. Quando observadas as tabela 3 e 4 que diz respeito a estrutura fundiária de distribuição das terras de 1940 até 1985, os dados nos revelam que — apesar das propriedades não terem se expandido sobre os territórios indígenas do Centro-Oeste e da Amazônia — já apresentava traço concentrador, poucos com muitas terras e muitos com pouca terra. Os estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 ha e apenas 1,4% destes imóveis ocupavam mais de 62 milhões de hectares, ou seja, tinham acima de 31% do total das terras. Enquanto isso, 34% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com menos de 10 ha, ou seja, 654.557 unidades ocupavam uma área de apenas 2.898.247 milhões de hectares, menos, portanto de 1,5% dessas terras.

Se analisarmos os dados de 1985, essa realidade não mudou. O Brasil, portanto, nestas décadas, aumentou de forma violenta a concentração fundiária. Isto fica evidente, quando tomamos mais uma vez, dois períodos e duas classes extremas na ocupação de terras, por exemplo, em 1985, na tabela 3 e 4, tem-se 2.177 estabelecimentos agrícolas com mais de 10.000 hectares menos de 0,04% do total — uma minoria ínfima — ocupava 56.2 milhões de hectares (15%), enquanto isso uma maioria de 3.085.779 de estabelecimentos agrícolas com menos de 10 ha ocupava pouco mais de 10 milhões de hectares, portanto, apenas 2,6% do total das terras.

Tabela 3  
Brasil: número de estabelecimentos por classe de área (1940 - 1985)

Classe de área (ha)	Números de estabelecimentos						
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
<b>Total</b>	<b>1.904.589</b>	<b>2.064.642</b>	<b>3.337.769</b>	<b>4.924.019</b>	<b>4.993.252</b>	<b>5.159.851</b>	<b>5.834.779</b>
Menos de 10	654.557	710.934	1.495.020	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.005.841
10 a - 100	975.438	1.052.557	1.491.415	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.166.424
100 a - 1.000	243.818	268.159	314.746	414.746	446.170	488.521	518.618
1.000 a - 10.000	26.539	31.017	30.883	35.425	39.648	45.496	47.931
10.000 e mais	1.273	1.611	1.597	1.449	1.820	2.345	2.174

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1960.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Tabela 4  
Brasil: área ocupada nos estabelecimentos por estrato de classe (1940 - 1985)

Períodos	Área ocupada (ha)						
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
<b>Total</b>	<b>197.720.247</b>	<b>232.211.106</b>	<b>249.862.142</b>	<b>294.145.466</b>	<b>323.896.082</b>	<b>363.854.4211</b>	<b>376.289.577</b>
Menos de 10	2.893.439	3.025.372	5.952.381	9.083.495	8.982.646	9.004.259	10.029.780
10 a - 100	33.112.160	35.562.747	47.566.290	60.069.704	60.171.637	64.494.343	69.678.938
100 - 1.000	66.184.999	75.520.717	86.029.455	100.742.676	115.923.043	126.799.188	131.893.557
1.000 - 10.000	62.024.817	73.093.482	71.420.904	80.059.162	89.866.944	104.548.849	108.397.132
10.000 e mais	33.504.832	45.008.788	38.893.112	36.190.429	48.951.812	60.007.700	56.287.168

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1960.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Enquanto os grandes proprietários ampliavam a escala do latifúndio, se apropriavam das terras, que em princípio se destinavam a absorver os excedentes populacionais contingenciados pela estratégia da “ocupação de áreas vazias”, ocorriam choques inevitáveis entre proprietários, grileiros, posseiros e comunidades indígenas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou 715 conflitos cadastrados no país, ocorridos entre 1979 a 1981, 88,1% destes começaram em 1973, sendo que os maiores confrontes em média, 77,6% se deram a partir de 1977 e apenas 11,9% antes desse período. Os conflitos que envolveram um milhão e meio de pessoa, foram bem mais acentuados nas zonas de fronteiras agrícolas, sendo que 146 ocorreram no Sul/Sudeste, 560 no Norte e Centro-Oeste e 207 no Nordeste. A CPT (2002) divulga também um total de 459 conflitos no campo no período de 1971 a 1976. A tabela 5 apresenta o percentual de conflitos por região.

Tabela 5  
Brasil: Conflitos fundiários (1971 - 1976) (%)

Períodos Brasil	Sul/Sudeste	Nordeste	Centro Oeste	
1971/1972	27,4	19,4	17,1	20,8
1973/1974	35,5	10,4	18,4	22,8
1975/1976	37,0	70,2	64,5	56,4

Fonte: CPT, 1991.

Elaboração: Madalena Noronha.

Esse modelo de planejamento das políticas territoriais, de ocupação combinada, com exploração econômica no período dos governos militares, colocou em prática um amplo programa de ocupação efetivamente econômica da Região Amazônica. Em que pese essa lógica já vir ocorrendo, desde a década de 1950 no Centro-Oeste e no Norte do país. O regime militar acelerou o processo de controle da região sob o lema integrar a Amazônia ao Brasil — para não entregar — “supondo” “espaços vazios”, muito embora, a região estivesse ocupada por centenas de tribos indígenas, populações ribeirinhas e por produtores rurais. A estratégia direcionada para a ocupação já orientada levava em conta o espaço nacional, com duplo objetivo: preservação das fronteiras internacionais e incorporação da economia internacional.

Essa dinâmica do crescimento econômico foi conduzida, por determinantes cada vez menos locais, mais nacionais e externos. A ótica da acumulação as regiões deixaram de existir — como locus de acumulação autônoma —, embora não tenha se dado uma homogeneização total. Ao contrário, especificidades locais continuam existindo, e novas até são criadas. De certo, as dinâmicas regionais se soldam na expansão da crise, porém:

Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, localização, globalização e fragmentação são termos de uma só dialética que se refaz com frequência. As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos

processos e sub-processos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multi-complexos, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada qual com o sistema do mundo. (SANTOS, 1997, p. 252).

Por fim, as alterações que ocorreram na base técnica da agricultura brasileira, ao longo de regime militar, privilegiaram um *modus operandi* de reprodução desigual tanto da terra, como do capital econômico e social, reafirmando no próprio caráter do modo de produção capitalista. Essa diferenciação que gera segundo Bourdieu (1995) “antagonismos individuais e coletivos, estrutura um campo de poder — espaço de relações de força entre os diferentes tipos de sujeitos sociais — cujas lutas se intensificam sempre no valor relativo, onde o capital é posto em questão pelos sujeitos que atuam dotados de um senso prático, de uma análise adquirida no princípio de visão e divisão, de estruturas objetivas e de esquemas de ações que orientam a situação e a resposta adequada.

Politicamente, a existência dessa fissura nas classes sociais, incide diversidades dos atores, na medida em uns representam um desafio permanente às instituições próprias do estado e preservam historicamente os interesses sociais constituídos, por meio da representação em espaços políticos, organizados pelo próprio estado que passa, assim, a desenhar um papel de fundador dos próprios atores sociais.

Enquanto outros rompem com a inversão da história, revelando-se portadores de projetos articulados inteiramente fora, em oposição ao estado. Estes projetos evidenciam fatos em que os atores de tal esfera, dispõem de repertórios lógicos e espaços de atuação que não coincidem com os do estado e nem com os do sistema político.

Ao mesmo tempo, estes novos atores sociais, ao se organizam em redes, grupos e áreas mais amplas e tendem a ser voláteis, como são os conflitos da ação-direta, podem no âmbito de valores altruístas, assumirem diversos tipos de manifestações: desde aqueles que se esvaziam junto com o próprio esgotamento do circuito reivindicativo, até aqueles que ganham fôlego e passam a marcar presença no espaço político institucional, estabelecendo assim, um novo campo ético-político.

O papel político das organizações no campo abriu a possibilidade para novas formas de identidade dos trabalhadores rurais combinando, “direitos legais” e “direitos ilegais”. O

percurso e a matriz discursiva dos movimentos sociais, rurais organizados, contribuíram para a base de formulação dos arranjos da proposta de reforma agrária no Brasil. Entre as práticas coletivas que constituíram os grupos em luta, cabe destacar inicialmente os movimentos mais representativos da década de 1950 até 1985, deslanchados pela Ligas Camponesas, na década de 1950, as Comissões Eclesiais de Base (CEBs) na década de 1960; Comissão Pastora da Terra (CPT) em 1975.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras (MST), fundado em 1985, — numa conjuntura de mudança estrutural quanto o papel do estado, saindo de um ciclo de ditadura militar para a transição da “Nova República” — tem como lema central “ocupar, resistir e produzir” e como objetos de alcance: a terra; a reforma agrária e uma sociedade socialista. O mesmo teve e vem tendo um papel fundamental nas novas abordagens paradigmáticas do próprio conceito de sociedade civil, com reivindicações pautadas nas culturas políticas de mobilizações, emblemáticas e territoriais por identidade, mudando de um tipo histórico, heterogêneo, socialmente coletivo, para um tipo de sujeito emergente. Promovendo assim, uma mudança no ritmo histórico concentrador e latifundiário do país.

Mesmo diante do auspicioso movimento das forças políticas brasileiras — arregimentadas pelo estado e referendadas por parcela da sociedade civil — para implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Este teve como promessas, o rompimento do monopólio da terra, e a desastigulação dos conflitos no campo. Num processo simultâneo, alguns setores empresariais que já vinham se mobilizando em várias partes do país, a partir das críticas à política agrícola ganham força de organização nacional.

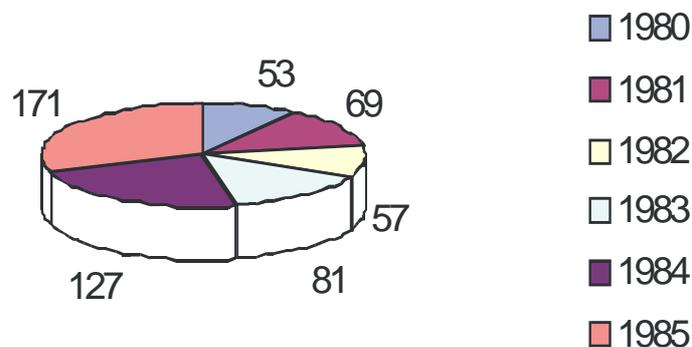
Unificados pela crítica à relativa ineficiência das antigas associações de classe, devido, ao caráter tradicional de sua atuação política, orientado para o estado, esses setores deram início ao que viria se constituir na União Democrática Ruralista (UDR). Esta associação da classe ruralista que visava à incorporação de diferentes setores do campesinato, surgiu como uma verdadeira resposta ao momento político. Seu papel na trajetória do projeto de reforma agrária no governo de transição foi bastante determinante.

Num primeiro momento, a ação desse grupo, foi de enfrentamento direto com o MST. De acordo com os números expressos na figura 3, só em 1985, foram 171 assassinatos no campo, superando os próprios índices do regime militar. Num segundo momento, a UDR, já

beneficiado com o retrocesso do PNRA, passou a investir via assessoria jurídica, fazendo pressão junto à justiça para inviabilizar os processos de desapropriação de terras, na etapa já bastante débil da implantação dos Planos Regionais.

No I Encontro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), foi avaliada à frustração do projeto de reforma agrária do governo de transição, vistos os limites impostos a qualquer política mais comprometida com as demandas dos setores populares. Referindo-se as dúvidas existentes por ocasião da formação da equipe que deveria elaborar o PNRA, José Gomes da Silva (1996), reflete que apesar dos amplos apelos dos movimentos sociais, para participação na elaboração do PNRA e ao mesmo tempo, o enfrentamento nas Comissões da Constituinte para não permitir as mudanças ocorridas no PNRA, este fatalmente enveredou por caminho contrário à vontade popular, mesmo considerando a forte presença dessa demanda nas negociações, o empenho do governo de transição na elaboração e implantação desse Plano, não atingiu nem mesmo os limitantes termos previstos pelo Estatuto da Terra.

Figura 3  
Brasil: Assassinatos no Campo (1980 a 1985)



Fonte: CPT, 1990.  
Elaboração: Madalena Noronha

As indagações sobre os determinantes da fragilidade política do PNRA são questões que não podem ser resumidas somente a partir do diagnóstico da vocação ou do perfil conservador e aliancista, da transição política, nem também, nos moldes de enfrentamentos dos empresários rurais. Análises sobre esta questão têm que admitir os limites e contradições postos tanto nas próprias bases do movimento “vanguardista”, quanto nas definições do Plano em suas metas, objetivos e, sobretudo, na dosagem excessiva de burocracia. Essa debilidade

apontou o caráter politicamente anacrônico, frente simultaneamente, aos desafios colocados pela forma de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e às possibilidades que o avanço das novas forças sociais progressistas, vinha oferecendo à democratização do país como um todo.

### **3 PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA) OBJETIVOS E METAS: AVANÇOS E RECUOS**

É verdade que os 21 anos que decorreram entre a promulgação do Estatuto da Terra e o fim do ciclo do regime militar, em nome, de uma proposta de redistribuição e modernização da agricultura, com grande parte das propriedades rurais mantidas como reserva de valor, acentuou na estrutura fundiária a lógica perversa da **expropriação** e **exploração**. O saldo não poderia ser menos doloroso, sobretudo, para a pequena produção que se fragmentou e se parcelizou, internamente em seus mínimos módulos agrícolas. O discurso do governo de transição sobre o papel da reforma agrária, em oportunizar uma melhor distribuição de renda e romper com o monopólio da terra levou esta política, mas uma vez, a ser o cerne da questão na sociedade brasileira.

O apoio das instituições encarregadas de assegurar a credibilidade do projeto da reforma agrária, não se fez tardar. Setores da Igreja, que durante o regime militar, estiveram fortemente marcados pelo seu compromisso com as camadas populares, colocando-se em permanente tensão com o Estado brasileiro. No momento da passagem para o regime civil se viram obrigados a redefinir sua relação com o Estado assumindo, o compromisso com as promessas da Aliança Democrática e com a reforma agrária ainda, nos palanque da campanha das diretas já<sup>1</sup>.

Diante desse desafio e coerente com a sua prática tradicional de assegurar sua auto-reprodução o apoio da instituição ao projeto de reforma agrária do governo, se deu através de um peculiar arranjo de sua visão de mundo, ética e transcendental, com o diagnóstico dos custos sociais da modernização da agricultura, resultando daí um discurso de raízes éticas, vinculado à conquista da democracia, ao alargamento da cidadania para os excluídos do milagre, tendo a reforma agrária à função de corrigir essa defasagem. Nessa perspectiva, a democratização da terra era entendida como pressuposto ético de democratização da sociedade.

---

<sup>1</sup> Exercendo forte influência, chegou a indicar o nome de Nelson Ribeiro para o Ministério da Reforma Agrária de Sarney.

Dessa forma, o conceito de reforma agrária, desses setores da Igreja, tinha vários pontos de aproximação com o projeto da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) defendido desde a década de 1950 — uma reforma agrária lenta e gradual —.

Em seu discurso a preocupação com a adesão de **“todos”** demonstrava os termos da ambigüidade, que orientou a sua prática. Por exemplo, às vésperas da aprovação do PNRA e da renúncia de José Gomes da Silva da presidência do INCRA, quando já não restavam mais dúvidas sobre a inexecutabilidade da reforma agrária, Dom Luciano Mendes de Almeida, da CNBB, anunciava que a reforma agrária só seria realizada se não fosse apenas um ato presidencial ou de grupos comprometidos com os mais favorecidos, mas quando se tornasse prioridade para todos os segmentos sociais.

Na prática, essa máxima, expressava a fragilidade dessa posição num momento em que se acirravam as contradições e os conflitos inibidores do avanço da luta institucional pela reforma agrária. Seu limite ético, definido nos termos do compromisso impunha-lhe a manutenção do projeto distributivista enquanto instrumento de **“realização da justiça social”** (grifo nosso). E, por consequência, a necessidade de negociar com o Estado, um projeto que deveria sensibilizar todos os setores sociais, mas na realidade, envolvia interesses contraditórios e desencadeava conflitos.

A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi uma das principais articuladora do modelo de reforma agrária institucionalizado. Mesmo na ditadura militar a instituição jogara papel importante e decisivo na aprovação do Estatuto da Terra. A presença da mesma no governo de transição, se deu no plano da consensualidade entre governo e movimento sindical rural, tanto pela implementação da reforma agrária, como pela participação efetiva da elaboração do Plano nacional, bem como na definição das áreas prioritárias para a implementação do projeto.

Mantendo sua tradicional prática política — tendo no Estado seu principal interlocutor — portadora de um projeto de reforma agrária para o desenvolvimento econômico, não se permitia enfrentar as contradições sociais no campo. A instituição passa pelo governo de transição, dividida entre a contingência de legitimar espaços de poder e a necessidade objetiva de assegurar sua credibilidade, junto aos trabalhadores rurais das diferentes categorias existentes no campo.

Em que pese essa instituição ter sofrido pressões pelas “novas forças” do movimento social, sindical, do Partido dos Trabalhadores (PT) e do MST, aglutinados em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que a levou a redefinir o diálogo com o Estado, resultando no novo pacto político, o qual assegurou sua hegemonia junto aos movimentos sociais no campo.

Isso pode ser percebido na comparação entre as decisões do 3º Congresso da COTAG, realizado em 1979, onde as resoluções procuravam fortalecer a estrutura sindical, ampliar a participação da base e compor uma pauta de reivindicações. O projeto de reforma agrária, definido como bandeira unificadora de todas essas lutas, garantida pela aprovação do encaminhamento das reivindicações, por pressão coletiva, parecia prometer avançar para além dos estritos limites da legislação existente — o Estatuto da Terra — e, no que se referia à estrutura sindical, condenava o sindicalismo atrelado e demonstrava maior liberdade e pluralidade sindical.

Já o 4º Congresso, realizado em maio de 1985, se deu em um clima bastante conflituoso, com outros setores que defendiam a autonomia do movimento sindical e dos trabalhadores. Mas a CONTAG, segue um caminho de negociação com o Estado, armada com o Estatuto da Terra, e com o conteúdo da primeira proposta do PNRA. Já no início do congresso, fez forte defesa pela unicidade sindical — firmemente aprovada — e a intenção clara, de assegurar espaços de aproximação com Estado, esta intenção era orientada para o PNRA, cuja primeira versão foi legitimada e lançada pelo o presidente Sarney, para o público do próprio Congresso.

O diagnóstico que justificou o PNRA teve como base, os dados do Cadastro de imóveis rurais do INCRA<sup>2</sup>, cuja argumentação se fundamentava no caráter concentrador e excludente da atual estrutura agrária do país, responsável pela tendência de acumulação de terras ociosas, com prejuízos evidentes ao nível de produtividade agrícola do país e, em especial à produção alimentar, dada à preferência da grande produção pela exportação. Baseado nesta avaliação propunha a desapropriação por interesse social do latifúndio por extensão e por dimensão, tendo em vista o assentamento de trabalhadores rurais sem terra, ou com terra insuficiente para se auto-reproduzirem.

---

<sup>2</sup> Instrumento prioritário na época da ditadura militar, já citado na análise referente ao Estatuto da Terra.

No processo de elaboração do PNRA, o mesmo, caminhou de mãos com os intelectuais comprometidos com os trabalhadores rurais, e representantes dos interesses do empresariado rural no Governo Federal, cujo empenho foi de modificar a proposta inicial. A inversão do Plano foi fruto de uma ação coletiva eficaz, coordenada de forma ágil pelas elites rurais, através de suas associações representativas, exercidas sobre o controle do MIRAD/INCRA, via os canais de comunicação política existente no Congresso Nacional e na Presidência da República.

Finamente, aprovado pelo presidente Sarney, em 10 de outubro de 1995, sob o Decreto Lei nº. 91.766, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), depois de 12 versões até chegar ao impresso final — com as armas da **“República”** —, teve sua base jurídico-institucional montada, essencialmente, no Estatuto da Terra, que em seu Art. 1º regula os direitos e obrigações para fins de execução de reforma agrária dos imóveis rurais, alterando o Art. 147 da Constituição de 1946, através da Emenda Constitucional nº. 10/69. Tendo também como base os parâmetros da ratificação do Brasil na Conferência de Punta del Leste.

A proposta excluiu a desapropriação os latifúndios que estavam cumprindo a função social, mesmo reconhecendo as elevadas incidências de posseiros e arrendatários. Apesar de manter as áreas prioritárias para a referida reforma agrária, transformou a figura da desapropriação, em recurso externo a ser utilizado, uma vez comprovado a impossibilidade de negociação e entendimento entre as parte interessadas. Além disso, centralizou as decisões, submetendo toda e qualquer desapropriação ao controle da Presidente da República. — Tal qual os militares —.

Essa decisão final da política do governo para proposta de reforma agrária se faz completar, também, com aprovação simultânea ao PNRA de uma estratégia através de Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) que, entre outras ações, subordinou o PNRA a uma política agrícola, formulada pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Dessa forma o Ministro Nelson Ribeiro, controlado pelo PNDR e podado pelo Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) — que absorvia todos os recursos — ficou sem função. Nesse novo instrumento, ficou estabelecido, que o acesso a terra deveria ser concedido aos trabalhadores com tradição agrícola, também foi instituído o conceito de função econômica — perfeita correlação entre produção, área e mercado — a ser utilizado complementarmente à

função social da terra. Através desse conceito, os autores do Plano de Desenvolvimento Rural, preocupavam-se em rever os critérios de ociosidades dos imóveis rurais, atendendo a reivindicações das Associações de Produtores Rurais.

Foi através da exigência da impeditiva comprovação, de tradição agrícola para efeito de concessão do acesso à terra, que os reais pretendentes eram eliminados da reforma agrária, parte considerável dos integrantes do MST, vinham ameaçando cada vez mais, através das ocupações, nas propriedades de terras ociosas.

A função social da terra atendeu os preceitos explícitos na Constituição de 1946, que em seu Art. 153, § 22 consagrou o direito à propriedade como função social, condicionada ao bem estar da Nação. O Estatuto da Terra ao definir a ação governamental como sendo um dos objetivos para implementação da reforma agrária, definiu também em seu Art. 16 que a reforma agrária era um instrumento que visava estabelecer a relação entre o homem e o uso da terra propiciando, sobretudo, a **justiça social**, com extinção gradual do latifúndio e do minifúndio. Tendo como fim último, a garantia do desenvolvimento econômico do País.

No entanto, havia uma mudança substancial entre a proposta de extinção dessas categorias e a aprovada na versão final do PNRA. Cujas, propunha como objetivo maior “promover melhor a distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso {...}” (INCRA, 1985, p. 23).

A partir daí, foram sendo desmembradas as diretrizes fundamentais do Plano, que estabeleceu seus objetivos específicos em cinco grandes eixos:

- 1) Contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias primas, visando ao atendimento prioritário do mercado interno; 2) possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho; 3) promover a diminuição do êxodo rural, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes; 4) contribuir para aumentar os benefícios sociais proporcionados pelas inversões públicas direta ou indiretamente relacionados com o desenvolvimento do setor rural 5) promover a paz ao meio rural, mediante a erradicação dos focos de tensão. (INCRA, 1985, p. 23).

Com base nos dados das Estatísticas Cadastrais do INCRA, de 1978, e das Estatísticas Tributárias de 1984, o Plano estabeleceu metas quanto o assentamento de pessoas, tendo como pressuposto a existência de um contingente de 10.6 milhões de trabalhadores rurais sem terra. Estimando-se que, deste total, cerca de 3.5 milhões de assalariados permanentes ou temporários estavam desempregados, dado a dinâmica da agricultura empresarial. Os beneficiários do programa, seriam cerca de 7. 1 milhões de trabalhadores rurais, cujos assentamentos, eram previstos para 15 anos, ou seja, até o ano 2000. Durante o quadriênio de 1985, a proposta postulava o assentamento de 1.4 milhões de trabalhadores, assim distribuídos conforme a tabela nº. 6. Para realizar as metas, o Plano contava com um estoque de terras na ordem de 409,5 milhões de hectares pertencentes aos latifúndios por dimensão e exploração, além de uma estimativa de 17,7 milhões de hectares correspondentes a terras arrecadas pela União.

Tabela 6  
Brasil: Metas do PNRA na nova República (1985 – 1989)

<b>Períodos</b>	<b>Famílias Assentadas</b>
1985 – 1986	150.000
1987	300.000
1988	450.000
1989	500.000
<b>Total</b>	<b>1.400.000</b>

Fonte: MIRAD, 1985, 1998, p. 25.  
Elaboração: Madalena Noronha.

O próprio PNRA definiu as metas de assentamentos das Regiões/Estados e delimitou as áreas prioritárias para as desapropriações, incorporadas nos planos regionais. A justificativa se pautava no fato de que estas questões, deveriam ser tratadas em nível nacional, mesmo admitindo que para a efetivação em suas ações concretas, dependessem de incorporações de metas locais. Tanto as metas das áreas a serem desapropriadas, como o número de famílias a serem assentadas por região se encontram distribuídas na figura 4. Nesse sentido, essa seleção atendeu alguns critérios complementares tais como: compatibilização entre o número de famílias beneficiárias, área necessária para assentamentos e, especificação das regiões geográficas.

Os indicadores, para definição de prioridades destas áreas, tiveram como base o Art. 20 do Estatuto da Terra e outros que viessem ser incorporados como resultado das discussões em nível nacional, regional e local, que naquele momento se iniciava. Assim, foram

considerados os seguintes itens: a) incidência de conflito pela posse da terra; b) de complexo latifúndio/minifúndio; c) áreas próximas aos grandes centros urbanos, ou áreas densamente povoadas que estivessem na iminência de serem utilizadas por loteamentos imobiliários especulativos; d) áreas com incidências de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, arrendatários, posseiros, parceiros e assalariados.

O Programa Básico de Ação consistia no assentamento de trabalhadores rurais e se fundamentava em eixos básicos como: oferta de terras e promoções das condições do uso e da organização do trabalhador. Constituindo-se, assim, em objetivos, etapas que iam desde a caracterização, diretrizes operacionais, ações imediatas aos programas complementares tais como: regularização fundiária, colonização, tributação da terra; e os programas de apoio Cadastro Rural, Estudos e Pesquisas, Apoio Jurídico e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

A proposta do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para levar a cabo o PNRA, listou uma série de ações a serem desencadeadas logo no primeiro período, para impulsionar o Programa, destacando-se: a desapropriação das terras, cujo processo de licitação estivesse concluído, suspensão imediata dos processos de licitação das terras arrecadadas para utilização de assentamentos dos trabalhadores; providências imediatas para a desativação das milícias e o desarmamento nas áreas de latifúndios; cumprimento da Lei dos Sítios, do Estatuto de Lavoura Canavieira, que destina lotes de 2 hectares, para produtores que já cultivavam a terra.

Ainda determinava que os funcionários deveriam desenvolver imediatamente trabalho de sensibilização em todas as instâncias de órgãos públicos, especialmente no poder Judiciário pela constitucionalidade dos Artigos 3º e 11º do Decreto Lei 554/69, que fixam preços justos para desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Por fim, a proposta abordou a demanda de recursos para o período de 1985 a 1986, para o cumprimento das metas de acesso à terra dos 150 mil beneficiários previstos na implantação do Plano. Foi estimado (em valores de maio de 1985, em milhões de cruzeiros) CR\$ 4.623.707,7. Distribuídos em indenização das terras nua, benfeitorias, e ações de

redistribuição. As principais fontes e recursos disponíveis foram do Governo Federal e do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).



Nesse processo de concepção do PNRA, foram colocadas em prática as mais evidentes formas de atuação, onde os fazendeiros souberam associar velhas e novas práticas políticas, historicamente eficientes, de atuação direta junto ao poder instituído, através dos canais de comunicação existentes no Congresso Nacional e na Presidência da República. Assim é que, por ocasião do lançamento da primeira proposta do PNRA a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e outras associações de classe dos fazendeiros, se mobilizaram no sentido de assegurarem seu espaço de participação nas decisões sobre a política de reforma agrária.

As prioridades do governo em investimentos estatais e na subordinação da política fundiária à política agrícola acabaram interferindo diretamente nas propostas originais do PNRA. As modificações feitas na Constituição de 1988 ocasionaram a parcial derrota da reforma agrária, derrubando o Ato Constitucional nº. 10/69, devolvendo a questão agrária, sobremaneira, aos idos de 1946, aprovando a falácia da propriedade produtiva e restabelecendo a obrigatoriedade do prévio pagamento das indenizações.

Em nossa compreensão, houve limites e contradições tanto nas próprias bases do movimento “vanguardista” quanto por parte do governo nas definições do Plano, quanto suas metas e objetivos. Essa debilidade apontou o caráter politicamente anacrônico, frente simultaneamente, aos desafios colocados pela forma de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e as possibilidades que o avanço das novas forças sociais progressistas vinha oferecendo à democratização do país como um todo.

A concepção conceitual do PNRA teve uma dosagem significativa dos setores conservadores. Neste sentido, ele foi fortemente influenciado por um discurso elaborado pela corrente que advoga a eliminação do latifundiário improdutivo, de modo a assegurar a criação de um mercado consumidor interno no meio rural, promovendo a produção de alimentos a baixo preço para crescente população urbana, a liberação de mão-de-obra e a produção de matéria-prima para os setores industriais em desenvolvimento, de forma produtivista.

Nessa ótica, o combate ao latifúndio, significava a eliminação das formas de produção arcaicas, foro, parceria etc., de modo a acelerar o processo de proletarianização, no campo e, conseqüentemente, a re-criação do campesinato, *fetichizado* pela reforma agrária, na figura do pequeno proprietário rural, o que seria um mal, ou uma ameaça necessária nesta direção. A

produção crítico-intelectual, da época, respaldava esse equacionamento de reforma agrária, mesmo quando enfatizando claramente, a necessidade de uma reflexão da questão agrária na ótica dos interesses dos trabalhadores rurais, essa tendia pensar o campesinato, como forma de produção pretérita, a ser superada com o avanço das relações de produção capitalistas no campo.

### 3.1 EXECUÇÃO DO PNRA (DE SARNEY À FERNANDO HENRIQUE)

O objetivo desta pesquisa não se pretende adentrar em uma análise mais detalhada de todos os eixos programáticos que nortearam o PNRA, desde a sua implementação em 1985, até 2002 — horizonte temporal dessa pesquisa —. Esta se reservou ao tratamento de dois indicadores essenciais, o primeiro de ordem instrumental, inerente, ao Plano/Projeto tais como: as metas, objetivos, programas de ações e execução, que contraditoriamente aos propósitos do presidente Sarney ao presidente Fernando Henrique, este, foi análogo, e, ao mesmo tempo, aquém do Estatuto de Terra. O segundo, de ordem político-estratégica tanto na pactuação do governo com os capitalistas fundiários e a oligarquia improdutiva, que secularmente reproduz a velha lógica da estrutura fundiária do país: a *expropriação* da pequena produção.

Desta forma, se fará uma análise sucinta sobre a previsão e execução dos governos subseqüentes ao presidente Sarney. Consolidando num quadro, os assentamentos implementados desde os projetos de colonizações até o presidente Itamar Franco.

Considerando, que nos dois períodos de mandatos do presidente Fernando Henrique, ocorreram mudanças profundas na estrutura do PNRA — visto a consolidação de um modelo néo-liberal, que dentre outras medidas promoveu a supressão de créditos e desmantelamento das instituições — cujo desdobramento destas medidas rebateu significativamente na capacidade de subsistência e autonomia da pequena produção e, em especial, dos assentados do projeto Amaralina. Daí, entender-se a necessidade de um esboço mais apurado deste período.

O governo Collor (1990 – 1992), prometeu inicialmente assentar 500 mil famílias, mas só 23 mil foram assentadas, assim mesmo faziam parte do estoque deixado pelo governo Sarney. Foi de certa forma, o início da implementação do ideário neoliberal no Brasil, de maneira mais evidente, havendo modificações quanto o papel do Estado na economia, com privatização em larga escala das empresas estatais e redução das taxas alfandegárias para estimular as exportações. No plano fundiário, o governo passou a incentivar o retorno dos projetos de colonizações, além de reprimir duramente o movimento sem terra, não havendo dialogo entre sociedade e Estado.

O governo Itamar Franco (1992-1994), sucessor de Collor, havia previsto assentar 20 mil famílias, em 1993, e 60 mil em 1994, beneficiou apenas 12.600 famílias. O presidente deu continuidade à política de privatização. Um dos seus grandes feitos foi a regulamentação retroativa à Constituição de 1988, da Lei Agrária, (Lei 8.629) reclassificando as propriedades rurais no Brasil da seguinte forma: 1) minifúndio – dimensão menor que o módulo rural fixado para o município; 2) pequena propriedade – dimensão entre um a quatro módulos rurais; 3) médias propriedades – dimensão entre cinco a seis módulos rurais; 4) grandes propriedades – dimensão superior a quinze módulos rurais.<sup>1</sup>

A Lei Agrária, ao regulamentar as questões postas na Constituição, eliminou o viés jurídico que impossibilitava as desapropriações. Incluindo o chamado “rito Sumário”, estabelece um prazo de 120 dias para o poder Judiciário decidir se propriedade em juço é passível de desapropriação. Desta forma, a lei Agrária, foi mais um instrumento impedidor e controlador das lutas pela reforma agrária.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995 2002) as pressões e enfrentamentos pela reforma agrária foram bastante tensas, dado a postura oficial “contemplativa” do governo. Tanto o massacre de Corumbá<sup>2</sup>, como as deliberações do 3º Congresso do MST ocorrido em Julho/95, obrigou o mesmo a sair do imobilismo.

Da relação, perpassada pelos aconselhamentos de agências internacionais, operadoras do *Consenso de Washington*, com o Banco Mundial, resultou na definição do novo formato

---

<sup>1</sup> O tamanho do módulo varia de acordo com a região. Está estabelecido entre 5 a 110 hectares.

<sup>2</sup> Ocorrido em Rondônia, em agosto de 1995.

para o programa de reforma agrária, ajustado ao projeto neoliberal. Surge, então, no Brasil, a reforma agrária de “**mercado**”, através da qual, na percepção dos seus formuladores, haveria supostos barateamento e celeridade do processo, propiciado, pelos efeitos supremos do mercado. A tentativa de pacificação no campo, com os sem terra e latifundiário, ambos negociando, em balcão, pacificamente a compra e venda de terra; a descentralização do programa entendido como a transferência para Estados e, principalmente, para os municípios, os custos financeiros e políticos da reforma agrária; a contribuição do Ministério para o esforço fiscal e para o Estado Mínimo, com o desmonte do INCRA.

### **3.1.1 Novo mundo rural**

Na medida em que o Banco da Terra, não conseguia deslanchar na dimensão prevista, por conta das pressões políticas do Fórum Nacional pela Reforma Agrária, como alibi para a redução substancial nas dotações orçamentárias para a reforma agrária, o governo passou, a assumir o discurso segundo o qual, face os recordes números de assentamentos entre 1995 e 1998, chegara a hora de tratar da qualidade desses assentamentos.

Para tanto, criou o “Novo Mundo Rural”, por meio do qual foi extinto o Programa de Crédito Especial para os Assentados de Reforma Agrária, (PROCERA) sob o argumento de que não há diferença entre um agricultor familiar, recém-empossado na terra, e um agricultor familiar consolidado.

De acordo com as formulações do novo mundo rural, o progresso técnico na agricultura tem levado a um crescente tempo excedente de trabalho nas atividades agrícolas. Em função disso, os agricultores familiares, no caso, passaram a desenvolver outras atividades, não agrícolas, para aumentar a renda familiar.

Para viabilizar a engenharia do novo mundo rural, o governo centralizou o programa de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, ficou explícito que, de um lado, sob o comando do Ministério da Agricultura, estariam às políticas dirigidas aos setores tidos como de relevância econômica

para a agricultura; de outro, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, os segmentos excluídos, objeto das políticas sociais compensatórias, no agrário.

Em 12 de junho de 1997, o governo editou a MP n.º 1.577, já na sua 34ª reedição. Com esta medida, foram alterados vários dispositivos da Lei Agrária Nacional (Lei n.º 8.629/93); do Decreto-Lei n.º 3.365/41; e do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/64). Com o Decreto, foram adicionados critérios balizadores da vistoria em imóvel rural destinado para reforma agrária.

Entre as conseqüências dos principais dispositivos desse instrumento, destacam-se: 1) caso um decreto declaratório não se traduza na desapropriação do imóvel no prazo de 5 anos, o mesmo caducará, impondo-se a automática imunidade desse imóvel à desapropriação, pelo período de um ano. Com o INCRA em processo de desmonte absoluto e, portanto, com sofrível capacidade operacional, combinado com as impossibilidades de recursos nos processos administrativos das desapropriações, poucos imóveis alcançarão as efetivas desapropriações; 2) o imóvel objeto de ocupação, ou de ameaça de ocupação, não seria vistoriado durante a vigência dos cinco anos agrícolas seguintes à ocorrência do evento.

A Constituição Federal, dessa feita foi novamente alterada por uma lei ordinária, que determinava a não desapropriação das pequenas e médias propriedades e a propriedade produtiva.

O próprio governo, reconhecendo a impropriedade dos juros compensatórios no processo de desapropriação, e o peso da prática dessa excrescência nos custos das mesmas, incluiu o dispositivo no projeto de lei e enviou ao Congresso, alterando a legislação do Rito Sumário da desapropriação, vetando qualquer tipo de verba compensatória nesses processos. Ante as reações ferozes da bancada ruralista, no Congresso Nacional, o governo, de pronto, voltou atrás. Agora, pela primeira vez, tenta-se consagrar essa lei.

Tanto a cédula da Terra, como o Banco da Terra, foram dois instrumentos criados e ao mesmo tempo, modificados para comandar o processo de aquisição de terras, e colocar em prática a chamada reforma agrária de mercado, quanto à Lei Complementar n.º 93, de 05 de fevereiro de 1998, que institui o Banco da Terra, não conseguiram deslanchar por conta, das ações das entidades que compunham o Fórum Nacional Pela Reforma Agrária. Essas

entidades, baseadas em farta comprovação de desvios de finalidade na execução da Cédula da Terra — programa piloto do Banco da Terra — ingressaram com solicitação de Painel de Inspeção junto ao BIRD — principal instituição financiadora desse programa — requerendo a suspensão do apoio daquela instituição ao Banco da Terra, e a conseqüente transferência dos recursos para o programa de reforma agrária, clássica. O BIRD terminou não liberando os recursos’, o que levou o governo a instituir o Banco da Terra e depois transformar a Cédula da Terra em Programa de Crédito Fundiário.

Já o Leilão de Terras, foi um instrumento que se caracterizou pelo estabelecimento de condições facilitadas — antecipação —, para o resgate dos Títulos da Dívida Agrária (TDAs) emitidos para a aquisição de terras, via sistemática de leilões. Com tal providência, o governo concorreu para a inviabilização financeira do seu programa de assentamento; novamente, em benefício do latifúndio. Porque os TDAs foram criados, através de Emenda Constitucional, não apenas como meio de impor sanção ao latifúndio improdutivo, mas, também, para permitir, através de prazos dilatados o resgate desses títulos, condições para o Tesouro financiar a reforma agrária.

Apesar de todas as perdas que o Projeto de reforma agrária sofrera na Constituição de 1988, não obstante, esta, reafirmou os propósitos, da permanência de prazo de até 20 anos para o resgate dos TDAs. Portanto, nas condições de encurtamento dos prazos fixados para o resgate, estabelecidas para o Leilão de Terras, esses títulos passam a adquirir grande liquidez.

As primeiras tentativas de implementação desse mecanismo, não prosperaram face das resistências dos grandes proprietários em oferecerem as suas terras para o INCRA, em razão do prazo de dez anos fixado para o resgate das TDAs. Para resolver o problema, o governo reformulou o Decreto 433, de 24.01.92, por meio do Decreto n.º 2.614, de 03 de junho de 1998, antecipando, para prazo máximo de cinco anos, os resgates dos TDAs, dos imóveis até 3.0000 hectares, arrecadados via leilões, ou seja, quase a totalidade dos imóveis nas Regiões Sul e Sudeste, para as quais se dirige, preferencialmente, essa sistemática de aquisição de terras. Assim, ficou institucionalizada a terceirização dos negócios de terra, confirmando a estratégia de redução das atribuições do INCRA para meros objetivos de supervisão do programa de reforma agrária e de processamento dos empenhos financeiros, em nome das empresas imobiliárias, fundiárias que intermediaram, no caso, os procedimentos dos leilões de terra.

A atual lei que regula a incidência do Imposto Territorial Rural (ITR) — Lei n.º 9.393/96 — derivou da MP n.º 1.528/96, cuja, veio substituir a recente legislação sobre a matéria (Lei n.º 8.847/94). O governo Fernando Henrique, enfatizou as alterações processadas na legislação sobre a tributação da terra, como iniciativas fortemente punitivas do latifúndio improdutivo; moralizadoras do tributo, via de justiça fiscal; rebaixadoras dos preços da terra e; portanto, instrumento valioso para a democratização da posse da terra. Por ocasião do lançamento da MP, o próprio Fernando Henrique, garantiu através da imprensa que, no primeiro ano de vigência da nova legislação, a arrecadação do ITR saltaria para R\$ 1.6 bilhões, o que revelaria o êxito da dimensão fiscal tributária.

A primeira observação a ser feita sobre a mudança da legislação do ITR refere-se a “coincidência” da sua efetivação, justamente quando entrara em vigor, em 1997, o instituto da ‘progressividade no tempo’ fixado pela Lei n.º 8.847/94 (a lei n.º 8.847/97, que teve os seus efeitos iniciados em 1995). Por meio desse dispositivo, após dois anos mantidos improdutivos, o latifúndio teria a alíquota dobrada, a cada ano. Ou seja, após esses dois anos, a alíquota saltaria para 9%; no 3º ano, dobraria para 18%; no 4º, 36% e, assim, sucessivamente.

### **3.1.2 As metas do PNRA e a realidade fundiária**

O governo de Fernando Henrique, diz ter assentado de 1995 a 2000, 498.827 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra, ou cerca de 1.8 milhões de pessoas. Ainda que desprezíveis relativamente às demandas da reforma agrária no Brasil merece reparos estas informações.

Em seu programa de governo o presidente havia previsto distribuir cerca de 400 mil títulos de propriedade, mas após as eleições a meta foi reduzida para 260 mil famílias. Os Relatórios de Atividades do INCRA, exercício 1995, registram que, das 42.912 famílias tidas como assentadas naquele ano, 23,8% tratavam-se de famílias objeto de ações de consolidação de projetos antigos. Em 1996, as famílias nessas condições representaram 32%, das 62.044 famílias declaradas assentadas. Em 1997, o respectivo Relatório do INCRA informa que

26,3% das 81.944 famílias oficialmente anunciadas como assentadas, eram egressas de projetos antigos. Em 1998, o governo garante ter implantado assentamento para 101.094 famílias. Destes, o Relatório do INCRA, do respectivo exercício, informou que apenas 76.027 famílias foram objetos de assentamentos em projetos novos.

No ano de 1999, o governo afirma que foram assentadas 75 mil famílias. Todavia, a análise dos dados oficial mostra que o governo incluiu dados já executados em projetos antigos envolvendo 12.843 famílias já assentadas; 25.174 famílias em imóveis que ainda se encontram em fase de imissão de posse e 3.798 famílias situadas em imóveis objetos de regularização fundiária.

Pelos relatórios do INCRA, em 1999, foram assentadas 25.831 famílias. Muito embora o governo tenha publicizado que de 1995 a 1999 assentou 362.994 famílias. Ainda os mesmos relatórios, comprovam que apenas 237.332 famílias foram assentadas. Admitindo-se que somando os dados informados na figura de nº 5 — demonstrados no relatório divulgado pelo INCRA através da Ouvidoria Agrária Nacional em 2003 — com o número de famílias assentadas e acampadas para o período de 1995 a 2002, no cômputo geral, seriam cerca de 489.827 mil famílias, no entanto, admitindo a lógica da contradição dos dados de 1995 a 2002 foram assentadas apenas 368.101 mil famílias. A tabela 7 é uma síntese dos assentamentos rurais, compreendendo os projetos de colonizações e de reforma agrária.

Tabela7  
Assentamentos Rurais no Brasil (1965 – 1993)

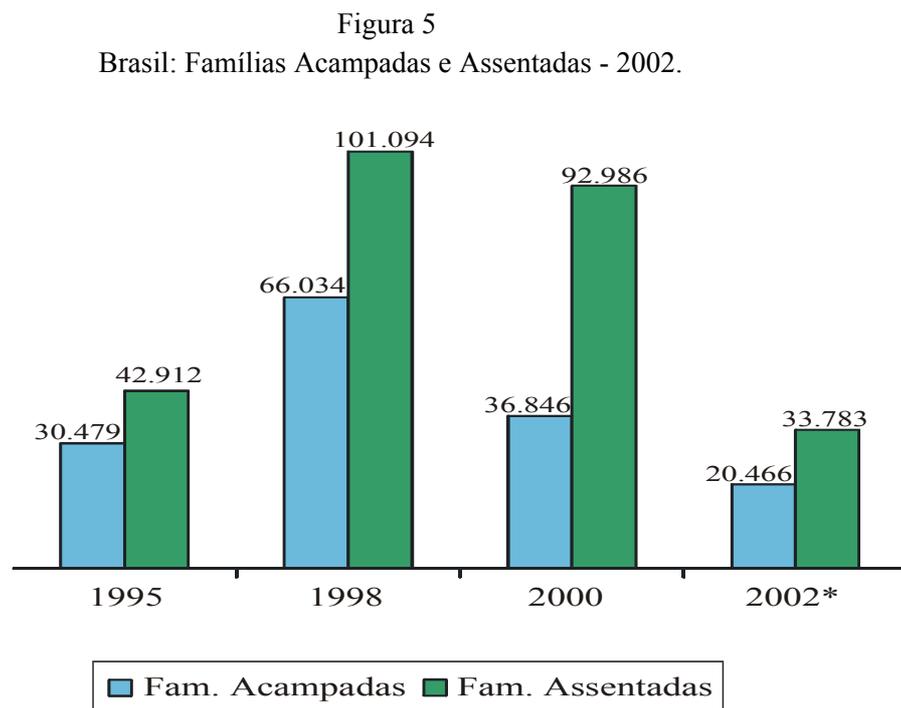
Administração	Projeto de colonização		Projeto de reforma agrária	
	Área	Nº Famílias	Área	Nº Famílias
Anteriores - 1965 a 1978	9.257.905	46.745	-	3.333
Gov. Figueiredo - 1979 a 1974	4.812.137	3.864	4.492.813	6.314
Sarney – 1985 a 1989	28.853	696	2.597	82.686
Fernando Collor – 1991	-	-	-	38.405
1992	-	-	-	-
Itamar Franco – 1992 a 1993	-	-	545.228	9.755
<b>Total</b> <b>29 anos</b>	<b>14.098.895</b>	<b>51.305</b>	<b>5.040.638</b>	<b>140.493</b>

Fonte: Relatórios INCRA 1970/1995.

Elaboração: Madalena Noronha.

Um dado importante deste relatório, diz respeito ao número de famílias acampadas, em média, cerca de 153.825, revelando que todo mecanismo do governo ao desmobilizar a

luta organizativa do MST, através das políticas compensatórias e de incentivo à negociação direta dos trabalhadores, com os proprietários — como já analisados nesta pesquisa —, este número revela a não adesão dos trabalhadores a estes programas. Figura 5.



Fonte: Relatório INCRA, 2002.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Mesmo, o governo admitindo ter assentadas em torno de 1.8 milhões de pessoas, entre 1995 e 1999, estudos desenvolvidos por pesquisadores do alto escalão do próprio governo apontam a absoluta inutilidade desses resultados quando confrontados com a realidade da concentração da estrutura fundiária e das condições inviáveis nos projetos de reforma agrária.

#### 4 A BAHIA E OS ARRANJOS PARA O PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PRRA

A Bahia foi o primeiro desenho da formação político-territorial brasileira — através da chegada dos portugueses com ocupação no litoral baiano — para atender as demandas do mercado europeu, cuja produção só era viável em determinadas áreas de clima tropical <sup>6</sup>.

Essa produção comercial simples, com atividade agroindustrial, para consolidar o Brasil, um grande exportador de cana-de-açúcar, exigiu dos colonizadores para administrar os “bens alheios”, a seletividade do lugar: primeiro foi uma atividade extrativista, tendo como alvo o pau-brasil — desmatado imensas áreas para implantar os engenhos —, e, segundo produzir espaços urbanos, fundando vilas e cidades. Segundo Manuel Correa de Andrade (1981, p.14) “o processo de produção do espaço está naturalmente ligado, determinado pelas razões econômicas que motivaram a própria ocupação”.

A formação da Metrópole brasileira sofreu forte influência dos paradigmas geográficos, estes foram fundamentados, nos apostes teórico-metodológicos, contraditórios e análogos — **possibilismo e determinismo** — para explicar a expansão territorial através da criação e exploração de colônias. Por outro lado, Salvador, ao manter diretamente relações com o fluxo de circulação do capital de exportação, — o mercado europeu — assume aí, a função geográfica de região funcional ou “**nodal**” no estrito conceito hartshorniano, onde esta se tornou uma área núcleo de um Estado, ou uma cidade no centro de uma área de relações comerciais. Ou mesmo nos moldes **vidalino** — “um dado modo de vida”, supondo uma evolução e uma estratégia de equilíbrio entre a natureza, as técnicas, os hábitos e os costumes. A Bahia era a próprio Estado na Região, suas fronteiras eram delimitadas pela possibilidade da viabilidade econômica e naturais.

---

<sup>6</sup> Que se caracteriza com clima tropical úmido no litoral, semi-úmido ao oeste e semi-árido ao norte, centro e no sul ao longo do Rio Francisco. Seu relevo, de um modo geral, é um grande maciço com altitudes variando de 200 a 1 000 m. O fato de no início da ocupação física, ter se dado com base na diversificação dos fatores edafo-climáticos, de certa forma, definiram as aptidões tanto pela cana-de-açúcar, agropecuária, como pela relação comercial — proximidade dos portos — demarcando as duas grandes diferentes formas de ocupação físico-econômica.

A metrópole baiana, por ser uma das mais importantes produtoras da atividade açucareira, no século XVII, constituiu a primeira trama do poder do Estado brasileiro e das classes dominantes. Nesta imbricação, a mesma assumiu um poder de superposição sobre os estados que circundavam a costa litorânea nordestina. Esse contexto, de ascendência econômica e política, foi essencialmente viabilizadas pelo estado, que se legitimava como protetor do desenvolvimento, defensor e criador dos grupos que controlavam a economia e as relações sociais. Assim, encarregou-se de distribuir diretamente vastas porções de terras nos estuários dos rios, criando os primeiros núcleos de latifúndios, submetendo e escravizando a população indígena ao trabalho nos canaviais e importando mão-de-obra de escravos africanos. Papel este, adotado ao longo da formação histórica brasileira.

Só em meados do século XIX, por ocasião da última divisão regional do Brasil, o Nordeste se consolidou como Região Econômica. Formado por dez Estados, dentre eles a Bahia, que ocupa a maior extensão territorial dessa Região — com área de 567.295,03 km, representando 6,59% sobre o território nacional e 36,6% sobre a Região Nordeste—. Sua evolução territorial e administrativa era composta, em 1827, por apenas 41 municípios, em 2000, já confluía 417. Tendo, portanto, ampliado sua base municipal em torno de 90,0%. A Figura 6 localiza o Estado da Bahia no contexto da Região Nordeste, a Região Sudoeste e o Município de Vitória da Conquista.

A modernização em forma de manchas nas regiões brasileira provocou e provoca áreas descontínuas e especializadas. Para a Região Nordeste, a Bahia se apresenta como grande produtora de cacau<sup>7</sup> respondendo em 1996, por 79,52% da produção nacional. O café, cultivado em quase todas as regiões brasileiras, sofreu escalas diversas, consoante o papel geopolítico no grande confronto entre agricultura de exportação e agricultura para o mercado interno. A exemplo da cafeicultura paulista e do norte do Paraná, que nestes vinte anos, passou a representar 30,22% da área total do país. A Bahia apesar de ter incorporando essa produção na Região, Oeste expandiu sua área numa velocidade menor.

Carlos Walter (1985) sinaliza que há uma perda de produtividade espacial para certos produtos diante de novos ou antigos produtores mundiais, caso específico do café brasileiro,

---

<sup>7</sup> No cenário nacional, sua posição de produtora de cacau, em 1940, atingiu o pico de 95,24% da área cultivada do país.

pois de 4.169.641 toneladas produzidas em 1960, em 1996, produziu apenas 2.685.641 toneladas.

Se no início da história, a configuração regional o Estado da Bahia, se consolidou, expressando a territorialidade absoluta de um grupo, as mudanças ocorridas nos processos sócio-produtivos, deixaram heranças que acabaram constituindo condições para transformar continuamente o caráter e o papel dessas regiões. Cada combinação desses novos espaços passou a ter lógica própria e ação específica dos agentes econômicos e sociais. Estes agentes se tornam hegemônicos, porém, privilegiando certas áreas no todo do sistema, — produtivo — ocasionando assim, a heterogeneidade de áreas — umas em desenvolvimento e outras estagnadas — A produtividade espacial ou geográfica, experimentada nessas Regiões da Bahia, em virtude da ordem técnica e organizacional, valorizou o território com novos arranjos espaciais.

A partir da década de 1960, com a introdução e intensificação de inovações tecnológicas, no agro brasileiro, ocorreu a reestruturação do espaço agrário baiano. Esse, interligando novas dinâmicas, modificando a paisagem, redefinindo as relações, funções, e monitorando a mobilidade espacial da força de trabalho. Neste sentido, as regiões do Estado passaram a ser reorientadas pelo padrão tecnológico empregado.

Sendo a Região Oeste da Bahia, uma das últimas áreas que possuía fronteira a ser “ocupada”, sobretudo, na década de 1980 — acompanhando o movimento geral do país —, sofreu profundas modificações, consolidando a implantação de grandes projetos de introdução da cultura da soja, beneficiando os empresários do sul do país. — grandes proprietários e especuladores —. Estes foram laureados pela política de “**modernização**” da base produtiva e integração da economia nordestina à nacional. Projeto esse, que levou o governo brasileiro assumir diretamente os grandes capitalistas, com incentivos fiscais e oferta de crédito subsidiado. A Região, além de ser uma grande produtora da cultura da soja — que requereu bases técnicas sofisticadas, eliminando também bastante mão-de-obra — expandiu a pecuária com prática de manejo aplicado nos pastos e melhoria genética.

As transformações ocorridas na Bahia, ocasionadas pela forma como a agricultura vinha se integrando à economia nacional — com setores produtivos dinamizados pelos grandes projetos agro-industriais —, favoreceu a ampliação da superfície geográfica através

de ocupações dos estabelecimentos. Dados do INCRA (1980) indicaram que os estabelecimentos agropecuários recenseados ocupavam em 1976, 59% da superfície geográfica, passando em 1981, para 78%; em 1987, este percentual sobe para 82%.

Figura 6

Estado da Bahia no contexto da Região Nordeste



A análise da tabela 8 revela a gravidade da concentração fundiária na Bahia, Esta evidenciada pelo desequilíbrio quanto ao uso e pose do solo. Os estabelecimentos com classes menos de 10 hectares em 1970, representavam 54,0% do total, mas detinham apenas

4,7% da área, 1980, eram 54,7% com 4,1% das terras e em 1995, representando 57,5% destes estabelecimentos e apenas, 4,6% das terras. Já os estabelecimentos com mais de 1.000 ha apenas variavam a representação entre 0,4% a 0, 5%, no entanto, ocupavam em torno de 19,5% a 24,5% do total da área. Uma verdadeira concentração na mão de poucos, com representatividade de apenas 0,5% dos estabelecimentos. Enquanto a classe menor que 10 hectares, tendeu, sempre a diminuir o tamanho da área e aumentar o número de estabelecimento.

Tabela 8  
Bahia: Estabelecimentos e grupos de áreas (1970, 1980, 1995) (%)

Estratos da área (ha)	1970		1980		1995	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área
0 a – 10	54,0	4,7	54,5	4,1	57,5	4,6
10 a- 100	37,4	29,0	37,7	24,8	36,0	52,2
100 a – 1.000	7,3	43,0	7,2	38,0	6,0	35,6
1.000 a – 10.000	0,4	19,5	0,5	22,4	0,5	24,5
10.000 e mais	0,0	3,7	0,0	10,7	0,0	10,1

Fonte: IBGE, 1998.

Elaboração: Madalena Noronha.

Quanto às terras aptas à exploração e não utilizadas, mediante a tabela 9, representavam nos períodos de 1976, (37,9%); 1980 (39,3%) e 1995, (35,8%) da área total. Estudos sobre esta questão comprovam que em três décadas, esta forma de preservação da terra como reserva de valor em detrimento da exploração agricultável continua intocável. Foi identificado ainda que 83% destas áreas em 1976 estavam localizadas em mãos de latifúndios por dimensão e exploração.

Tabela 9  
Bahia: Área Segundo utilização (1976, 1980, 1995)

Períodos	Área total (ha)	Área explorada	Produtivas não utilizadas
1976	28.780.754	17.861.115	10.919.638
1980	28.575.503	17.332.021	11.243.482
1995	28.657.849	18.379.588	10.278.261
<b>Total</b>	<b>86.014.106</b>	<b>53.572.724</b>	<b>32.441.381</b>

Fonte: IBGE, 1998.

Elaboração: Madalena Noronha.

Analisando a distribuição do pessoal ocupado por classe de atividades em 1980, observa-se que 66,0% da mão-de-obra familiar estava trabalhando na agricultura, 28,0% na pecuária, e, 4,0% na agropecuária. Aproximadamente, as mesmas proporções por classe de atividades se repetem para os empregados, permanentes e temporários. Tabela 10.

Com relação aos parceiros, a concentração da mão-de-obra na agricultura é ainda maior 71,9% e, na pecuária, apenas 28,0%. Estes dados revelam que a atividade agrícola, sobretudo, a familiar, é a que mais absorve trabalho neste setor agropecuário.

Tabela 10  
Bahia - pessoal ocupado na lavoura (1980)

Classe de Atividades	Mão-de-obra familiar	Empregados		
		Permanentes	Temporários	Parceiros
Agricultura	1.366.126	151.502	224.553	8.113
Pecuária	736.586	58.075	115.342	2.498
Agropecuária	74.357	4.266	14.306	678
<b>Total</b>	<b>2.177.069</b>	<b>213.843</b>	<b>354.201</b>	<b>11.290</b>

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário, 1980.

Elaboração: Madalena Noronha

Estes dados rebateram na capacidade produtiva do Estado, na medida em que, a participação relativa da população economicamente ativa (PEA), sofreu um decréscimo no setor primário entre os períodos de 1970 (65.5%) e em 1980 (48%). O Saldo de uma estrutura que detinha mais de 50% de áreas aproveitáveis dos estabelecimentos em ociosidade.

Um grande movimento de ocupação de terras — traduzido em grilagem, na sua grande maioria, legal — teve como parâmetro à chamada Lei de Terras na Bahia, que ocorreu de forma mais acirrada a partir da década de 1960, quando as empresas motivadas pelo Estado, expropriavam os produtores, com liminares expedidas pela justiça. Ações “**legais**” que demandaram atos de violências, comandadas diretamente pela polícia militar contra os produtores. Os “**pretensos**” donos transformavam as escrituras antigas e multiplicando seus hectares. A tabela 11 demonstra a tendência da evolução dos estabelecimentos ocupados por grandes proprietários e grileiros. Cujo movimento, vem se dando de forma acentuada nos períodos analisados (1940, 1970, 1980).

Dados mais recentes de 1998, publicados pelo Banco de Dados dos Imóveis do INCRA, em atendimento a Portaria 558/99, dão conta de que existe um total de 381.825 imóveis no Estado da Bahia, ocupando área de 30.550.947, hectares. Porém, 219 imóveis eram suspeitos de grilagem e não atenderam a notificação para o cadastramento. Estes detêm quase 15% da área total, número bastante relevante. Essa constatação histórica, não significava dizer que as terras griladas estivessem sendo cultivadas. A justificativa do Plano

Regional de Reforma Agrária denunciou a situação de pauperização e vulnerabilidade da população baiana, excepcionalmente a rural. Estes fatores e suas conseqüências serão analisados ao longo do esboço do capítulo.

Tabela 11  
Bahia - condição do responsável nos estabelecimentos (1940, 1970, 1980) (em ha)

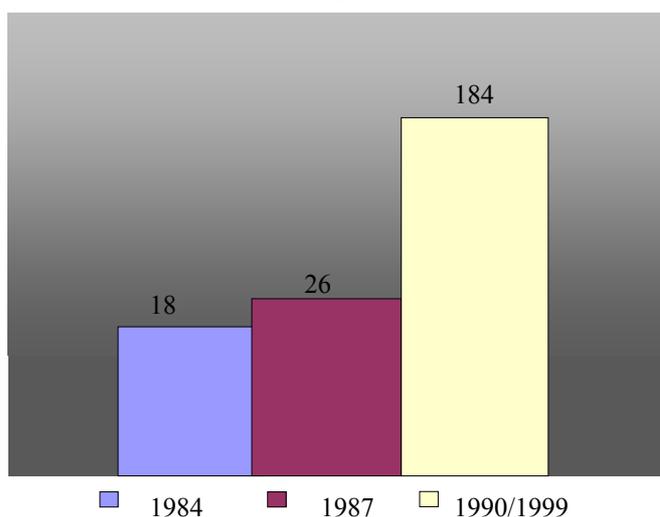
Categorias	1940		1970		1980	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área
Proprietário	189.726	9.138	452.450	21.069	554.833	29.181
Ocupante	2.994	68	63.402	900	66.100	697
<b>Total</b>	<b>192.720</b>	<b>9.206</b>	<b>515.852</b>	<b>21.969</b>	<b>620.933</b>	<b>29.878</b>

Fonte: IBGE, 1980.

Elaboração: Madalena Noronha

As estatísticas de violência pela posse de terras na Bahia são bastante elevadas, em 1984, 13.096 famílias, foram atingidas por conflitos de terras, 259.709 hectares grilados e 18 assassinatos. Em 2001, comparando com os demais Estados de federação, a Bahia, bateu o recorde em números de conflitos: 13.096. Sendo que a maior ocorrência<sup>8</sup> se deu em 1987, com 26 óbitos. A figura 7 identifica os períodos de maiores ocorrência de assassinatos no campo. De 1984 a 1999, o Estado, assume o 2º lugar, para os estados da federação, com 184 assassinatos no campo.

Figura 7  
Bahia - Assassinatos no campo (1984, 1987, 1990, 1999)



Fonte CPT, 2001.

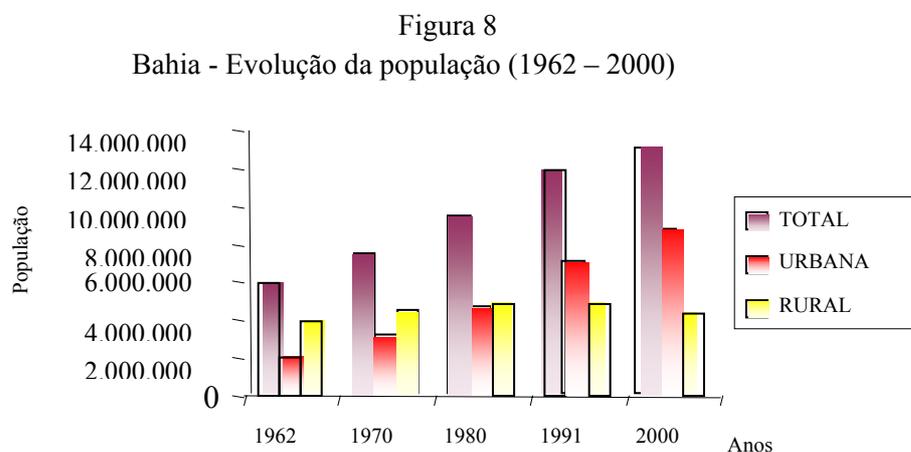
Elaboração: Madalena Noronha

<sup>8</sup> Os dados levantados reúnem informações dos arquivos da CPT e imprensa local.

Resta salientar, que o maior número de conflito por posse da terra se deu na Região Oeste da Bahia — **a terra prometida** — com 5.104 famílias em conflitos em 1.888.231 de hectares de área litigiosa.

Com população de 12.993.01 de habitantes, a Bahia de 1962 até 2000, teve sua população ampliada em mais de 100%. Com densidades muito desiguais entre as regiões do Estado<sup>9</sup>. Suas peculiaridades se caracterizam por alto nível de urbanização aglomerada — fenômeno provocado pelo movimento migratório de trabalhadores rurais que buscavam alternativas de sobrevivência nas cidades — e multiplicação de cidades pequenas, que em sua grande maioria, se constituíram em função da correlação das forças políticas locais.

Até 1970, a maioria da população estava concentrada na área rural. Porém, a partir de 1991, esta posição se inverte, há uma perda de quase 10% dessa população, a taxa de urbanização atingia a ordem de 59%. Esse movimento se acentua para o ano de 2000, com a população urbana crescendo na ordem de 2,5% anualmente, e a população rural tendo um decréscimo na ordem de 1,32%. A figura 8 apresenta os dados da população rural e urbana de 1962 a 2000.



Fonte: Censo IBGE - Censos Demográficos 1960-2000.  
Elaboração: Maria Madalena Noronha.

A cidade é o *lócus* da regulação do campo. Cumpre ela, o papel de assegurar a concepção imposta pela “**nova**” divisão do trabalho agrícola.

<sup>9</sup> Com destaque para a Região Metropolitana de Salvador que atinge o índice de 926,92 habitantes por quilometro quadrado. Municípios como Lauro de Freitas que tem apenas como área 60.0 km<sup>2</sup>, e população de 119.236, chega ao teto de 18.260. Salvador é uma das metrópoles mais densas do Brasil, com 3245,71.

{....} O campo se torna extremamente diferenciado, pois, pelo fato de os respectivos objetos técnicos terem um conteúdo informacional cada vez mais distinto, dá-se uma divisão social do trabalho ampliada, que leva a uma divisão territorial do trabalho ampliada. Ampliam-se, também, as diferenciações regionais do trabalho. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais as cidades são diferentes umas das outras quanto ao seu conteúdo. (SANTOS, 2001, p. 209).

Os indicadores analisados ao longo deste capítulo, apontaram a contradição inerente à forma como o capitalismo penetrou na agricultura, preservando o latifúndio improdutivo. A Bahia, não fugiu a regra, seu processo de modernização na agricultura, colocou na contramão da história, cerca de 872.735 mil trabalhadores rurais que se agregavam em minifundistas, arrendatários, parceiros, assalariados permanentes e temporários, vivendo precarizados. Os agentes de exploração eram compostos por uma simbiótica tríade: **Estado, latifúndios e empresários rurais**. O *lumpem* do agro, não se contabilizava — os perambulantes à procura dos grandes centros, ou grandes pólos —. Quem sabe, talvez, atraído pelas “luzes da cidade grande”. Foram estes os incorporados no PRRA?

Desta forma, a Bahia com suas especificidades, tem mais um quadro sincronizado com a realidade brasileira, cuja modernização da agricultura, sempre promoveu a **expropriação** — da pequena produção — e a **exploração** — da mão-de-obra —, da forma mais ínfima possível, segregando grandes contingentes da classe trabalhadora rural e urbana, culminado com a territorialização do capital monopolista.

Diante do crescente agravamento dessa situação e do próprio avanço dos movimentos sociais, especialmente o MST e setores progressistas da Igreja — ambos forjando mudanças neste padrão — é que o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) apresentava-se como uma medida capaz de solucionar esta situação. Este, já trazia esboçada a determinação da elaboração dos Planos Regionais e os elementos necessários a efetivação da reforma agrária nas Regiões/Estados, com delimitação das áreas específicas a serem desapropriadas e operacionalização em termos técnicos e jurídicos.

No item que se segue, a pesquisa destaca alguns aspectos jurídico-administrativos e políticos, requeridos para a implementação do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), na Bahia.

#### 4.1 O PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PRRA): OBJETIVOS E METAS

Regulamentado sob Decreto nº. 92.689 de 19 de maio, de 1986. Este além de ter como parâmetro os dispositivos do PNRA, continha os indicadores da **perversa** estrutura fundiária do Estado da Bahia. Nesse sentido, necessário se fazia promover uma melhor distribuição fundiária, modificando o regime de posse e uso da terra, eliminado progressivamente o latifúndio e sobremaneira, o minifúndio, para garantir o incremento da produção e da produtividade, respeitando os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural.

O Decreto declarou a área da Bahia como zona prioritária para efeito de execução e administração de reforma agrária. Entre outros o Art. 3º, com base no Art. 161 da Constituição, determinava, que só poderia ser declarada área de interesse social os imóveis que se encontrassem em zonas prioritárias. No Art. 4º ficou instituído a Comissão Agrária do Estado da Bahia, formada por representantes dos trabalhadores rurais — sendo estes em pares de três — com representação de entidades públicas vinculados ao setor da agricultura, sindical<sup>1</sup> e de estabelecimento de ensino agrícola.

##### 4.1.1 Os parâmetros do PRRA na Bahia

Em 1985, uma equipe técnica formada pelo Instituto de Terras da Bahia (INTER-BA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATE-BA), sob a coordenação da CAR, elaborou um documento que se tornaria a versão provisória do PRRA.

Este constou de um diagnóstico sócio-econômico e fundiário do Estado, apontando as medidas necessárias à operacionalidade do Plano. Foram traçados os objetivos, a estratégia de seleção das áreas prioritárias, programa básico e complementar dos assentamentos, dando enfoque à regularização fundiária, o modelo de produção; metas e os recursos necessários.

---

<sup>1</sup> O Decreto nº. 2363/87 determinou a extinção do INCRA; limitação da área desapropriada 75% do imóvel e 25% para proprietário em local de sua escolha, excluindo as melhores áreas a serem desapropriadas; substituição da indenização da terra nua, por pagamento em dinheiro. Diante desse instrumento o movimento sindical se retirou da Comissão.

Desta forma, esta pesquisa ira abordar as principais linhas traçadas por esse documento que se consistiu no modelo do PRRA/BA.

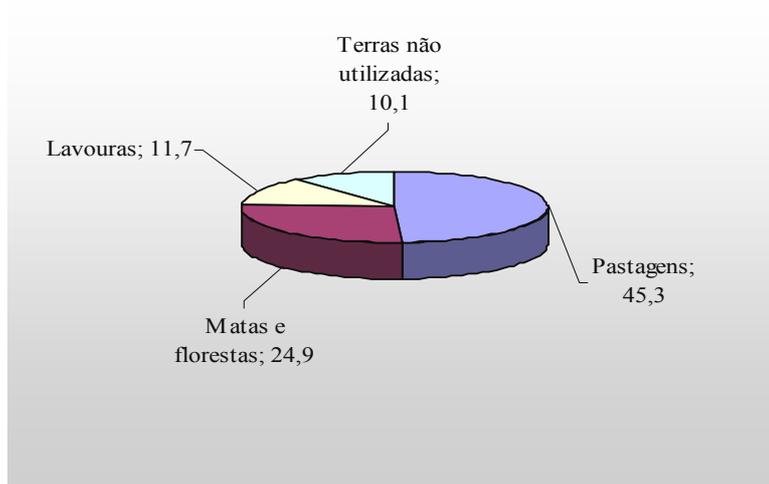
As áreas, para garantirem o processo de regionalização, foram selecionadas *a priori* com base na referência nas unidades das Micros Regiões Homogêneas (MRH) do IBGE. A indicação destes municípios se deu tanto pelas informações cadastrais do INCRA, com base no levantamento de foto interpretação, quanto, no próprio conhecimento empírico dos técnicos e dos movimentos sociais. Numa segunda etapa, foram escolhidos os municípios prioritários para o primeiro ano de intervenção do PRRA.

A caracterização da seleção dessas áreas teve como lógica geográfica, um conjunto de Micros Regiões Homogêneas, independentemente do número de município, estes foram agregados essencialmente pela vocação agropecuária, com prioridades para a diversidade de culturas e o efetivo de criação existente. Das doze micros regiões compostas para esse processo, foram pré-selecionados 44 municípios os quais, mediante estudo, tinham potencialidades para responder aos estímulos da política agrária e agrícola.

Estes participavam com 57,4% da área total que era 17.240.424 hectares em 1980. O quadro da forma de utilização dessas terras apresentado na figura 9, evidenciava a necessidade premente de uma nova lógica na agricultura, pois a pastagem ocupava 45,3%, das terras, as áreas de matas e florestas bem como as áreas produtivas ociosas superavam as áreas destinadas à lavoura.

O programa básico de assentamento dos beneficiários consistia no enquadramento destes, com vistas a definição da estrutura ocupacional do espaço. Imbuído aí, a preocupação de um **modelo**, que de fato, possibilitasse o equilíbrio das forças produtivas no campo. Em síntese, o Programa além de se propor a distribuição de terras, norteava um conjunto de elementos de apoio à produção tais como: infra-estrutura básica nos assentamentos, incorporação de benefícios — traduzindo-se em pagamentos aos assentados pelas atividades iniciais da estruturação do custeio das atividades agrícolas —. O programa de apoio se centrava em regularização fundiária, priorizando inclusive área em conflitos e as que já vinham sendo assistidas pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP); no Projeto de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional (PDSFN) entre outros do governo estadual e federal.

Figura 9  
Bahia - Utilização das terras (1980)



Fonte: INCRA. 1980  
Elaboração: Madalena Noronha

O modelo de assentamento era concebido a partir das diversidades existentes em cada assentamento, porém, combinando os fatores de disponibilidade de terra e aptidões dos produtores, — **“visto o novo modo de apropriação”** —. Implicando assim, em quatro alternativas, a saber: 1) Gleba individual em área concentrada; 2) Gleba em áreas dispersa; 3) Unidades integradas da produção e 4) Unidades mistas em áreas individuais e coletivas.

Esse modelo de produção teria que combinar o consórcio de lavouras e criações de forma vertical, almejando assim, a viabilização da pequena produção para suprir a demanda de mercado regionalizado.

A proposta, além de definir as principais explorações por estrato de área nas Regiões de Planejamento, indicava, também, o percentual de participação. A operacionalização desses modelos produtivos incentivava num primeiro momento, a **coletividade e solidariedade** dos beneficiários cujos, deveriam trabalhar em forma de mutirão, tanto nos lotes para a preparação do plantio, como na implantação de infra-estrutura social do assentamento. A realização de apoio à produção contemplada ações de serviços de geração e difusão de tecnologias, desenvolvidas integralmente no espaço sócio-econômico e agro-ecológico dos assentamentos. A assistência dos órgãos responsáveis pela pesquisa e extensão rural também estava prevista

A seleção dos beneficiários compreendia três etapas subsequentes: 1ª) definição e divulgação dos critérios, onde os candidatos deveriam ter experiência agrícola anterior, não possuir terra e ter capacidade da mão-de-obra familiar; 2ª) encaminhamento da avaliação do imóvel a ser desapropriado pelo governo federal, já devidamente aprovado pela Comissão Agrária com vistas à obtenção da imissão de posse, para efetivamente se constituir num projeto de assentamento; 3ª) pré-qualificação das famílias selecionadas. Após este processo e com base nos requisitos exigidos pelo Plano, identificava-se a potencialidade social e produtiva dos futuros assentados, bem como a definição do modelo de assentamento.

O planejamento das ações consistia em quatro etapas 1) Plano Preliminar (PP) para atender as necessidades iniciais dos assentados por um período de seis meses; 2) Plano de Ação Imediata (PAI) que mapeava o primeiro plantio e supervisionava o assentamento; 3) Projeto Técnico Definitivo (PDT), era o Planejamento global do assentamento até a fase considerada emancipação da área e 4) o Plano de Desenvolvimento Sustentável (TDA).

Apesar do PRRA ter sido regulamentado em 1986, cumpre destacar que só a partir de março de 1997, quando então toma posse o Governador eleito Waldir Pires, passando este a dar prioridade ao programa de reforma agrária. Admitindo, inclusive, que o problema da reforma agrária residia na falta de determinação política, nos mecanismos operacionais, bem como na falta de recursos humanos. A solução para essa política, não era apenas uma questão social, mas, sobretudo, de planejamento geral do governo.

Neste sentido, o governador tão logo assume, cria a Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e Cooperativismo (SERAC) para dar solução ao Plano. Coube à SERAC e a (CAR) a elaboração do Relatório anual. Uma espécie de diagnóstico que registrava as dificuldades encontradas para por em prática a reforma agrária no Estado, bem como a adequação dos órgãos estaduais para a **eficiência e eficácia** (grifo nosso), estabelecendo novas diretrizes e outras metas.

O ponto de partida foi à assinatura do convênio com o Governo do Estado e INCRA, em 09 de abril de 1987. Uma das medidas imediatas foi a transferência da maioria das ações

do PRRA para a estrutura estadual. Coube a SERAI<sup>2</sup>, o papel de delimitar os lotes nas áreas desapropriadas, através da medição do perímetro, implantação da infra-estrutura física e social, apoio às atividades produtivas etc. Ao INCRA, coube ações de caráter jurídico tais como, identificação dos imóveis e desapropriação e imissão de posse. A elaboração do P. P. do assentamento, do PAI e P.D.T, bem como a seleção dos beneficiários, seria uma ação conjunta, INCRA, governo estadual e Comissão Agrária.

Sendo a CAR a gestora do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), coube a esta a coordenação das ações dos programas desenvolvidos pelo PRRA, tanto na atuação direta nas áreas/projetos, como na coordenação do planejamento dos recursos financeiros, que em grande parte era financiado pelo Banco Mundial. Cabendo também a esta a coordenação das ações dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's), assinatura de acordos e contratos celebrados com instituições de financiamento nacionais e internacionais.

Nesse sentido, houve uma reestruturação dos critérios de seleção das áreas prioritárias, passando então estas a serem norteadas, com base na divisão de Regiões de Planejamento da Secretaria de Planejamento do Estado, que norteava as áreas de intervenção da CAR. Figura 10 Regiões de Intervenção da CAR.

Para de fato articular as ações do Plano com os demais Programas que se integraram, foi criada a Gerência Estadual de Reforma Agrária (GERA), responsável pela coordenação do planejamento e execução das ações propostas em nível estadual, assessorando diretamente as Comissões de Execução de Reforma Agrária (CERAs), seguindo as diretrizes do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural. Estas deveriam atuar na estrutura das Regiões de Planejamento, desenvolvendo as ações do PAPP, direcionadas prioritariamente para as áreas reformadas, coordenar as ações do processo de assentamento, articular os diversos órgãos envolvidos, prestar assessoramento técnico a apoio administrativo aos Grupos de

---

<sup>2</sup> A SERAC, não tinha dotação orçamentária própria nem tampouco recursos físicos e humanos. Nesse sentido, o programa de reforma agrária não vinha tendo êxito. Por um lado, a extinção do INCRA, desarticulou toda a estrutura técnico-administrativa, inviabilizando o PRRA. O Governo então resolve através do Decreto nº. 1529 de 31.08.1988, incorporar a Secretaria de Reforma Agrária e a de Irrigação à SERAC para superar as limitações. Após a aprovação da Assembléia Legislativa é criada a Secretaria de Reforma Agrária Recursos Hídricos e Irrigação (SERAI) Com a criação desta, órgãos como INTERBA, CERB, CORDEC e CODEAGRI, foram incorporados de forma efetiva no programa.

Administração de Projetos (GAP's) que eram os responsáveis pela administração e gestão das áreas de assentamentos.

Figura 10

Bahia: Regiões de Planejamento da CAR



Fonte cartográfica: SEI - CONDER.  
 Fonte dos dados: CAR, 1987.  
 Elaboração: Madalena Noronha, 2002.

Outro aspecto importante no processo de implementação do PRRA, foi o Programa de Capacitação que teve como referência, a metodologia operacional do PAPP<sup>3</sup>. Esta almejava um processo interativo/educativo na fusão do saber popular e fazer técnico, construção de troca de saber que articulasse o conhecimento técnico/científico e o conhecimento camponês, num processo de reflexão e ação conjunta capaz de potencializa os recursos produtivos e sociais ao alcance dos produtores.

#### 4.1.2 As metas e fontes de recursos do PRRA

As metas para o Estado da Bahia foram fixadas no Plano Nacional, e almejavam assentar 261.500, famílias utilizando 78.500 km<sup>2</sup>, no quinquênio de 1985 a 1989, representado 20% da meta nacional e 40% das metas do Nordeste, assim distribuídos na tabela 12.

Tabela 12  
Bahia: Projetos de Assentamentos - metas previstas (1985-1989)

Período	Nº de famílias	Área a ser desapropriada (em km <sup>2</sup> )
1985/1986	28.000	8.300
1987	56.000	16.900
1988	84.000	25.200
1989	93.500	28.100
<b>Total</b>	<b>261.500</b>	<b>78.500</b>

Fonte: MIRAD, 1985, P. 27  
Elaboração: Madalena Noronha

No primeiro ano de execução do PRRA, em 1986, o governo João Durval, deu prioridade ao programa de Regularização Fundiária, o projeto ficou sobre a responsabilidade exclusiva do INCRA, não havendo, portanto um nível de articulação entre as demais instituições como proposto no plano. Muito antes da aprovação do PRRA, em 1985, teve dois decretos de desapropriações, e uma imissão de posse, implicando 3.861 ha. Em 1986, já sob a vigência do PRRA, foram desapropriados dois imóveis, com área de 150.158 ha. Em síntese, em dois anos de gestão do PRRA almejou o seguinte resultado. Tabela 13.

<sup>3</sup> O diagnóstico elaborado pelo PAPP sobre a pequena produção, na Bahia, revelava que esta vinha se desenvolvendo de forma atomizada, desorganizada, com base puramente na atividade de subsistência de baixo retorno econômico, fundamentada em sistemas de produção diversificado, desenvolvido com base no saber empírico, precariamente adaptadas às condições edafoclimáticas locais, à margem dos benefícios sociais mais elementares do Estado, carentes de orientação técnica apropriadas de insumos básicos e crédito rural.

Apesar do PRRA, ter tido impulso no governo Valdir Pires, este com dois anos de mandato, entrega o cargo ao seu vice-governador Nilo Coelho. O PRRA nesse contexto deixou de ser prioridade de governo. Fatos como a exoneração do secretário da reforma agrária em 1989, pode ser considerada como um grande refluxo no programa.

Tabela 13  
Bahia - Síntese do PRRA (1986 - 1987)

Área desapropriada	(ha)	304.058
População classificada para assentamento		7.255
Famílias assentadas		3.008
Projetos de Assentamento		35

Fonte: Relatório do INCRA/MIRAD, 1987.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Posteriormente, em 1990, quando o governador Antônio Carlos Magalhães, assumiu o mandato, o Plano sofreu mais um esfacelamento, com o desmantelamento da estrutura institucional – Sendo este o período de menor número de famílias assentadas, foi instituído apenas 13 Projetos de Assentamentos —. A CAR, que antes dispunha de condições materiais e recursos humanos para coordenar o PRRA, além de reduzir seu quadro institucional, demitindo os funcionários, ou mesmo colocando-os à disposição de outros órgãos, perdera totalmente esta referência espacial da reforma agrária, e este programa foi se esvaindo no tempo e no espaço.

No governo subsequente de Paulo Souto, (1995 a 1998) os movimentos sociais no campo, foram bastante acirrados no enfrentamento pelas ocupações, provocando um maior número de assentamentos dentre todos os governos, com 149 PAs legalizados. Não obstante, as metas alcançadas do PRRA, ficaram muito aquém do estabelecido, assim como ocorrera com o PNRA.

De acordo com os relatórios do INCRA/Superintendência Regional da Bahia (SR05-Sistema/SIPRA, 22/11/2002) de 1996, data de implantação do PRRA, até 2002, foram criados 283 Projetos de Assentamentos do Governo Federal, com 23.733 mil famílias assentadas, perfazendo uma área de 101.025.0225 hectares apenas 12,75% da meta prevista no plano inicial. A tabela 14 apresenta consolidado o número de PAs implantados por cada período de governo entre 1987 a 2002.

Tabela 14  
Bahia - Projetos de Assentamentos (1987 – 2002)

Governos	Períodos	Nº de PAs	Nº de famílias
Waldir Pires/Nilo Coêlho	1987/1990	38	-
Antônio Carlos Magalhães	1990/1994	13	-
Paulo Souto	1995/1998	149	-
César Borges	1999/2002	83	-
<b>Total</b>		<b>283</b>	<b>23.733</b>

Fonte: Relatório INCRA/SIPRA, 2002.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Os recursos do Governo Federal para o PRRA via INCRA, destinavam-se ao pagamento das desapropriações em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e benfeitorias. As ações relacionadas com os assentamentos se consistiam em Créditos de Alimentação, Fomento, Habitação e infra-estrutura físico-social.

O custeio agrícola era financiado pelo crédito PROCERA, este montado com os recursos originários do FINSOCIAL de dotações orçamentárias de União e da amortização dos créditos concedidos pelo BNDS, que era o próprio gestor e administrador do Fundo e DESANBANCO, o agente financeiro, repassador. O programa teve a função de apoiar a execução dos projetos operacionais de aproveitamento econômico, das áreas de assentamentos. O limite de crédito concedido a cada produtor assentado era de 1.200 BTN, a primeira etapa de apoio financeiro estava limitada apenas 250 OTN por família. Caso as operações fossem contratadas com cooperativas ou associações dos produtores o montante máximo de crédito, seria correspondente ao número de famílias associada multiplicada pelo número máximo de OTN por família.

Este programa apesar de não fazer parte de uma política mais abrangente e contínua para os pequenos produtores oferecia melhores condições de pagamento para os assentados, na medida em que estes só deveriam pagar 35% da correção monetária e 3% de juros ao ano. Além de um prazo de carência de 3 a 15 anos, poderia também financiar desde melhorias habitacionais até aquisição de equipamentos para produção. Os Assentados do Projeto Amaralina, em sua grande maioria, exceto os inadimplentes, receberam todas as parcelas do crédito PROCERA.

Os recursos do PROTERRA, FINSOCIAL e BIRD, destinavam-se ao Programa Complementar de Regularização Fundiária. Outros incentivos de apoio à produção vieram através do Banco Mundial e dos recursos do PAPP. Alguns assentamentos como o Projeto Amaralina, foram incluídos no Plano Anual Operativo do Programa (POA), que subsidiou os primeiros plantios. Os recursos do Tesouro do Estado eram utilizados geralmente para situações emergenciais, aplicados diretamente nos assentamentos, como foi o caso de compra de cestas básicas e lonas para construção de barracos no início da ocupação do Projeto Amaralina.

Um dos grandes entraves para o alcance das metas de um governo além da vontade política, esta na distribuição da dotação orçamentária. Particularmente uma política de reforma agrária não se efetiva apenas com disponibilidade de recursos para infra-estruturar dos assentamentos com equipamentos iniciais, mas, sobretudo, requer outros recursos viabilizadores da produção e da produtividade. Todos os recursos disponibilizados para os beneficiários do PRRA, em Amaralina se destinavam à emergência da produção. Considerando que as políticas de assistência à pequena produção estão fora dos padrões direcionados para as grandes culturas de exportação, estes se circundaram no aspecto da mudança da paisagem e não da mudança estrutural.

Mas qual a configuração da estrutura das classes agrárias na Bahia a partir da implantação do PRRA. Nos próximos capítulos essa pesquisa se deterá numa análise mais detalhada desses elementos. Particularmente, esse enfoque, abrangerá o município de Vitória da Conquista, especialmente no Projeto de Assentamento Amaralina sub-espço de análise empírica da pesquisadora.

## 5 VITÓRIA DA CONQUISTA: O PAPEL NA CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA REGIÃO SUDOESTE

O Município de Vitória da Conquista – espaço geográfico onde se insere o sub-espaço de estudo Projeto Amaralina — é integrante da Região Sudoeste da Bahia. Esta Região pertence à grande área do semi-árido baiano. A figura 11 localiza o Município no contexto da Região Sudoeste.

O processo de ocupação foi iniciado o final do século XVII pela necessidade de expansão do bandeirantismo formado por paulistas, mineiros e mesmo baianos de Salvador e Recôncavo. A cadeia sucessória de doações de grande porção de terras a famílias influentes da sociedade colonial teve como base o regime de Sesmaria, por recompensas, **“troca de favores”** e, necessidades da implantação de atividades econômicas, donde os colonizadores foram favorecidos pelo governo para a expansão da atividade pecuária.

Assim é que em toda a história desta Região, a pecuária sempre foi um dos principais fatores de povoamento. As fazendas de Guedes de Brito e de seus arrendatários e compradores promoveram a condições fundamentais para que se ocupassem a Região, desenvolvendo uma estrutura produtiva com necessária auto-suficiência (CAR, 2000, p. 46).

Além da predominância das atividades econômicas que concentrou grandes latifúndios na região, como o ciclo da mineração — em busca do ouro nas serras de Jacobina — que ocupou diversos espaços estratégicos e dizimou as populações indígenas. Foram travados aí, grandes conflitos entre as “expedições colonizadoras” e os índios das tribos mongói, pataxó, imboré e maracá. O ciclo da borracha através da exploração extrativa do látex da maniçoba e da mangabeira — localizados basicamente em Vitória da Conquista — atraiu grandes fluxos migratórios para a região, contribuindo para o povoamento desta.

Em que pese a importância da região como criadora do rebanho bovino e comercialização de produtos, sua integração na economia regional do estado, ocorreu de forma lenta, tendo como marco dessa intensificação a construção da Rio Bahia (BR – 116) no início dos anos 60, bem como outras rodovias abrindo fronteiras intermunicipais. O tecido industrial se constituía essencialmente por indústrias tradicionais no ramo de produtos de

alimentares, boa partes desses estabelecimentos localizavam-se no distrito de Lomborés, em Vitória da Conquista.

Criado em 1840, concomitantemente com mais quatro municípios que compõem a região Sudoeste como tais como: Maracás (1853), Poções (1872). Boa Nova (1880) e Jequié (1897).

{...} o município surgiu em conseqüência do esforço da administração colonial para estabelecer comunicações entre o litoral e o sertão. Este vem se constituindo como um dos mais importantes setores dinâmico, tanto para a Região como para o Estado da Bahia desde a época colonial, sendo um ponto potencial de intercalação comercial entre o litoral e o sertão. (CAR, 2000, p. 47).

A Região experimentou nas décadas de 1970 e 1980, uma nova fase de desenvolvimento, com duas atividades que arregimentaram novos empreendedores, a implantação de dois distritos industrial um em Jequié e outro em Vitória da Conquista e a introdução da cafeicultura, chegando a ser a atividade mais importante. O crescimento contínuo da região no setor de comércio e serviços foi proporcionado exatamente pela dinâmica econômica de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.

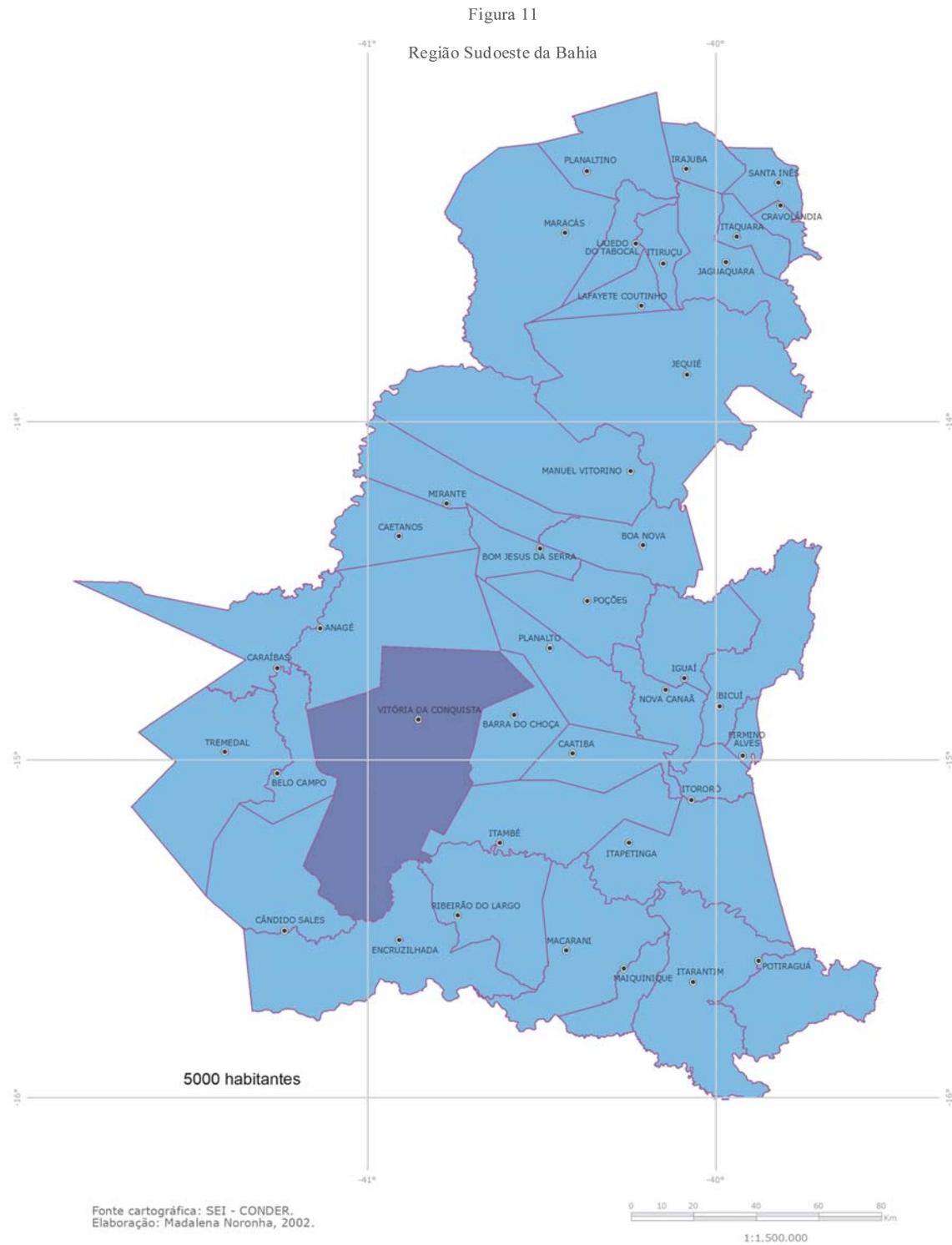
Muito antes da penetração do café na década de 1980, o município de Vitória da Conquista já possuía uma sólida e importante base econômica, estruturada em torno da pecuária e do comércio. Graças à sua posição privilegiada de entroncamento rodoviário, tornando-se centro de distribuição de produtos e serviços para uma região, exercendo, sobre ela uma função polarizadora, contribuindo, sobremaneira, na configuração espacial desta. Com um parque manufatureiro centrado em mais 554 indústrias de transformações; nove agências bancárias; representação de organismos públicos federais e estaduais; dez hospitais com 1.131 leitos e 94 unidades ambulatoriais; 339 estabelecimentos de ensino fundamental, 23 de ensino médio e um Campus bastante estruturado da Universidade Estadual do Sudoeste (UESB).

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2002), o município ocupa o 9º lugar no Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE)<sup>1</sup> para o

---

<sup>1</sup> Cujo resultante é mensurado pelo conjunto de informações quantitativas de infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra e geração de renda do município em todos os setores da atividade econômica.

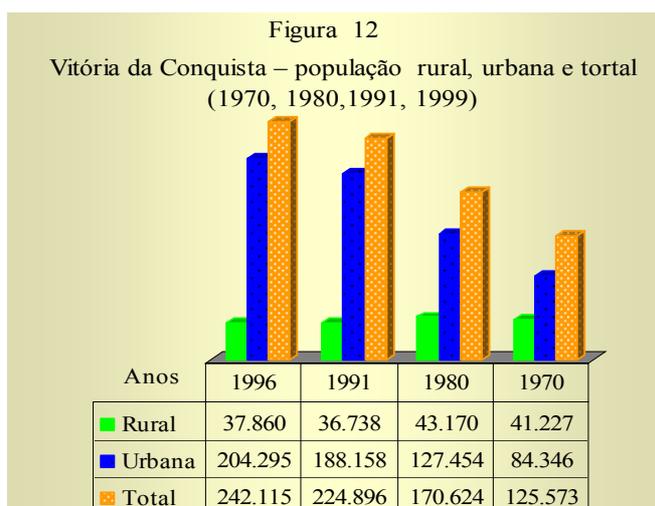
Estado. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS)<sup>2</sup>, este se coloca numa situação bastante privilegiada, ocupando o 6º lugar.



<sup>2</sup> Mensurado nos pressupostos de atendimento à população, sobre as necessidades básicas, tais como nível de saúde, educação, serviços básicos e renda média dos chefes de famílias.

A Região Sudoeste vem tendo um crescimento anual oscilante, refletindo as modificações sócio-econômicas, ocorridas, no Estado como um todo, entre o período de 1970 a 1980, houve um acréscimo na ordem de 1,41%, a.a. Entre 1980 a 1991 cai para 1,29%, entre 1991 a 1996, esta volta a ter uma taxa de crescimento bem maior na ordem de 1,92%, superior a todos os períodos analisados. Quanto à população urbana esta até 1970, era de 297.536 habitantes, inferior à população rural que era 456.403 habitantes. Com taxa de urbanização de 39,46%. A partir de 1991, esse processo se inverte, a taxa da população rural cai para 402.014 enquanto a urbana sobe para 607.743 a taxa de urbanização então atinge 65,86%.

O município de Vitória da Conquista é o mais dinâmico para a região sob o aspecto demográfico. De acordo com a figura 12, sua população em 1996, estava na faixa de 242.155. Situava-se como a terceira maior concentração populacional do Estado.



Fonte: CEI, 1994, IBGE - Censos Demográficos, 1996.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Em 1970, o município, correspondia 17% da população regional, em 1996, chegou 21,0%. Diferentemente da região o município vem apresentado taxas muito altas, tanto de urbanização, sobretudo, para o período de 1996, com 84,3%, superior a região. Enquanto a densidade demográfica chegava a 64,6%. Dados na tabela 15.

Isto se explica por um lado, pelo fato do município de Vitória da Conquista, ser um entreposto comercial absorvendo boa parte de sua população no setor de serviços na cidade. E por outro lado, pelo o histórico da estrutura fundiária do município, sempre concentrada com latifúndios, detentores de estabelecimentos com mais 10.000 hectares, grandes estoques de terras produtivas ociosas. E também pelo movimento de compra das terras através da

burguesia agrária, composto pelos “novos donos”. Enquanto os pequenos produtores foram aos poucos cedendo suas terras e perambulando pela cidade.

Tabela 15  
Taxa de urbanização e densidade da Região Sudoeste e do Município de Vitória da Conquista

Região Sudoeste			Vitória da Conquista	
Períodos	Densidade	Urbanização	Densidade	Urbanização
1970	17,6	39,5	33,5	67,1
1988	20,1	49,4	45,6	76,2
1996	26,1	23,3	64,6	84,3

Fonte CEI, 1994, IBGE, Censos Demográficos, 1996.  
Elaboração: Madalena Noronha.

## 5.1 O CAFÉ E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

A estrutura fundiária de Vitória da Conquista com base na pecuária predominou longas décadas com relações mascaradas entre proprietário e trabalhador, estabelecidos em laços de “compadrio”, entorpecendo a visão política do trabalhador, para Ruy Medeiros (1980, p. 44):

{....} Não é o trabalho subordinado contratual que existe; o que existe é o trabalho do camponês que aparece como favor deferido a este pelo dono da terra. O monopólio da terra, a disparidade entre os homens disponíveis ao trabalho e a inexistência de um mercado de trabalho faz, com que o fazendeiro seja o dono da vida e impunha seu domínio à legião dos homens do campo.

Este quadro foi se modificando lentamente, tendo como indicador, o processo de modernização. Em 1971, quando o governo federal acionou o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC) foi, sobretudo, uma medida de intervenção estatal que visava propiciar os avanços das relações capitalistas no campo, tendo como uma das medidas urgentes a descentralização da produção de café e a sua expansão pelo Nordeste brasileiro. O Instituto Baiano do Café (IBC) apresentou um zoneamento a partir das condições edafoclimáticas de 454.684 hectares aptos à cafeicultura, dentre eles o Planalto de Conquista

possuindo 165.832 hectares zoneados, dos quais 60% estão localizados especificamente no município de Vitória da Conquista.

A dinamização da cultura cafeeira na Bahia se deu basicamente em 1972, com grandes incentivos por parte do governo federal, daí começou o plantio em grande escala. Esta medida veio de certa forma, explicitar o desnível inter-regional do trabalho, que vinha se efetivando na medida em que avançava o processo de incorporação do Nordeste ao espaço produtivo nacional.

A região do Planalto de Conquista dispunha não só de um potencial agro-climático apto à cafeicultura, como também de uma abundante mão-de-obra disponível para o assalariamento. Antonio Dias Nascimento (1979, p. 61) em seu artigo a Guerra do Café, colheu declarações dos técnicos da Cooperativa Mista de Vitória da Conquista e dos “**novos**” empresários do café, os quais se reportaram mediante a introdução dessa cultura assim:

O café aqui em Vitória da Conquista mudou a nossa fisionomia. Até 1971, vivemos quase que exclusivamente da pecuária extensiva, a nossa mão-de-obra vivia de uma decadente lavoura branca, plantando apenas para subsistir. {...} Os trabalhadores encontraram uma oportunidade de fixação aqui mesmo em nossa região.

Os próprios agentes econômicos do local impulsionaram a produção do café no município e se sentiram responsáveis pela criação de **novo** dinamismo na região com geração de emprego e renda. Na concepção de José de Souza Martins (1983, p.114) “{...} possibilitaram o avanço sobre estas novas áreas daquilo que há de mais característico no mundo capitalista” — a **expropriação** e a **exploração** —.

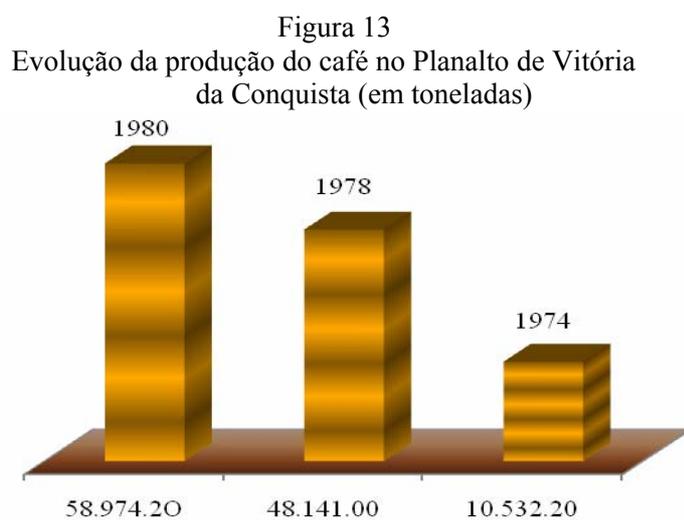
O café ao se implantar em Vitória da Conquista encontra uma estrutura fundiária definida, terras tituladas e ocupadas. No primeiro momento ocupa as áreas de matas, entre a pecuária e a média produção agrícola. A expansão foi paulatinamente, incorporando mais áreas e a pequena produção de subsistência cedendo a estes, os últimos resquícios de roças que lhe restava, passando a mudar sua condição de pequeno produtor para meeiro e, posteriormente, para assalariado.

Essas novas propriedades em formação passaram a ser bastante valorizadas. O preço da terra para o plantio do café subiu vertiginosamente. Em 1971, quando iniciou a lavoura

dessa cultura o alqueire de terra custava em média e 5 a 10 mil cruzeiros — moeda da época — em 1979, esta chegou entre 100 a 150 mil cruzeiros. Mas os pequenos produtores já estavam fora desse movimento de compra e venda.

A Região do Planalto de Conquista assumiu a liderança do plantio de café passando de 46.990 covas no primeiro ano para 10.000.000 em 1974/75, o que equivaleria representar, na época, 61% dos cafezais do Estado. No início dos anos 80, o município colocou a Bahia em 8º lugar da produção nacional, tanto em quantidade produzida, como em produtividade e qualidade. A região manteve essa hegemonia no Estado até 1979/80, seguida pela região da Chapada Diamantina, que teve sua mais alta produção em 1980 com 49.782,02 toneladas. A figura 13 demonstra a produção da Região para os períodos de 1974, 1978 e 1980.

Na medida em que a lavoura do café ia se consolidando, provocava mudanças no contexto rural e urbano com impactos significativos nas relações de produção, redefinindo os espaços no município num curto período de tempo. Apesar deste fator intenso de mobilização de trabalhadores tanto do campo como da cidade em função da “nova” cultura, esta não foi capaz de absorver um contingente grande de trabalhadores, mesmo nos momentos de colheita onde era requerida bastante mão-de-obra.



Fonte: IBC/GERCA, 1981.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Estes mecanismos dificultavam a organização dos trabalhadores que vinham se fragilizando, tanto pelas perdas de suas terras, como pela super exploração da força de trabalho pelos grandes empresários do café. Antônio Dias (1985, p. 144) reconstituindo a

memória dos trabalhadores do café, descreve a fragilidade relatada por estes, na **perversa** história do café:

{....} poucos trabalham firme na mesma propriedade. A maioria se tornou como mercadoria que se oferece a quem paga melhor. {...} As leis trabalhistas do país são totalmente ignoradas. {...} Um pequeno proprietário querendo plantar café, encontra tanta dificuldade, que muitos esmorecem. {...} As roças de mandioca, milho e banana estão diminuindo cada vez mais, encarecendo o produto.

Apesar das manobras das lideranças sindicais, a equipe da CEBs<sup>1</sup> vinha desenvolvendo trabalho com as famílias catadoras de café, motivando estas a concorrerem às eleições do sindicato, como oposição. Desta forma, foi constituída a Chapa 2. Esta na leitura de Ruy Medeiros (1980 p. 45) “se constituiu na vanguarda dos trabalhadores rurais” demarcando terreno para um acordo de dissídio coletivo que se transformara em uma greve deflagrada em maio de 1979. Assumido pela Comissão Salarial, este movimento levou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a FETAG, assumirem a contragosto a primeira greve dos trabalhadores do café, que teve na pauta de negociação melhores salariais, e melhores condições de trabalho dentre outras.

Fatores como a repressão policial — legitimamente defensora dos interesses da classe dominante — a falta de compromissos dos diretores do sindicato com esta categoria, e própria inexperiência dessa vanguarda e o recuo das CEBs, levaram a greve — apesar de considerada legal pela justiça trabalhista — ao fracasso e as conquistas foram às mínimas possíveis. Apesar disso, Ruy Medeiros (1980, p.46) interpreta que: “os trabalhadores entenderam seu movimento como ‘o movimento possível’ dentro de determinadas condições, em determinado momento de sua história, preparatório de outras lutas”.

Em 1986, com a implantação do Plano Cruzado, o governo volta a subsidiar o café na medida em que, os preços internacionais estavam bastante atrativos. A ganância dos produtores em tomarem volumosos empréstimos, levou estes a um grande endividamento. A opção dos mesmos foi manter os preços na saca do café em alta — com base em anos anteriores — sem, contudo, mensurarem que estava havendo retração da demanda

---

<sup>1</sup> A partir de 1968, a Diocese de Conquista, juntamente com alguns leigos reestruturaram a proposta de trabalho que passou a se direcionar numa linha da Teoria da Libertação, contribuindo assim, para organização das Comunidades de Base.

internacional e normalização da demanda cafeeira em outras regiões, provocando uma queda vertiginosa dos preços.

O endividamento dos produtores e a continuidade da alta dos preços no mercado geraram uma crise profunda na produção de café na região de Vitória da Conquista — muitos deles passaram a substituir os cafezais por pastagens, inclusive justificando que os custos da produção eram mais baixos e dependiam de menor requerimento de mão-de-obra — afetando toda economia do município. Tanto o desaquecimento da oferta de trabalho, o rebaixamento da remuneração e algumas vantagens conseguidas pelos trabalhadores na greve de 1989, foram por água a baixo, a depressão social foi enorme, com grandes contingentes de trabalhadores sem terra e sem trabalho.

A redefinição da pauta de exportação de produtos brasileiros levou o café a não ser mais uma atividade produtiva dinâmica, por isso não tinha grandes subsídios, apesar de integrar o mercado de *commodities*, não vinha respondendo as exigências dessa racionalidade produtiva. Nessa lógica, os cafeicultores perderam expressão no espaço agrícola brasileiro. Até que ponto o projeto Amaralina não foi uma tentativa de reinvestimento em escala regional dessa segmentada “nova” oligarquia? As tendências foram explícitas na defesa por parte da CAR e prefeitura local, tanto na manutenção de parte dessa oligarquia nas terras reformadas, como na motivação do plantio de café, com vastas distribuições de mudas para os assentados.

A estrutura fundiária da Região Sudoeste, sempre foi bastante concentrada e desde o início de sua ocupação, em especial, com predominância na pecuária. E apesar de em meados da década de 1970, a cultura do café, ter tido um forte investimento, entretanto, esta atividade (como essa pesquisa já afirmou) não utilizou as grandes áreas de pastagens, não modificou a vocação e nem tampouco, abalou a estrutura das terras — concentradas extraindo a fração da mais valia social sem participar do processo produtivo — ociosas não utilizadas.

Na tabela 16 temos a seguinte situação, trabalhando com as décadas de 1980, 1985 e 1995, — auge do pico do pós-café — o uso da terra para a pastagem no primeiro período equivalia 75,0%, para o segundo, aumentou para 77,0%, e para o terceiro período tem um acréscimo considerável 79,0%. Enquanto a lavoura em 1980 tinha área utilizada de apenas 8,0%, em 1985, seu aumento foi irrisório para 8,4 %. Em 1995, comparando aos dois períodos, a cultura da lavoura tem aumento significativo 11,0%. Entretanto, as áreas

produtivas não utilizadas, considerando se aí também as temporárias em descanso, em 1980, representavam 17,0%, superior às áreas destinadas à lavoura, em 1985, 14,6%. Em 1995, elas quase se equiparam à lavoura 10,0%. As propriedades acima de 500 hectares em 1995 ocupavam 74,6% com atividade pecuária.

Tabela 16  
Região Sudoeste – utilização das terras por atividades econômicas (1980, 1985, 1995)

Atividades	Períodos					
	1980	%	1985	%	1995	%
Lavouras	266.964	8,0	303.406	8,4	311.277	11,0
Pastagens	2.036.689	75,0	2.169.389	77,0	2.223.350	79,0
Terra ociosa	584.905	17,0	491.171	14,6	214.434	10,0
<b>Total</b>	<b>3.423.960</b>	<b>100</b>	<b>3.575.042</b>	<b>100</b>	<b>3.199.987</b>	<b>100</b>

Fonte IBGE. Censos Agropecuários, 1970, 1995.  
Elaboração: Madalena Noronha.

De acordo com a tabela 17, percebe-se que o movimento de Vitória da Conquista é idêntico ao da Região. As áreas destinadas à pastagem, sempre foram mais expressivas que as áreas destinadas à lavoura, concomitantemente às terras em descanso e produtivas não utilizadas se encontram num patamar muito superior as terras destinadas à lavoura. Em 1980, as áreas utilizadas com pastagem ocupavam 66,0%, da área total, enquanto para a lavoura era de apenas 17,0 %. Em 1985, considerando-se o período de maior evidência da cultura do café, houve um movimento de redução das áreas para as culturas tanto de pastagem, como as destinadas à lavoura diminuindo, porém, as terras produtivas não utilizadas ampliaram para 23,3%.

Tabela 17  
Vitória da Conquista – utilização das terras por atividades econômicas (1980, 1985, 1995)

Atividades	Períodos					
	1980	%	1985	%	1995	%
Lavouras	29.831	7,0	27.037	13,7	22.891	15,3
Pastagens	111.537	66,0	123.550	63,0	101.504	67,3
Terra ociosa	28.764	17,0	46.135	23,3	26.379	17,4
<b>Total</b>	<b>170.122</b>	<b>100</b>	<b>196.722</b>	<b>100</b>	<b>150.774</b>	<b>100</b>

Fonte IBGE. Censos Agropecuários, 1970, 1995.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Na década de 1995, há um movimento de redução das terras no município disponíveis as culturas, todas as atividades esse processo, exceto as áreas destinadas à pastagem, período de maior utilização 67,3% da área total. Sendo que as áreas destinadas à lavoura diminuem muito mais, ficando apenas com 15,0%. As terras ociosas para este último período também sofrem redução ficando em 17,4% porém, inferior as áreas de lavouras.

Seguindo uma série histórica, na representação dos grupos de áreas no município de Vitória da Conquista demonstradas na tabela 18, identifica-se que a velha dicotomia permanece entre um elevado número de estabelecimentos com pouca porção de terras e uma inexpressiva minoria desses estabelecimentos com uma elevada fatia dessas terras. Em 1980, a classe de 2 ha menor que 5 ha tinha 402 estabelecimentos 12%, com apenas 0,84% das terras. Enquanto a classe 500 ha a 1.000 ha tinha 78 estabelecimentos pouco mais que 2% destes, no entanto, concentrava 22% da área total. Em 1985, a tendência do estrato 2 ha menor que 5 ha teve aumento em número de estabelecimento 978 chegando a ocupar 19,8% destes com área de apenas 1,4%. O grupo de 100 hectares a 200 ha com 261 estabelecimentos equivalendo 5,17%, detinha 14,21% da área. Salienta-se que esta era a classe de médios cafeeiros que plantavam em torno de 50 a 100 mil covas.

Em 1996, ocorre outro movimento com redução tanto das áreas, quanto do número de estabelecimentos. Chegando estes a serem afetados em 51% do universo total. O extrato de área 5.000 ha menor que 10.000 ha que existiu apenas na década de 1960, reapareceu neste período com 2 estabelecimentos e 4,0% da área. Confirmando assim, a evidência histórica do município de três variantes, a **pecuarização**, a **especulação** — das terras produtivas — e **fragmentação** da pequena produção.

Dentre os três períodos analisados, registra-se que o Índice de Gini foi extremamente alto, em 1980, este valor era de 0,733. Porém, em 1985, — como já mencionado no auge da cafeicultura — este Índice atinge um valor extremado de 0,817, em 1996 há uma pequena queda ficando em 0,777 valor ainda considerado muito alto.

Esse modelo de estrutura fundiária e a conjuntura da ascensão de crise da cafeicultura — como já analisados neste capítulo — agudizou o município de Vitória da Conquista em todos os níveis. O poder local em 1987, constituiu-se nos antecedentes históricos dos moldes populistas, buscando saída à crise, em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, para moldurar outro perfil no município.

Nesta linha, a prefeitura local — utilizando-se da prerrogativa de “amigo” do governador da Bahia — ultrapassou os movimentos sociais e em defesa dos excluídos da terra, mapeou politicamente a Fazenda Santa Marta AS, como área considerada nos padrões

de interesse social do PNRA. Reivindicando a inclusão desta no PRRA, constituindo-se assim, no primeiro Projeto de assentamento da Região Sudoeste o Projeto Amaralina.

Tabela 18  
Vitória da Conquista - estabelecimentos por grupo de área total (ha)  
(1980, 1985, 1996)

Grupos de área total (ha)	1980		1985		1996	
	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	Estabelecimentos	Área
>1	48	29	535	271	229	115
1 >2	129	166	546	702	212	297
2 > 5	402	1.156	978	2.792	248	1.283
5 > 10	481	2.853	705	4.421	304	1.899
10 > 20	527	6.120	682	8.512	283	3.820
20 > 50	779	21.996	734	20.708	480	13.693
50 > 100	425	28.468	308	20.914	241	16.021
100 > 200	254	33.934	261	34.472	209	27.464
200 > 500	210	62.601	194	57.978	185	53.061
500 > 1.000	78	52.352	73	48.191	47	35.899
1.000 > 2.000	18	25.059	23	29.860	18	24.116
2.000 > 5.000	2	4.009	6	14.921	1	2.800
5.000 > 10.000	-	-	-	-	2	7.647
<b>Total</b>	<b>3.553</b>	<b>238.743</b>	<b>5.045</b>	<b>243.743</b>	<b>2.649</b>	<b>188.115</b>

Fonte: IBGE – IX Recenseamento geral do Brasil – 1980 Censos Agropecuários Série Regional Bahia.  
Elaboração: Projeto GeografAR.

Atualmente, o Município de Vitória da Conquista contempla o maior número de assentamentos em relação ao Estado, doze PAs, dez desapropriados pelo Governo Federal, uma área de reconhecimento e uma de doação, ocupando cerca de 16.998 hectares. Dados na tabela 19.

Tabela 19  
Vitória da Conquista: Projetos de Assentamentos (1987 – 2001)

Projeto/natureza*	data desapropriação	Nº de famílias	Área (ha)
Amaralina *	02.01.1987	173	2.722
Lagoa caldeirão*	03.11.1994	142	1.507
Mocambo/bonfim *	09.07.1994	84	1.256
Mutum*	27.11.1996	188	2.862
Conquista do Rio Pardo *	28.11.1996	71	1.457
Olho D' Água*	27.11.1996	55	623
Cedro*	07.07.1997	73	800
Cipó *	30.06.1998	73	1.443
União/IBC***	18.06.2001	25	150
Lagoa Nova*	03/10/2001	32	1.015
Baixão *	08.11.1999	48	1.837
Etelvino Campos ***	27.08.1998	78	42
<b>Total 12</b>		<b>1.038</b>	<b>16.998</b>

\* PAs desapropriados

\*\* Área de reconhecimento

\*\*\* Área doada

Fonte: INCRA/CIPRA, 2001

Elaboração: Madalena Noronha.

As conseqüências dessa política de ocupação — por parte dos agentes do estado e dos agentes locais — e seus sobre impactos diretos na estrutura fundiária do município, serão analisadas no capítulo 6 à luz dos desdobramentos no Projeto de Assentamento Amaralina, num resgate sistematizado — de forma teórico-empírica — vivenciado pela pesquisadora/assessora técnica da CAR, durante 5 anos, ao qual se remeterá um recorte mais detalhada sobre os contornos político-administrativos da produção e gestão desse espaço ao longo da intervenção destes organismos para conferir-se suas tendências atuais.

## 6 RETROSPECTIVA HISTÓRICA E A SINGULARIDADE DOS AGENTES PRODUTORES DO PROJETO AMARALINA

A análise de um assentamento em processo de instalação e de vivência dos sujeitos sociais, nele envolvido impõe situá-los, no contexto sócio-político no qual, estão inseridos. Esse contexto, por sua vez, encontra-se consubstanciados por processos históricos anteriores, principalmente, naqueles relativos à estrutura fundiária, às políticas agrárias e aos modelos de desenvolvimento desenhados por diversos atores ao longo do tempo.

O Projeto de Assentamento Amaralina, inicialmente denominada Santa Marta do Nordete S/A, foi adquirido por um grupo de empresários gaúcho, na década de 1950. Entretanto, apesar dos fortes investimentos adquiridos através dos recursos da SUDENE — para constituição de uma empresa agropecuária — a mesma não empreendeu as ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estabelecidos. Essa inadimplência levou a prefeitura de Vitória da Conquista entrar com ação desapropriatória, em 15 de junho de 1973. A empresa permaneceu em *júdice* até 1987, quando de sua incorporação ao PRRA, que se constituiu no Projeto Amaralina. Com área de 2.722 hectares, situa-se geograficamente no Município de Vitória da Conquista, a 5 km do centro urbano. Posicionando-se entre a BR 216 e a BA 265, seu acesso é feito em direção a Universidade Estadual do Sudoeste (UESB) e pela BR 116.

A particularidade do projeto Amaralina, não vem se dando apenas no campo das suas relações internas pela disputa de um *Quantum* social. Suas raízes estão plantadas no modelo inicial de produção desse espaço que foi conduzido pela ação planificadora do Estado e outros organismos de forma direta. O projeto fazia parte de um contexto material de reprodução, onde não só o processo imediato da realização do capital tinha que ser administrado e regulado politicamente, para ajuste social dos indivíduos, como também a própria necessidade de legitimação do Estado, como um completo aparato burocrático.

Merece destaque nessa pesquisa, os mecanismos do poder local por forças das circunstâncias estruturais e conjunturais, em arregimentar um conjunto de organismos e recursos em diferentes escalas, em prol do **objeto de cobiça** o Projeto Amaralina. No qual, foi

estabelecida uma relação do jogo institucional, funcionando em prol de uma unidade especificamente política na junção de um bloco do poder ali implantado.

O projeto Amaralina, não tinha como objetivo amenizar a perversa concentração de terras existente no Município. Este espaço tão atrativo, dada sua posição geográfica — considerada área “rurbana” por muitos autores — e seus cenários paisagísticos, cumpriria dois papéis simultâneos: por um lado, a desconcentração da classe média alta do centro da cidade e alocação na fazenda — a áreas mais adentradas na zona de mata se tornariam atrativos de lazer — Por outro lado, os poucos trabalhadores rurais que se agregariam ao projeto de reforma agrária, já selecionados previamente, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conquista e prefeitura local, deveriam tornar seus lotes num grande celeiro de hortigranjeiro para abastecer o município. Este projeto ficou implícito na intencionalidade posta em todo processo de negociação, que começou desde a mobilização para o deslocamento da equipe CAR/Gerente da Região de Planejamento Serra Geral, CERAS, procuradoria e técnicos do INCRA. Figura 14 paisagem Amaralina.

Figura 14  
Paisagem Projeto Amaralina (1987)



Fonte: Pesquisa de Campo, Madalena Noronha.

Em reunião ocorrida no dia 18.09.1987, na prefeitura municipal com o INCRA, CAR, prefeito, Sindicato Rural e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), para estabelecer as estratégias de ocupação legal da Fazenda Santa Marta. Foram demonstradas as preocupações desses dirigentes quanto o vazamento das informações, sobretudo, para a

CPT/Regional e CUT, dado os perigos destas entidades, que poderiam se antecipar e ocupar a área, — futuro Projeto Amaralina — antes do controle destes.

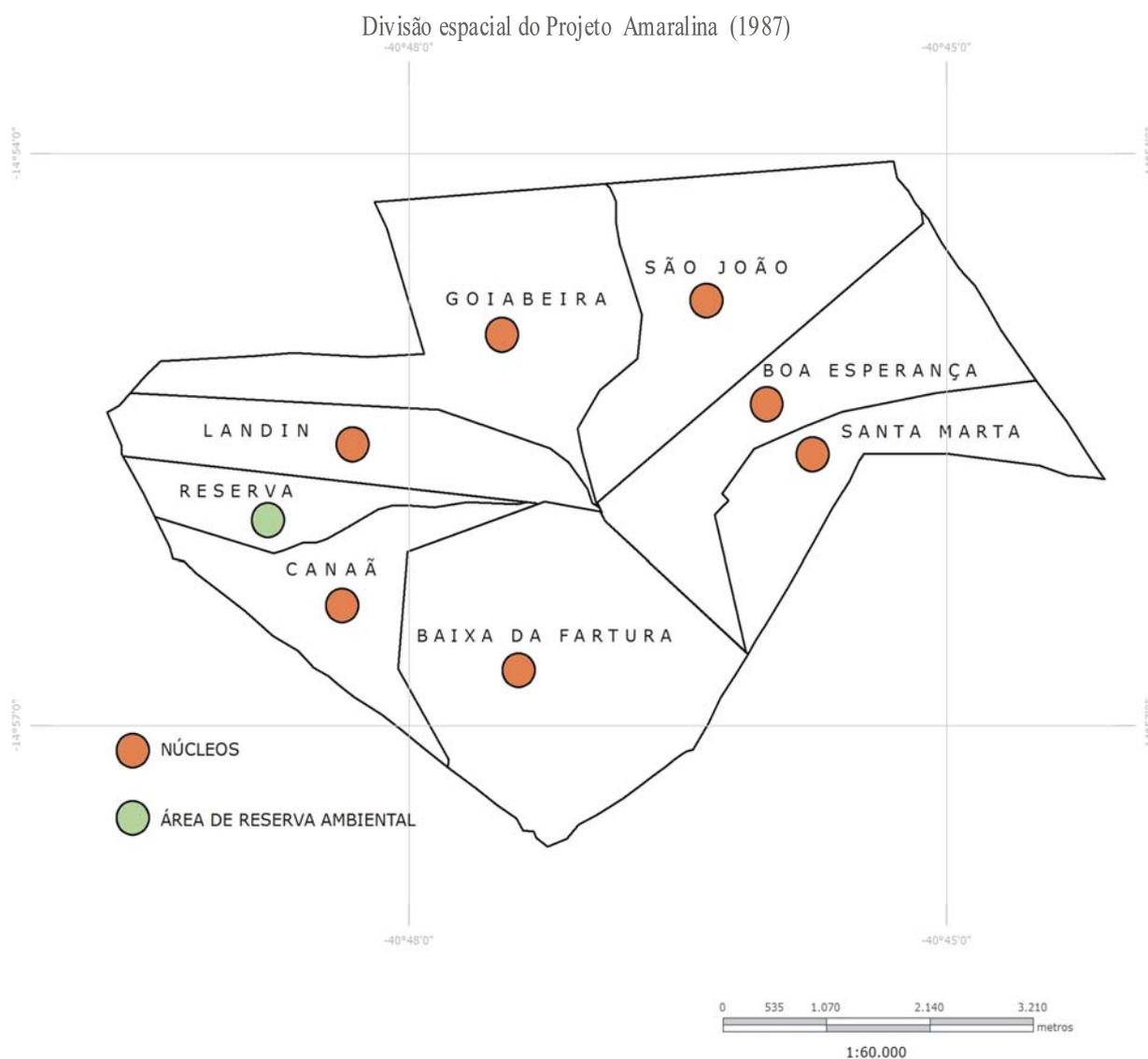
Desta forma os “comandantes” não divulgaram a proposta oficial e imbuídos do discurso do sigilo para não **“provocação de tumulto”**, visto que o imóvel ainda não tinha posse imitada. No entanto, já tinha havido uma simulação de ocupação na área por parte de alguns trabalhadores cadastrados pelo Sindicato e motivados pela própria prefeitura local. A imissão de posse foi dada em Vitória da Conquista, no dia 21 de setembro do mesmo ano, para que a equipe tivesse acesso ao local dentro dos trâmites legais e começasse de fato operacionalizar o grande projeto.

Desde a grande greve dos trabalhadores do café, a CPT e outras entidades, comprometidas com o movimento em torno das condições de vida de centenas de trabalhadores rurais, desempregados e sem terras, vinham mapeando algumas áreas com capacidade produtivas, — porém, ociosas — com o propósito de forçar o assentamento das famílias nestas áreas. Tão logo estas entidades souberam da presença do INCRA no município para tal fim, providenciou a ocupação imediata da fazenda Amaralina colocando 288 famílias — estas em sua grande maioria, eram do próprio município e dos arredores próximo à fazenda ou mesmo, estavam na zona urbana em busca de emprego — alojaram sob pedaços de plásticos, espalhadas por toda a área da fazenda, dividiram geograficamente esse espaço em forma de núcleos. A figura 15 apresenta a divisão espacial do PA Amaralina.

Tal foi a surpresa dos projetistas “rurbano”, que não acreditaram na potencialidade de organização dos trabalhadores e destas entidades, em romperem com a manobra pré-estabelecida para exclusão destes. A consequência imediata, foi a ocupação da fazenda por aqueles que de fato, se tornariam os assentados do primeiro projeto de reforma agrária na Região Sudoeste.

Tanto o dirigente regional da CAR, como a prefeitura local, FETAG e INCRA, por total obscurecimento, se sentiram traídos, inclusive, admitiram as responsabilidades desse fato à técnica da CAR, que compunha a CERA, passando esta a ser indiciada na Polícia Federal, respondendo processo como “insulfradora” de ocupação, de terra para reforma agrária. Puro contra-senso, porque o projeto, mesmo que frustrado, saiu da trama do próprio poder estadual pelo menos naquele momento.

Figura 15



Fonte: Setor de Cartografia do INCRA  
Elaboração: Madalena Noronha

Se o aparelho do estado, tentou ser o complexo global das atividades práticas e teóricas, pelo o qual, a classe dominante em Vitória da Conquista, não apenas queria justificar e manter sua direção, mas, sobretudo, conseguir preservar o consenso daqueles que são dominados. A estratégia ao longo do tempo, foi tentar assumir as demandas dos próprios trabalhadores regulando estes, via um planejamento racional, e de resto, através da coesão própria que é a burocracia sobre as práticas dos agentes. Mas esta política, não poderia ser reduzida ao seu próprio poder ou a sua vontade e sim, deveria ser entendido como uma resultante das contradições de classes existentes no próprio Estado, com prioridades e contra prioridades, que estabelece as contradições e reorienta novas formas de intervenções.

Assim, é que as modificações ocorridas na conjuntura de 1992, — com um novo quadro estrutural, agora sob a hegemonia do governador Antonio Carlos Magalhães — o bloco do poder, redirecionou seus instrumentos para outras ações distintas da reforma agrária, causando ruptura entre os laços dos representantes e representados. E neste sentido, os aparelhos estatais, sofreram deslocamentos de funções, como foi o caso da CAR – gestora e financiadora do PRRA – e outros órgãos que estavam envolvidos no processo.

A retirada das instituições resultante dessa política do Estado, que colocou e retirou seu poder em seu próprio proveito, fragmentou e fracionou distintas camadas sociais existentes no PA, o que favoreceu uma crise interna. Mas a própria orfandade reservou uma posteridade histórica para estes assentados, que conheceram e assimilaram outras formas e outros modelos de produção nesse espaço. O próprio Estado criou as potencialidades de reivindicações e a inevitabilidade da ação direta, favorecendo o diálogo de conflitos com interlocutores diretos com o próprio sistema de decisões.

## 6.1 O *ÉTHOS* DO ACAMPAMENTO E O PERCURSO BUROCRÁTICO RUMO AO MODELO DO ASSENTAMENTO

No início da ocupação, tão logo foi dada a imissão de posse, Houve a celebração de uma missa, donde foi fincado um marco na casa sede da fazenda<sup>1</sup>, como símbolo da libertação dos camponeses do município de Vitória da Conquista e da Região Sudoeste. Nesse sentido, a Igreja Católica, que em outras ocasiões, como na greve dos catadores de café, ficou omissa entre as reivindicações dos trabalhadores e o poder dos proprietários, assessorada pelo estado, assume uma ruptura institucional com a prefeitura local e as demais instituições.

As famílias que ocuparam a fazenda — com muitas crianças pequenas — estavam ali, vivendo as condições mais sub-humans, ao relento, sem teto, sem água e sem comida. O que se fazia necessário, a criação de infra-estrutura para estas. De imediato, foi providenciada a

---

<sup>1</sup> A missa foi campal, com a presença dos ocupantes e diversas entidades do movimento social. O sermão foi um ato político, com avaliação de estrutura fundiária concentrada no Brasil e na Região do Sudoeste.

compra de lonas e certas básicas, viabilizadas em boa parte, tanto pela CPT como pela CAR, CORDEC e as verbas emergenciais do Tesouro do Estado.

A realidade era de acampamento, que a nosso ver, era um território provisório e indefinido, individual e coletivo, com atividades escassas e ocasionais, calcado na “**economia de guerra**”, solidariedade entrecortada pela prevalência das garantias individuais e dependência absoluta, tanto para a sobrevivência material como simbólica.

Poucas coisas parecem mais complexas que o estudo de realidades transitórias. Todavia a importância das situações liminares espaciais e temporais é absolutamente reconhecida, em se tratando de uma passagem que carrega o *éthos* do tempo progressivo e convive com as transformações preparatórias, rumo ao tempo futuro. É neste meio do caminho, que se afigura o acampamento Amalarina. Hugo Nutine (1989), num estudo sobre ritos e passagens, sublinha três etapas distintas e complementares: os ritos em preliminares (de separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação). O acampamento Amalarina, mesmo com toda sua complexidade pode ser situado nesse estágio de pós-liminaridade.

A vida imediata levou estas pessoas, das mais diferentes origens e experiências, a conviverem umas com as outras no mesmo *locus*, dessa proximidade espacial surgiram grupos de vizinhanças, nos quais, os membros desenvolveram relações mais constantes, assim foi o caso da sub-espacialização do projeto, em núcleos que foram se formando com base no sentimento empático, certo tipo de sociabilidade mais generosa, foi esta a característica dos primeiros tempos em Amalarina.

Apesar da existência do cadastramento feito pelo Sindicato Rural dos Trabalhadores de Conquista, com pessoas em grande maioria, funcionários do poder local e estadual. Deu-se início ao cadastramento dos ocupantes da área, realizado, no período de 27/10 a 03/11. Inicialmente, o INCRA/BA<sup>2</sup> cadastrou os antigos empregados do ex-proprietário que já residiam na fazenda há muito tempo. Independentemente de ter origem como trabalhador rural — parâmetro do PNRA/PRRA — a seleção dos beneficiários, foi feita no período de 20 a

---

<sup>2</sup> Os candidatos são cadastrados no Sistema de integração de Reforma Agrária (SIPRA) e classificados de acordo com determinados critérios técnicos — além da exigência da maioria e que o candidato não possua antecedentes criminais — sendo estes: composição do grupo familiar, capacidade de trabalho familiar, experiência associativista e tempo de trabalho em atividades agrícolas.

31/03, sob a responsabilidade do INCRA/BA. Para surpresa dos assentados, a lista dos selecionados, contemplava pouquíssimos trabalhadores e muitos funcionários públicos.

Em se tratando de um grupo social que não tinha identidade étnica, sentimento de territorialidade, nem ainda formara papéis hierárquico para exercício de poder e autoridade, a *priori*, suas formas mais visíveis eram de relações de subordinação ao grupo gestor. Entretanto, os trabalhadores passaram a assimilar que ali eram “exigidas novas regras” para sobrevivência. E de imediato, estabeleceram regras de convívio social, através de regulamento, de distribuição de tarefas e da organização da comissão coordenadora, composta por representantes dos núcleos. A consequência dessa organização, veio à tona em forma de embate entre os órgãos gestores e um grupo não mais vulnerável, mas buscando o encontro de afirmação do poder — enquanto necessidade lógica —, como resultado das dessimetrias que afetam as relações sociais.

Os trabalhadores não aceitaram a lista do INCRA, que confluía com a da prefeitura. Em confronto com as instituições estatais, redefiniram os critérios de seleção, estabelecendo princípios no trabalho de origem agrícola, comprometimento com as metas da reforma agrária, — para acabar com o latifúndio —, voto de permanência nos lotes e fortalecimento do movimento dos trabalhadores sem terra. Em que pese, nessa época, estes ainda não terem laços políticos com o MST, mas o lema de “**ocupar, resistir e decidir**” estava no cerne da CPT. Diga-se de passagem, que o núcleo da CPT de Conquista, ao conduzir o processo de ocupação, também permaneceu na Fazenda incorporando-se na coordenação da equipe institucional, mediando todas as tomadas de decisões.

No Decreto de Desapropriação da empresa Santa Marta S/A, constavam 3.500 hectares, mas na medição da terra para estabelecer o perímetro, só foram constatados 2.722<sup>3</sup> hectares. Como a capacidade do assentamento é dada pela relação do número de famílias e o tamanho do perímetro, visto as potencialidades agricultáveis da área, a diminuição da área, implicou na diminuição do número de famílias. Nesse sentido, das 288 famílias cadastradas apenas 131, foram selecionadas resultando num excedente de 157 famílias. Destas, 60 permaneceram numa área contígua que se encontrava nos limites da fazenda e 97 permaneceram engajadas

---

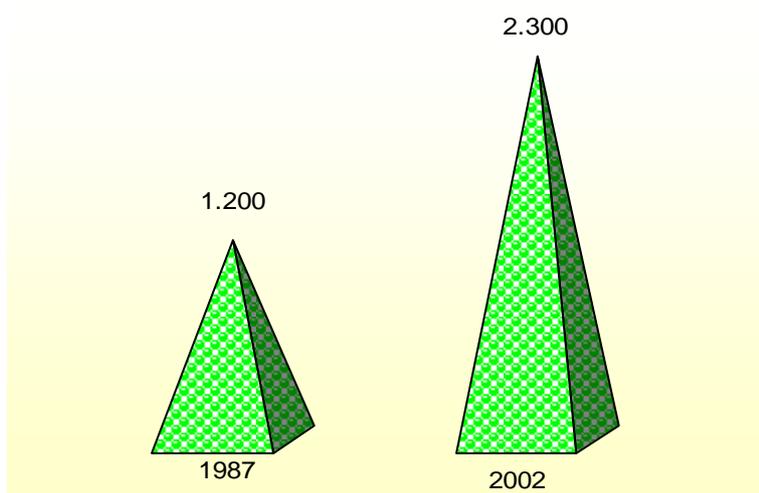
<sup>3</sup> Na primeira medição feita pela CAR, constavam 3.500 ha. Na demarcação feita pelo INCRA para estabelecimento do perímetro este passou para 2.722 hectares.

em todo processo de luta de Amaralina, forçando situações de desapropriação da fazenda IBC. Hoje a grande maioria está assentada nos demais projetos do Município.

Em 1987, o projeto tinha um contingente populacional de aproximadamente 1200 pessoas, entre crianças e adultos. A taxa de densidade demográfica era na ordem de 0,48. Atualmente existe uma controvérsia, técnicos e moradores afirmam ter 211 famílias, porém o INCRA só reconhece 173.

Em 2002 a população foi estimada em 2.300 pessoas aproximadamente, com um crescimento de 3.3 a.a. e taxa de densidade de 0,85. A perspectiva, segundo os moradores, é aumentar significativamente esta população na medida em que, existem duas tendências concretas: 1) os filhos dos proprietários vêm contraindo matrimônio e aumentando a taxa de natalidade; 2) os lotes vêm sendo parcelizados tanto com genros, noras como os filhos mais velhos e parentes que retornam de um processo migratório. Este rebatimento vem se dando na definição do tamanho da área plantada. A figura 16 demonstra a evolução da população num intervalo de 15 anos.

Figura 16  
Projeto Amaralina — evolução da população (1987 e 2002)

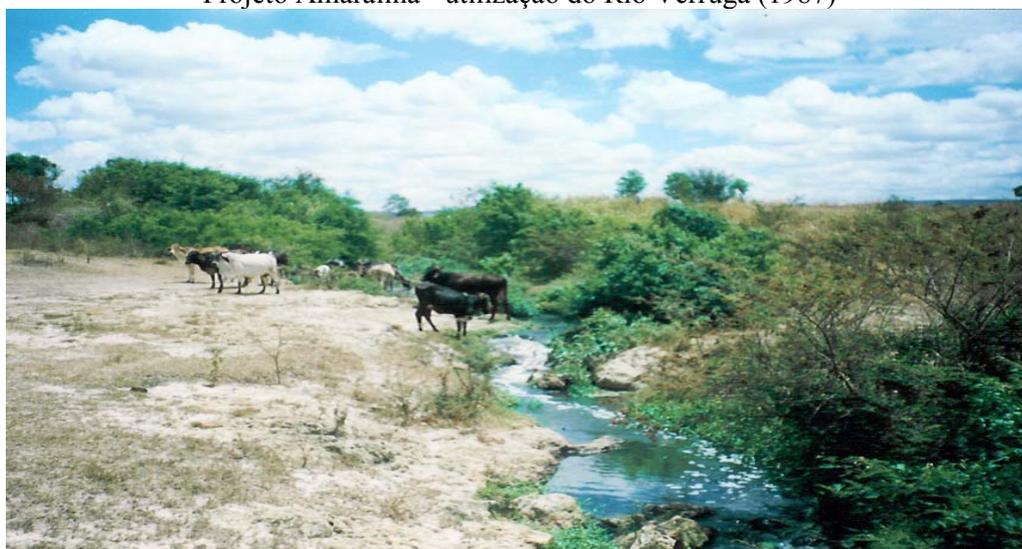


Fonte: Pesquisa de Campo 2002.  
Elaboração: Madalena Noronha

Na medição do perímetro, foi feito um levantamento dos recursos naturais para mensurar a capacidade e aptidões para o uso racionalizado do solo. Um fato agravante que sem dúvida, contribui na qualidade de vida dessa população, diz respeito ao uso inadequado

pela empresa de saneamento do Município do maior potencial hídrico do Projeto o Rio Verruga. Este apesar de banhar o Projeto como um todo, é o receptor dos dejetos da central de decantação da cidade de Vitória da Conquista. Totalmente poluído, não serve ao consumo doméstico, apenas para o uso de animais. No entanto, alguns moradores no início da ocupação por desconhecerem a problemática, fizeram uso da água e foram acometidos por algumas doenças de veiculação hídricas. Os dois afluentes, e o riacho Santa Rita bem como, algumas represas e aguadas, vêm servindo o consumo doméstico para a população, que em determinadas épocas de estiagem, sofre com a escassez de água. A figura 17 mostra o Rio Verruga com os animais fazendo uso da água.

Figura 17  
Projeto Amaralina - utilização do Rio Verruga (1987)



Fonte: Pesquisa de Campo, Madalena Noronha, 1987.

O diagnóstico ainda identificou que os relevos do imóvel são planos, suaves ondulados, com variações de 0 a 4%, ocupando 89% do total da área, enquanto o restante é composto apenas de relevo ondulado. Seu tipo climático é seco, sub-úmido e representa a transição entre o clima úmido das regiões litorâneas e serranas e o clima seco do sertão, com precipitação anual de 600 a 1.200 mm, numa temperatura média de 19,6° C. No período chuvoso de novembro a abril chove 570 mm, ou seja, 81% do total pluviométrico, de maio a outubro a precipitação é reduzida a 138 mm, representando 19% do nível pluviométrico.

O potencial agroclimático varia de ótimo, para bom e regular, com aptidões climáticas para as culturas da banana, mamona, abacaxi, café, e pastagem. O período chuvoso adequado

ao plantio é de março/abril, outubro/novembro. O imóvel está totalmente inserido no polígono da seca. Os principais fatores limitantes identificados nas oito unidades de capacidade de uso do solo mapeado no imóvel são: 1) excesso de água ou encharcamento; 2) afloramento rochoso; 3) drenagem moderada e imperfeita; 4) erosão moderada ou risco de erosão; 5) deficiência de fertilidade; 6) risco de inundação; 7) pouca profundidade dos solos; 8) textura excessivamente arenosa.

A identificação para aptidão das culturas do café e da pastagem levou a CAR, investir num tipo de planejamento verticalizando, na produção da cafeicultura e na pastagem. Conferindo assim, a tendência dos grandes produtores desse Município — como já afirmado no capítulo que analisou a estrutura fundiária de Vitória da Conquista —. Os financiamentos se destinavam à compra de defensivos, mudanças de viveiros de café e matriz reprodutores de gado holandês. Nesse sentido, o espaço produtivo, se tornou uma mera oportunidade econômica viável em curto prazo, sem nenhuma correlação entre os elementos de sustentabilidade deste, para longo prazo. Porém, em que pese o diagnóstico identificar grande deficiência de fertilidade nessas terras, tecnicamente, não foi previsto nenhuma proposta alternativa de correção do solo e nem tampouco avaliado a necessidade de diversificação de culturas.

A definição do parcelamento ocorreu com grandes discussões sobre o tamanho dos módulos e a forma de utilização dos mesmos, — o que implicava o modelo produtivo — onde a maioria dos beneficiários se renderam a lógica do INCRA, optando pelo módulo de 20 hectares por família, com exploração individual e utilização da força de trabalho familiar. As experiências demonstraram que esse tipo de definição prévia no PNRA/PRRA da parcelização dos lotes, nos assentamentos. Este modelo se torna inviável e se constitui assim para: Guiomar Germani (1993, p.630) “{....} Dogma da divisão em lotes familiares. {...} esta organização do espaço atua como um limitador e introdutor da organização e da produção”. (Tradução nossa).

Um assentado que defendia a proposta do INCRA, em confronto com outro assentado assim se posicionou:

{....} O INCRA apresentou para nos a melhor proposta, porque muitas famílias que estão aqui podem não ter vontade de trabalharem na agricultura

e querem ir embora então passam o lote quem quer. Se for coletivo fica difícil resolver este problema. Quando se tem uma proposta de trabalho o próprio INCRA vê um fundamento melhor. (informação verbal, 1987).

Muito embora, algumas características aproximassem inicialmente, estes trabalhadores, neste processo, ficou visível certo distanciamento pelos interesses particulares como foi o caso da consciência em torno da reforma agrária, para alguns, se desdobra em outras frentes de lutas coletivas, enquanto para outros, era um meio de se tornarem proprietário.

A distribuição espacial das famílias se conformou na forma inicial da ocupação, onde estes se alojaram — mediante algumas identidades de parentesco, amizade, filiação partidária, sindical entre outros — em forma de nucleação. Os mesmos nominaram os núcleos, estes eram cinco inicialmente e se denominavam em: Baixa da Fartura, São João, Landin, Goiabeira e Boa Esperança, depois foram incorporados mais dois núcleos o Canaã e Santa Marta. Totalizando sete núcleos individuais e um para reserva ambiental, além de alguns hectares dentro dos lotes para experimento coletivo de viveiros de café, pastagem e para infraestrutura, estradas e escolas —.

A Baixa da Fartura por ter característica predominante de capineira, foi implando o pasto coletivo —. A área total de ocupação dos lotes ficou em torno de 2.620 hectares, assim, permanecendo até hoje. A figura 18 apresenta a nucleação do PA com o número de famílias.

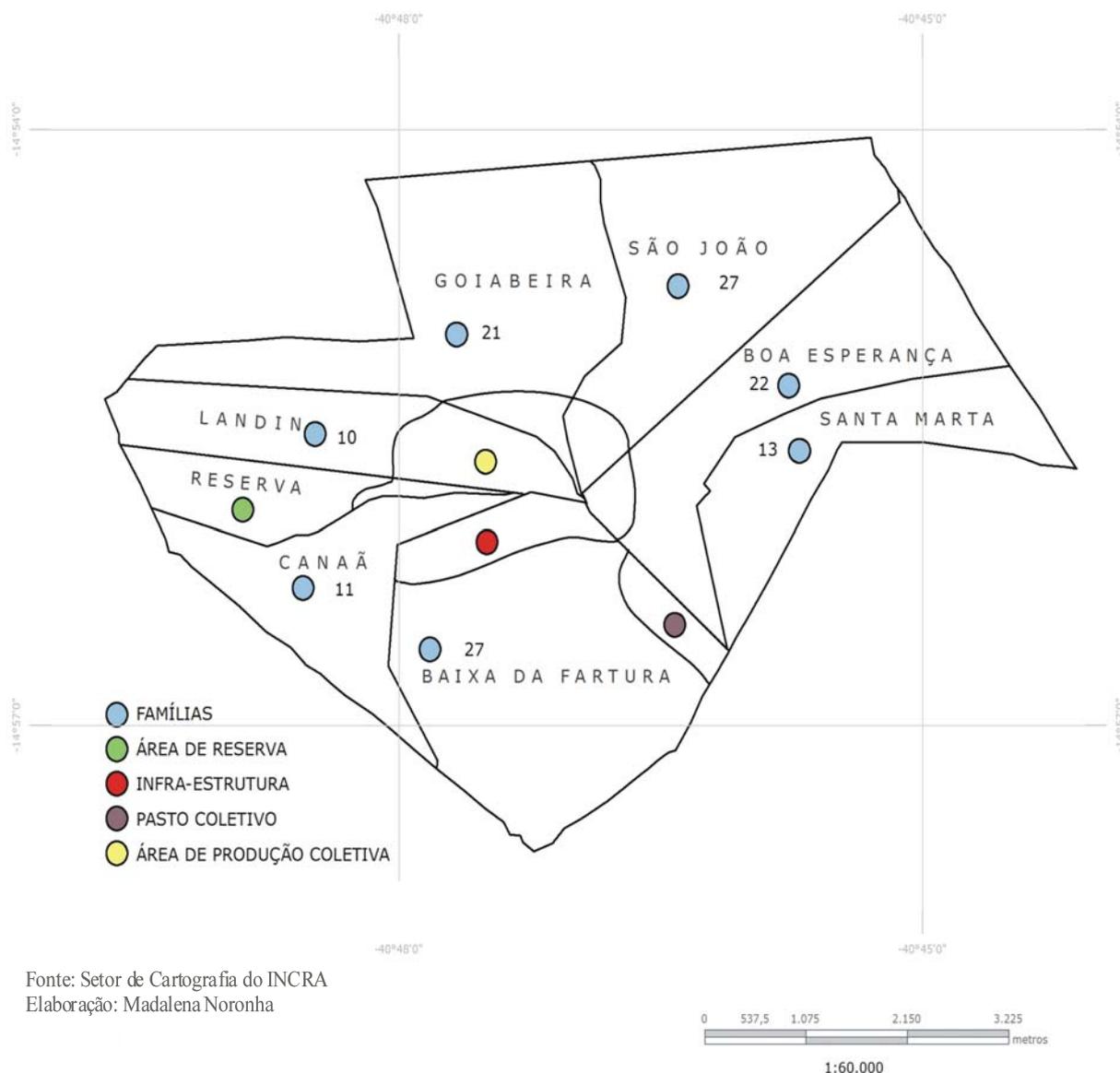
A sociabilidade inicial na divisão da comida e da dormida, agora já era assimilada, nas relações individualizadas, cada família permanecia em seus lotes. Ainda que, em processo de consolidação, os órgãos gestores mantinham controle tanto sobre a atividade produtiva como no nível de organização destes.

O Plano Preliminar (PP) do PA Amaralina previu as primeiras medidas tanto em termos de infra-estrutura social como produtiva. Para sua viabilização, foi celebrado um convênio guarda-chuva entre o INCRA e CAR, de imediato, foi contratado um supervisor de área — este se destinava a andar de cavalo pelos arredores do projeto, planejando sua residência —.

Em abril de 1988, o Plano de Ação Imediata (PAI), definiu as atribuições destes dois órgãos. Cabendo ao INCRA a fiscalização e manutenção das normas, regulamentação e dotação de recursos inerentes às obras de infra-estrutura. O principal papel da CAR era a coordenação dessas ações e dos órgãos envolvidos tais como, EMATER/BA e CERB bem como, a elaboração do Projeto Executivo, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento do PA.

Figura 18

Nucleação e número de famílias no PA Amaralina (1988)



A partir daí, foi implantado um modelo de assentamento definido, dentro dos parâmetros do órgão financiador de desenvolvimento para a pequena produção do agro na

Bahia — o Banco Mundial, via Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). As demandas para produção se incorporaram no Plano Operativo Anual (POA) da CAR. Diferentemente do acampamento este já se tornará fixo e determinado, com atividades produtivas, baseadas na posse da terra e desenvolvimento da agricultura de subsistência. Esta produção, em sua grande maioria, não gerava excedente.

### **6.1.1 Estrutura produtiva em Amaralina**

O modelo sócio-produtivo do Projeto Amaralina, não atendeu os reclames previstos inicialmente, pelo poder local, de transformar este num centro de hortigranjeiro para abastecer a população urbana do município de Vitória da Conquista. Como já afirmamos nesta pesquisa, todo o direcionamento conduzido pela CAR, estava dentro dos parâmetros do PAPP, direcionado para certa racionalidade mercadológica. Daí a pauta de produção a ser subsidiada pelo órgão, consistia no plantio de café e a introdução da pastagem natural e plantada.

Muito embora, as avaliações técnicas, tivessem priorizado no Projeto Definitivo um sistema misto, intercalado entre a pastagem e a cultura de sequeiro, com modelos de exploração individuais e coletivos — visto um horizonte temporal de quatro anos, iniciando em janeiro de 1988 —. Este sistema pouco teve operacionalidade, a única produção de subsistência, que atingiu de fato uma proporção capaz de gerar sobras e ir ao mercado, foi a farinha de mandioca, com 700 hectares plantados.

No processo de instalação do projeto de assentamento, as famílias dos agricultores, após realização do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDA), passam a ter acesso às linhas de créditos — custeios e investimentos —. Os recursos destinados previam a compra de 288.200 mudas de café, o custo da produção entre insumos, tratamentos culturais e outros equivalia a <sup>10</sup>Cz\$ 621.000 por um hectare. A mandioca orçava menos da metade em termos de custos sendo o preço por hectare apenas Cz\$ 228.000.

Na pastagem e na capineira, eram empregados os maiores recursos sendo CZ\$ 725.000. O orçamento previu a compra de 131 matrizes reprodutoras de vaca leiteira e búfalo

---

<sup>10</sup> A moeda corrente na época era Cruzeiros.

concomitante para as 131 famílias. Contraditoriamente à proposta inicial, quando da divisão dos lotes, em se manter um pasto coletivo, apenas com o propósito de abate para consumo interno. Desta forma, este foi o primeiro passo a tangenciar os beneficiários na perspectiva não de pequenos produtores de culturas de subsistência, mas, de pequenos pecuaristas e cafeicultores.

Os créditos para esses investimentos, quando saídos dos recursos do PAPP eram a fundo perdidos. Sendo que os assentados deveriam receber o crédito fomento e a primeira operação de crédito PROCERA, a título de adiantamento, os recursos eram destinados ao financiamento de cultivos agrícolas temporários e aquisição de implementos.

A assistência técnica era dada pela EMATER-BA que tinha como proposta assistir os produtores tanto nos lotes individuais como nos coletivos. Não obstante, o órgão não estava suficientemente estruturado para esta ação — apenas com dois técnicos e sem veículos — considerando as inúmeras atividades, esta se tornou deficiente. As diretrizes básicas para a comercialização foram estabelecidas visando a operacionalização através dos grupos de produtores organizados e/ou através da Associação dos Lavradores de Amaralina (ALFA) com representação de cada lote — e deveria ser planejada e estruturada a partir de ações definidas conjuntamente entre os técnicos e produtores —. No entanto, esse processo foi totalmente descumprido pelos parceleiros, que preferiam vender o mínimo de seus excedentes de forma individual. Este mecanismo se constituiu num grande entrave tanto no que diz respeito à organização da produção como a capacidade de ampliação destes.

As tecnologias adotadas, inicialmente, eram de baixa produtividade, decorrentes das precárias condições de trabalho e irregularidade da assistência técnica, — *supra* — bem como do desconhecimento de tecnologias socialmente apropriadas, por parte dos trabalhadores. Nesse sentido, foram apontadas algumas medidas para superação dessas limitações, dentre elas: o uso, manejo e conservação do solo, introduzindo métodos de erradicação de queimadas.

A opção dos técnicos foi pleitear recursos, através do programa de capacitação da CAR, para incrementar cursos no próprio interior do projeto, já que os mesmos não tinham sido contemplados nas propostas mais abrangentes do Programa. Os cursos consistiam em métodos de utilização de matéria orgânica, cultivo em curva de nível nos locais adequados,

construção de canais de drenagem, controle de pisoteio, manejo das pastagens, escolha de essências florestais e conservação da vegetação. Além de cursos específicos para as mulheres no trato com ervas medicinais. Não entanto, os próprios modelos implantados e a dinâmica da liberação dos créditos não favoreciam este novo aprendizado. E na prática, este investimento não se materializou.

Este modelo gestado pela CAR propiciou a predominância de duas culturas — a pastagem e o café — com uma diferença, hoje, a pastagem supera a plantação de café na quase totalidade dos núcleos. A cultura do café, segundo os produtores, requer tratos culturais mais onerantes, como pagamento de mão-de-obra dentre outros fatores, os riscos são maiores que no trato com a pastagem. Ao consideramos o comportamento dos produtores de café na década de 1970, quando da exploração dos catadores de café justificando o auto-custo dessa mão de obra, riscos e etc. e da opção pelo investimento na pecuária, podemos entender que o movimento de alguns produtores de Amaralina passa a ser idêntico.

O fato, é que a pecuária extensiva levou, inclusive, alguns trabalhadores a alugarem pastos fora da fazenda, pois o rebanho era superior à capacidade de suporte do assentamento. O rebanho bovino existente em 2001 era de aproximadamente 1.400 cabeças predominantemente leiteiras, os poucos animais de corte eram comercializados na sede do município.

Conforme a tabela 20 comparando-se a posição de Amaralina, em 1990, onde a área ocupada pelas três culturas era de 1.596 hectares. A pecuária ocupava 37,8% da área total, o plantio de mandioca foi maior nesse ano, 40,7%, enquanto o café ocupava apenas 21,5% hectares.

Em 2002, a área disponível à introdução de culturas individuais, aumentou significativamente, em torno de 1.886 hectares e também, se consolida a aptidão dos produtores pela pecuária. A pastagem superou todas as demais culturas ocupando 56,8% dessa área total, enquanto a mandioca baixou para 20,5% e o café com 22,5%. Isto quer dizer que restam 714 hectares para o plantio da agricultura de subsistência tais como o milho, feijão, abóbora, criação de pequenos animais e a moradia no próprio lote. Se considerarmos o número de famílias admitidas pelo INCRA 173, fica uma média de 4,5 ha para cada família

harmonizar todas essas atividades. A tabela 20 demonstra as culturas e suas respectivas áreas plantadas.

Tabela 20  
Projeto Amaralina: culturas e áreas planadas (1999 – 2002)

Culturas	Períodos			
	1999		2002	
	ha	%	ha	%
Pastagem	600	37,8	1.070	56,8
Mandioca	650	40,7	390	20,7
Cafê	346	21,5	424	22,5
<b>Total</b>	<b>1.596</b>	<b>100</b>	<b>1.884</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.  
Elaboração: Madalena Noronha.

Em 2002, existiam sete farinheiras com equipamentos elétricos, gerados com motor a óleo. Todos os equipamentos foram implantados pela CAR a fundo perdido para os produtores. Tanto a produção como a venda era feita de forma individual, apenas os equipamentos eram usados de forma coletiva, cada produtor que utilizava a farinheira, deixava um percentual para manutenção desta, em dinheiro ou mesmo em sacas de farinha. A figura 19 demonstra uma área com plantação de mandioca.

A produtividade das culturas produzidas em Amaralina é em média, muito baixa. Um dos fatores que contribui para essa questão foi a falta de liberação de recursos por parte dos governos estadual e federal. A maioria dos assentados recebeu todas as parcelas do PROCERA um montante na ordem R\$ 1.260.662,00 sendo que a última parcela, em função da extinção do PROCERA foi paga em crédito PROFNAF, este orçando R\$ 410.230,00. Os produtores egressos do PNRA/PRRA não estão incluídos na política mais geral de crédito agrícola do governo, sem a titulação das terras, estes não podem negociar diretamente com os bancos ficando então, a mercê da tutela do INCRA.

A falta de recursos para assistência técnica e o armazenamento dos produtos, implica, sem dúvida, na desqualificação da produção vista a competitividade no mercado. O fato dos produtores não estarem organizados para a venda da produção, permite sempre a penetração da figura do atravessador. Muito embora, alguns vinculados ao MST utilizem o galpão de feira da entidade — localizado no centro do Município de Conquista — para comercializar os produtos, porém, não existe estrutura para armazená-los.

O clima é outro fator limitante, as grandes estiagens no município, no dizer do José (Zequinha) um produtor e liderança de Amaralina “o Eu Ninho (El Niño) vem massacrando nós, mudando nossa vida”. (informação verbal, 1987). Na tentativa de amenizar este problema, a CAR havia planejado a implantação de um sistema irrigado, utilizando a água do Rio Verruga, porém, não foi concretizado. Experiências já existem no projeto, por parte de alguns compradores de lotes — se utilizaram da debilidade organizativa de alguns produtores, implicando esta situação em diversos conflitos na área, com ameaça de morte bem como, retirada do lote de algumas lideranças do PA — como são capitalizados, já utilizam esse sistema.

Figura 19  
Plantação de Mandioca no PA Amaralina (2002)



Fonte: Pesquisa de Campo: Madalena Noronha, 2002.

O modo de organização da produção, no interior do projeto, atualmente é bastante diversificado. Os produtores agregados ao MST se orientam pelo modelo de associativismo e desenvolvimento da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Esta procura articular as demandas e as potencialidades regionais, do desenvolvimento sócio-econômico, das famílias dos assentados, através do setor de produção e comercialização, estimulando às diferentes formas de cooperação, integração na produção, comercialização, obtenção de crédito e melhoria de infra-estrutura.

A Cooperativa Regional do Sudoeste (COPESUD), atualmente sediada em Vitória da Conquista, agrega quase todos os projetos de assentamentos do Município. Funcionando de

modo misto, tem como base, os modelos de cooperativas implantados em diversos estados da federação, onde o MST tem controle sobre a área. Estes modelos se diferenciam quanto à perspectiva de aplicabilidade das categorias terra, capital e trabalho.

No Assentamento Amaralina, a Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Amaralina Ltda (COOPAA), funciona com base no modelo de prestação de serviços, denominada na nomenclatura do MST como Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS). Com investimento em comercialização, linha de produção e implantação de unidades de processamento para beneficiar a produção. Quanto a terra e o capital, o controle da cooperativa só incide sobre a sobra do lucro e na busca de recursos, as unidades produtivas continuam com as famílias que só se organizam em torno do serviço por ela prestado. Um dos produtores assim assimilou:

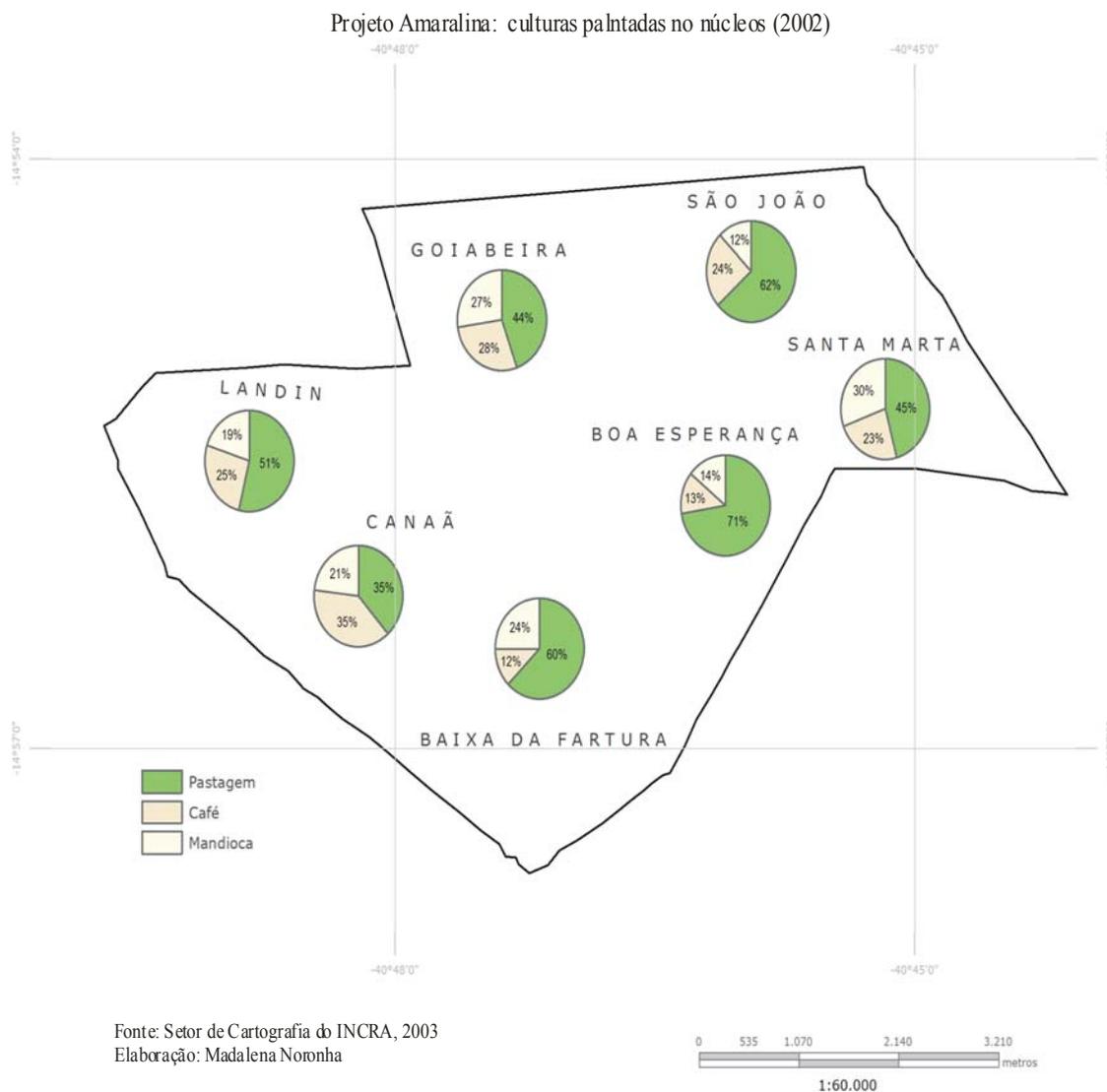
Agora esta melhor, somos os donos, somos nós que decidimos o que fazer e o que plantar. Antes nós dependíamos da CAR e da prefeitura para dar tudo. Parece até que nós éramos mendigos, esperando um dinheirinho dos créditos, minguido, e ainda tinha que prestar contas de tudo. Não se podia nem comprar uma TV com este dinheiro, porque se não era punido, não recebia o outro crédito. (informação verbal, 2002).

Nos demais projetos da Região o controle é da própria cooperativa, o capital social é subdividido em quotas-parte, o restante é parte investimento se tornando em capital de giro e manutenção dos equipamentos. O trabalho tanto ocorre através das unidades familiares como nas unidades centralizadas. A cooperativa organiza todo o trabalho, cada núcleo coloca à disposição a mão-de-obra necessária. Outra forma diferente operada é o assalariamento dessa mão-de-obra, incorporando um associado para cada posto de trabalho, necessário para viabilizar a produção. O plano de produção é centralizado e definido pelos associados através de planejamento, dando prioridade a pauta de produção tanto em Amaralina como nos demais projetos.

A figura 20 revela que em 2002, a pecuária extensiva, atingiu níveis altíssimos no interior de cada núcleo no PA Amaralin. A exceção do núcleo Canaã que manteve um equilíbrio, destinando percentuais iguais (35%) para as culturas do café e pastagem e (21%) para a mandioca. O núcleo Goiabeira, apesar de utilizar 44% para a pastagem quase manteve também um equilíbrio nas culturas da mandioca (27%) e do café (28%). Também há exceção

para os núcleos de Boa Esperança com (71%) da área destinada à pastagem seguida do São João (62%) e Baixa da Fartura (60%).

Figura 20



Isto nos faz lembrar o relato de uma grande liderança do PA (Noemi) logo no início da ocupação quando a fazenda tinha dois estábulos — muito bem equipados, com algumas cabeças de animais do antigo proprietário — e os acampados exprimidos em um pedaço de lona, ou mesmo, de baixo das árvores. Ela assim se expressou: “Quem manda aqui neste terreno são as vacas, elas são mais gente do que nós, elas têm casa, comida, dormida e os vaqueiros pra paparicar” (informação verbal, 1987). Abaixo uma figura com área de pastagem e plantio de mandioca.

Figura 21  
PA Amaralina área de pastagem (2002)



Fonte: Pesquisa de Campo: Madalena Noronha, 2002.

Figura 22  
PA Amaralina: plantação de café (2002)



Fonte: Pesquisa de Campo: Madalena Noronha, 2002.

### **6.1.2 Educação, Saúde, Saneamento e Habitação no PA Amaralina**

No início da ocupação, a assessoria do projeto em 1987, através de um diagnóstico na área de saúde e educação com os assentados, identificou que mais de 80% desta população era analfabeta, as crianças em idade escolar, estavam fora da sala de aula. Os índices de verminoses de doenças epidemiológicas, respiratórias e desnutrição nas crianças e nos idosos, em geral, eram altíssimos. Nesse sentido, foram articulados diversos órgãos no sentido de garantir a implementação tanto de escolas, como de um posto médico no assentamento,

compreendendo que essas políticas quando potencializadas tornam-se um instrumento de recomposição física, moral e política do cidadão.

Depois de um grande seminário com participação de 20 órgãos ligados à saúde, educação, saneamento, agricultura e movimento social, foi assinado um convênio “guarda-chuva” entre a prefeitura municipal e SURED, para atuação no projeto. No convênio foi acertada uma proposta para treinamento dos assentados, que tinham melhor escolaridade para dar aulas no assentamento. Para tanto, se trabalhou uma proposta metodológica mais voltada à ação popular, garantindo-se a elaboração do material didático pela equipe de alfabetizadores da SURED. Foram implantadas duas salas de aula de ensino fundamental multiseriadas e uma sala para alfabetização de adultos.

Atualmente, no PA Amaralina, existem seis escolas com nove salas de aulas, sendo três destas vinculadas ao MST, localizadas nos núcleos da Baixa da Fartura, Canaã e Landin. O acompanhamento pedagógico tem como base a orientação do setor de educação do MST, segundo o método de Paulo Freire, porém, o material didático é convencional. Segundo a professora Dulce “na maioria das vezes esse material não é utilizado, pois se distancia muito da realidade dos assentados” (informação verbal, 2002). As figuras abaixo mostram a unidade escolar da Baixa da Fartura, turmas de Alfa e seriadas.

As turmas em funcionamento atendem desde o pré-alfa à 4ª série, com turma de 1ª a 4ª de forma multiseriada, funcionando em dois turnos, com quatro professores, atendendo todas as crianças em idade escolar. As três outras escolas funcionam como escolas isoladas, nos núcleos São João, Goiabeira e Santa Marta, a sistemática de funcionamento é a mesma, a única diferença é que estas não estão vinculadas ao MST e sim a FETAG. Os professores são contratados pelo regime normal através da Secretaria de Educação Municipal (SEC). As escolas estão inseridas no Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por isso, partes das famílias estão inscritas em alguns programas do governo federal tais como: bolsa escola vale gás, merenda escolar, material didático, dentre outros.

Os projetos existentes no município vinculados ao MST têm como prioridade à educação de crianças e adultos. Em média, 95% dos PAs têm unidades de ensino, atendendo as mesmas diretrizes do assentamento Amaralina. Existe um convênio com a UESB que

contempla o ensino fundamental e médio em apenas um ano, os assentados recebem aulas durante uma semana a cada mês e continuam os estudos dirigidos através de módulos. Figuras com Unidade Escolar, arte dos alunos e alunos turma Seriada e Alfa.

Figura 23  
PA Amaralina: Núcleo Baixa da Fatura



Fonte: Pesquisa de Campo: Madalena Noronha, 2002.

Figura 24  
PA Amaralina: Arte dos alunos Núcleo Baixa da Fatura



Fonte: Pesquisa de Campo: Madalena Noronha, 2002.

Figura 25  
PA Amaralina: alunos da Turma Seriada Núcleo Canaã (2002)



Fonte: Pesquisa de Campo Madalena Noronha, 2002

Figura 26  
Alunos da Alfa e 1ª série Núcleo Landin (2002)



Fonte: Pesquisa de Campo Madalena Noronha, 2002

Os projetos existentes no Município, vinculados ao MST têm como prioridade, a educação de crianças e adultos. Em média, 95% dos PAs têm unidades de ensino, atendendo as mesmas diretrizes do assentamento Amaralina. Um convênio entre a UESB e o MST contempla o ensino fundamental e médio em apenas um ano, os assentados recebem aulas durante uma semana a cada mês e continuam os estudos dirigidos através de módulos. As figuras 25 e 26 são turmas Seriadas, Alfa e 1ª série.

Ainda com base no diagnóstico, se identificou que estas famílias, não tinham nenhum acompanhamento médico. As crianças eram as mais afetadas, o número de mortalidade materna no Projeto, superava os índices do Município de Vitória da Conquista. Um fato muito grave, para as mulheres era a opção de interrupção da gravidez provocada por ervas e outros instrumentos caseiros, com alto índice de óbitos.

Através também de um convênio grada-chuva entre a DIRES e a prefeitura foi montado um posto médico para primeiros socorros e visita domiciliar de um médico clínico, com atendimento uma vez por semana.

Esta unidade de primeiros socorros não existe mais, e estes em geral recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em pesquisa comparativa, recentemente, se identificou que a mortalidade materna continua com índices muito altos. Os assentados admitem que o maior *déficit* existente no assentamento é a baixa qualidade de vida, provocada pelas péssimas condições sanitária, falta de água para o consumo humano e de assistência médica em geral.

Apesar de existirem seis poços tubulares instalados no PA Amaralina todos com vazão de 402 m<sup>3</sup> estes, em sua grande maioria, não vêm funcionando. Uns porque são salinizados e não há recursos para compra de desalinizadores. Outros, não têm bomba. A água para consumo humano se constitui de fato, num grande problema para os assentados, influenciando diretamente na saúde destes, como já evidenciado nesta pesquisa.

A cooperativa do MST, elaborou um projeto de aproveitamento da barragem do Landin — é um dos únicos lugares onde a água não é salinizada — para abastecimento do PA Amaralina, estando essa aguardando a liberação dos recursos via um convênio INCRA, CAR através do Projeto PRODUZIR. A sistemática de distribuição da água para as residências, vai ser a mesma da Embasa, com implantação de hidrômetro, sendo que a Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Amaralina Ltda. (COOPAA) é quem vai gerenciar esse processo. Figura 27 ilustração da barragem inclusive, sendo utilizada pelos moradores para lavagem de sucatas, e utensílios domésticos.

Figura 27  
PA Amaralina: Barragem do Landin (2002)



Fonte: Pesquisa de Campo, Madalena Noronha, 2002.

Comparando o padrão habitacional e as condições de habitabilidade com os demais assentamentos existentes do Município, estas são bastante heterogêneas, e se diferenciam de assentamento para assentamento no interior de todos os PA. Em Amaralina, Mocambo, Etelvino Campos e União, os parceleiros fizeram opção pela construção da moradia dentro do próprio lote Segundo Amélia e Vitória, moradoras de Amaralina, analisando a situação da moradia afirmam que: “é bem melhor se morar no lote porque se está mais perto da criação e se trabalha mais, porque tudo fica no quintal e nem a casa é uma caixa do fósforo, quem vier dorme” (informação verbal, 2002).

As figuras 28 e 29 demonstram dois padrões de residências no PA Amaralina — embora ambas dentro dos lotes — existem casas com ótimos padrões e outras carecendo de toda infra-estrutura habitacional e sanitária. A maioria não tem água canalizada, banheiro interno e nem fossa. Pela escassez de água potável, estes ficam na dependência de poços e cacimbas tanto para o consumo humano, como para as atividades domésticas.

Os assentados de outros Projetos como Lagoa Caldeirão e Cipó, fizeram opção pela estrutura de agrovilas — isto é, as residências ficam fora dos lotes —. Mas este fato, não modifica a situação de desnível nas próprias agrovilas, algumas têm água canalizada, fossa séptica — fator que permite a estes, melhor qualidade de vida, — enquanto outros são totalmente precários. O que os torna vulneráveis em qualidade de vida. As figuras 30 e 31 apresentam a situação nas agrovilas com e sem infra-estrutura.

Figura 28  
PA Amaralina: Residência com infra-estrutura (2002)



Fonte: Pesquisa de Campo, Madalena Noronha, 2002.

Figura 29  
PA Amaralina: residência sem infra-estrutura (2002)



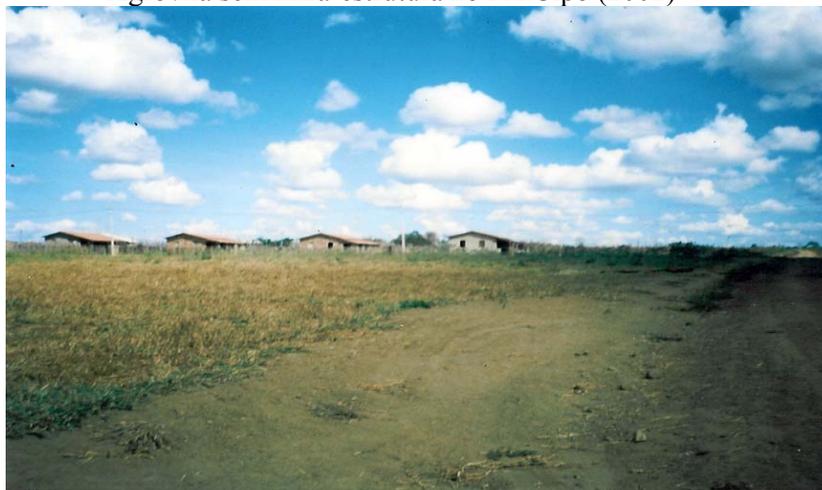
Fonte: Pesquisa de Campo, Madalena Noronha, 2002.

Figura 30  
Agrovila com infra-estrutura no PA Lagoa Caldeirão (2002)



Fonte: Pesquisa de Campo, Madalena Noronha, 2002.

Figura 31  
Agrovila sem infra-estrutura no PA Cipó (2002)



Fonte: Pesquisa de Campo, Madalena Noronha, 2002.

O lixo no PA Amaralina é incinerado ou enterrado no próprio quintal —, aliás, a coleta e destinação do lixo, é um dos grandes problemas para a saúde destes assentados. Em que pese morarem na zona rural, não obstante, o lixo gerado, não é só orgânico, constatou-se na pesquisa, muitos plásticos e vidro amontoados nos arredores das residências, o que significa um consumo bastante urbano. Sem condições reais para o descarte, pois não existe coleta por parte da prefeitura, este lixo vai se acumulando, causando danos à saúde e ao próprio solo, no processo de incineração. Quando perguntado aos moradores o que fazem do lixo orgânico — sobras de alimentos, folhagens etc.— estes responderam que não aproveitam na adubação da terra, ou seja, enterram. Como já frisado nesta pesquisa, a grande maioria destes tomou cursos sobre agricultura orgânica. Mas a direção orientada, desde a época da intervenção da CAR foi ao sentido de utilização da agricultura química.

## 6.2 OS ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESPACIAL NO PA AMARALINA

Ao definirmos o Projeto de Assentamento Amaralina como área de estudo específica, tendo como objetivo principal, a análise da produção e gestão desse espaço visto o modelo implantado pela CAR, significou entender que a estrutura de uma produção espacial não é somente um adensamento de objetos e nem meros reflexos imediatos da sociedade, é

simultaneamente um processo impactante sobre o futuro do mesmo, o que vai ser denominado por Milton Santos (1996), um processo de inércia dinâmica.

Significa também, entender que a crescente acumulação das formas espaciais, modeladas pelos agentes do capitalismo contemporâneo — tende sempre em escala global e local — ao produzirem a totalidade do espaço, este se converte, no lugar da reprodução das relações sociais de produção, maximizando a acumulação do capital, tanto através da reprodução simples como, da ampliada.

Nesse sentido, coube ao aparelho de Estado — composto pela uma “tríade tutelar” CAR, Prefeitura local e INCRA — como produtor do processo dessas relações no projeto Amaralina, constituírem um comitê executivo, gerenciador deste PA, sendo esta tríade a própria força da coesão interna. Porém, quando se trata de compreender as determinações da natureza de classe do aparelho de Estado, sua configuração, seus níveis decisórios e as funções que os diversos centros do poder cumprem, sejam como produtores de decisões, sejam como organizadores políticos dos interesses das classes e frações dominantes, ela é amplamente ambígua.

O aparelho do Estado lembra Nicos Poulantzas (1977), não se esgota no poder do Estado. O Estado apresenta uma ossatura material própria, que não pode de maneira alguma ser reduzida simplesmente à dominação política. Sendo assim, a função de mediação que este aparelho desempenhou, através de suas atividades administrativas, burocráticas e rotineiras na produção desse espaço, adquiriu uma importância decisiva no tocante a forma e estrutura, capaz de permitir um processo de combinações entre os agentes de produção e, mais originalmente, com as relações de poder desses no quadro de cada unidade de produção, tendo como uma das conseqüências as diferentes frações no interior do PA.

Em que pese às avaliações feitas por um corpo teórico da CAR, refletindo os efeitos econômicos, negativos do PRRA, elaborando análises reducionistas que se centravam apenas na escassez de recursos creditícios, ausência de planejamento e falta de conhecimento teórico da equipe técnica que operacionalizava a política — distributiva<sup>1</sup> — do PNRA e PRRA. Entretanto, este corpo técnico, numa combinação desastrosa, se limitava a operacionalizar o

---

<sup>1</sup> Destinada a retomada do crescimento econômico e garantir a segurança alimentar da população. Os exemplos históricos demonstram que a garantia da segurança alimentar, só vem sendo conquistada com o apoio da agricultura familiar.

modelo instrumental e metodológico do órgão financiador o PAPP, que entre outras medidas, afirmava que o papel da reforma agrária, não era de restaurar a produção agropecuária brasileira, mas, necessita de uma política macroeconômica para manter o bom desempenho e destinava-se, tanto aos latifúndios como a uma expressiva quantidade de produtores, integrados e outros que consigam acompanhar o processo modernizante. O fato é que, a discussão fundamental sobre o modelo pré-estabelecido e o papel da pequena produção na agricultura brasileira, — no processo de desenvolvimento do capitalismo — bem como, o sentido atual da reforma agrária e da realidade do assentamento, não foram encarados, prática por esta equipe técnica nem nas reflexões teóricas, nem tampouco na sistematização.

Além desses aspectos, o modelo jurídico do PRRA, sempre se constituiu num grande entrave à sua perspectiva de ampliação, este foi um projeto implantado a mercê da capacidade produtiva e de garantia da sustentabilidade, em longo prazo.

O que se percebe nesta fase do projeto formal, quando se define a organização do espaço, parece que a preocupação é resumida em caber o máximo de parcelas, isto é de famílias assentadas, em cada projeto. Não há nenhuma preocupação visível com relação à tendência de crescimento destes projetos. Nem tampouco à dinâmica interna gerada por esta organização e sua vinculação com seu exterior. Todavia o mais grave é que a organização do espaço se define *a priori* em função do modelo de exploração agrícola, sem haver uma adequação entre eles. (GERNANI, 1993, p. 618). (Tradução nossa).

Um fato que não pode deixar de ser observando com relação às mudanças ocorridas por estes trabalhadores se refere ao conceito de propriedade, ou seja, esta luta não se reduzia apenas ao enfrentamento do latifúndio contra a concentração da terra, mas foi fundamentalmente, uma luta por um novo sistema de organização social e econômica da produção agrícola. Os níveis de reivindicações, não se restringiam a pulverização antieconômica da terra, elas apareceram de forma multifamiliar e incorporadas de alternativas viáveis ao não fracionamento da propriedade. Portanto, a terra estava dotada de uma ambigüidade fundante que vem de suas peculiaridades, como instrumento de produção e das peculiaridades do trabalho que a torna produtiva.

A implantação do PRRA em Vitória da Conquista e a efetiva ação no Projeto Amaralina por parte dessas instituições, de uma maneira, ou de outra, implicou em mudanças de caráter estrutural, no tocante ao modo de produção desse espaço, planejado *a priori*, para

torná-los pequenos produtores viáveis economicamente, mesmo com demandas imediatas e como já afirmadas nessa pesquisa, em caráter assistencialista com políticas puramente compensatórias.

Esse processo experimental em nome de uma unidade política dos explorados no campo é o que José de Souza Martins (1981), vai chamar de exclusão integrativa. Por longo tempo a dimensão institucional do Estado, articulou essa convergência, assumindo o poder real, injetando recursos, e tentando assim, manter as rédeas da situação. Estes produtores no cotidiano foram obrigados a formatar múltiplos arranjos dentro dessa lógica do Estado.

A Situação real hoje, de alguns produtores é a capitalização negativa, ou uma descapitalização em relação à sua situação inicial. Por exemplo, experimentaram certo declínio na situação patrimonial — sem se considerar a terra — Ou seja, venderam bens — especialmente gado e implementos agrícolas e os próprios equipamentos de uma das casas de farinha mecanizada — para compensar fases ruins no assentamento.

A principal fonte de capitalização era o crédito PROCERA, e o financiamento do PAPP. Segundo avaliação de um técnico que acompanha o projeto ao longo de sua implantação, a maioria, não obteve ganhos para investir na própria unidade produtiva, poucos adquiriram bens, — excetuando-se imóveis — como, por exemplo, na compra de gado, mas obtém baixa capitalização. Parcela muito pequena, em torno de 20% destes produtores tiveram aumento do patrimônio, verificando-se aí uma diferenciação na capacidade de reprodução econômica no interior do próprio projeto.

Em termos de ativos reais das famílias, algumas têm tido um bom indicador no desempenho da produção familiar — excluí-se os ativos financeiros — outras, recrutam assalariados. Mas o ativo patrimonial incorporado em equipamentos, benfeitorias, e máquinas — meios de produção — não é alto. O que significa dizer, que não vem acontecendo um processo de investimento e acumulação na própria agricultura. Situação motivada pelo Estado, — como já afirmada nessa pesquisa — que desde o início da ocupação, direcionava os créditos para investimentos em capineiras e matrizes de búfalos, em detrimento da compra de equipamentos e melhoria de tecnologias. Sendo dessa forma, quase inviável garantir a reprodução ampliada na agricultura.

Sem entrarmos no mérito da discussão que versa sobre a transferência da titulação da terra por parte do INCRA aos produtores. Ao analisarmos a real condição de capitalização destes, podemos inferir que esta se tornaria mais significativa se incluíssemos a própria transferência da terra como patrimônio. Como nenhum deles recebeu os títulos, ficam incorporadas ao seu próprio patrimônio familiar as benfeitorias realizadas pelo INCRA/CAR e MST, sobretudo, de outras instituições governamentais existentes no assentamento.

A renda média mensal, gerada pela maioria dos produtores, além de ser sazonal é muito baixa, no máximo dois salários mínimos por família. Desta forma, o tipo de investimento empreendido ao longo dessas intervenções, aliado o direcionamento da política do governo federal para a agricultura, por um lado, vem direcionando, através, de diversos mecanismos uma tendência a proletarização rural e por outro lado, em menor escala, o programa de reforma agrária pelos motivos já mencionados, não vem revelando eficácia na promoção do desenvolvimento rural do município.

A existência de mecanismos de integração no mercado é bastante deficiente, além desses produtos não serem de boa qualidade, também não há centralização da comercialização e tampouco, esses estabelecem relações com toda cadeia produtiva. O que revela que o PA não vem contribuindo para o aumento da produção alimentar, na Região como pretendido.

Um aspecto relevante, diz respeito ao grau de autonomia política de parcelas desses produtores, quanto suas potencialidades no processo mobilizatório — via hierarquia do MST —, como fruto do confronto da dinâmica das relações de poder interno, adquirida, pela forma de gestão do Movimento. Apesar de menos da metade do universo de 211 famílias, aproximadamente só 60 destas, estarem organicamente vinculadas ao MST. No entanto, estes empreendem uma rede de movimento, formados por pequenos grupos e indivíduos que compartilham de uma identidade coletiva e de uma cultura do Movimento, com mensagens simbólicas e lutas que desafiam os padrões dominantes, configurando novas especialidades na estrutura agrária do Município

A própria estrutura subjacente à política agrária e agrícola do país, define as funções que ambos os estratos de produtores devem assumir, uns associados e consolidados com o sistema vigente e outros dissociados em atritos.

A representatividade destes assentados é materializada sempre em associações, sindicatos ou cooperativas. A conquista do espaço social é a própria *gênese* de classe, concebido como um conjunto de relações de forças objetivas que se impõem. A hierarquia interna, para os produtores vinculados ao MST define as posições ocupadas pelas lideranças nos assentamentos, nas diferentes escalas e demandas tais como: construção de princípios, organização da produção, controle sobre os recursos, organização e enfrentamento na busca de novas ocupações de terras.

Esta posição ocupada pelas lideranças por um lado, faz surgir um *lócus* de concorrência no interior do espaço social e por outro, permite que estas adquiram e acumulem formas de capital diferenciadora em níveis culturais e de *status*.

Este é um campo em que se tecem as relações de poder, para se estruturar a partir de uma distribuição desigual, “de um ‘capital social’, este *Quantum* social que define a posição que o agente ocupa é também a possibilidade de ganho num campo determinado” (BOURDIEU, 1996, p.130).

O que também ficou claro, é que os produtores agem e decidem em situações estruturantes no interior dos PA, visto os seus interesses particulares — estejam estes vinculados ao MST ou mesmo a outros grupos — como foi o caso da venda de uma casa de farinha e a venda de lotes, onde a associação não foi consultada para opinar sobre estas decisões desses grupos. Essa nova cultura política, diz respeito aos valores que os indivíduos e grupos desenvolvem em relação ao seu projeto e a área pública. De uma forma geral, está presente no comportamento dos indivíduos e grupos sociais, como ação política e expressa as representações incorporadas pelos indivíduos ao longo da trajetória de suas experiências individuais e coletivas.

Todo o processo que o MST vem promovendo em torno de ocupações de terras, desde o surgimento de Amaralina, que segundo Vitória uma produtora que reside no PA expressou assim, o seu sentimento: “ela é a mãe de todos os Projetos da Região, aqui começo tudo, ela é o início da construção” (informação verbal, 2002). Este vem desenhando elementos dentro de uma nova configuração territorial, estruturando instrumentos de comunicação e uma efetiva territorialidade, em média assentou 1.038, famílias, ocupando espaços materiais e simbólicos. A figura 32 localiza geograficamente os Projetos de Assentamentos existentes no Município de Vitória da Conquista.

Mas em que pese à importância dessas lutas do MST na mobilização para ocupação de terras, entretanto, a estrutura fundiária da Região Sudoeste continua praticamente inalterada considerando-se a porção de terras ociosas existentes —como já analisada no capítulo 5— e as que foram desapropriadas para fins de reforma agrária, 16.998 hectares representando apenas 0,5% do universo destas terras.

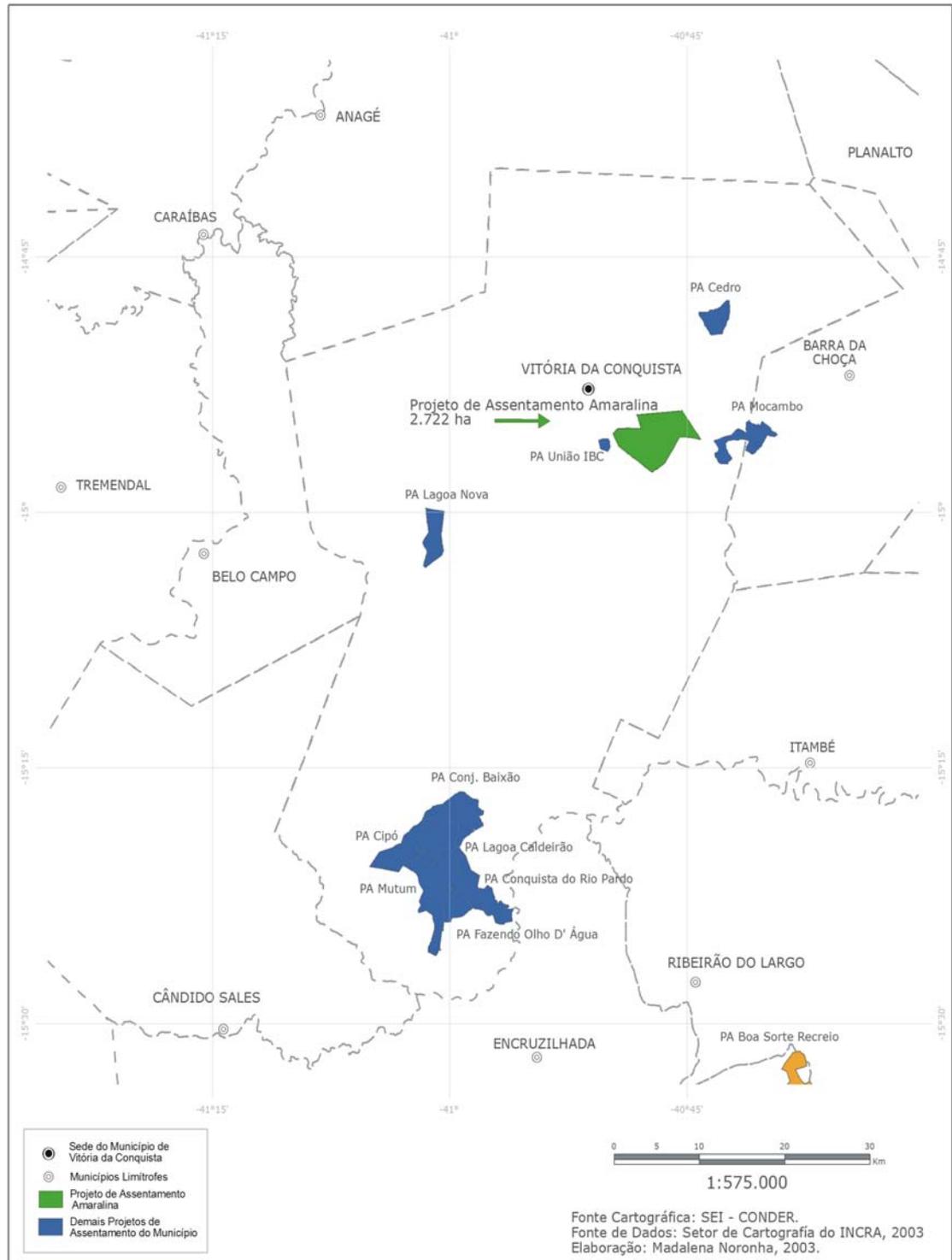
As intenções dos órgãos governamentais, quando instruíram um projeto modelado no viés da reprodução econômica, sobretudo, com base na exploração individual e controle político, donde sua retirada implicou na perda da tutela e ingerência na pauta de produção, — fato refletido por um produtor que reside no PA quando da entrevista, afirmou “que agora eles são independentes, não tem mais quem controle”. (informação verbal, 2002). Não obstante, a essa reflexão, todos os frutos foram semeados em médio e longo prazo haja vista, a tendência do modelo produtivo destes assentados direcionando suas pautas de produções para a pecuária cultivando a monocultura e individualizando suas ações.

As análises dos dados apresentados na tabela 19 conferem a forte tendência da maioria destes produtores a investirem na pecuária, tal qual os grandes proprietários, o que nos alude duas hipóteses. A primeira é de que o lote já não é mais o local de moradia para muitos e sim uma propriedade agrícola. Sendo assim, os princípios da reforma agrária norteados no processo de seleção, sobretudo, o de permanecer no lote e criar condições sócio-espacial, de uma cultura organizativa do movimento, para consolidar uma comunidade de assentados e de pequenos produtores, está totalmente descaracterizada; a segunda é que há uma inversão de valores, com relação à agricultura organizada, com base na subsistência familiar, na medida em que, a família passa a morar no centro urbano da cidade de Conquista já não faz parte das atividades do trabalho cotidiano em seu lote, e a produção deste, passa a estabelecer relações de assalariamento.

No capítulo 7, estaremos fazendo considerações gerais acerca do movimento de “modernização”, da penetração do capitalismo no campo brasileiro e seus antagonismos análogos, para entender que o PNRA e PRRA, não se distanciaram de um modelo apregoadado — historicamente na agricultura — de **expropriação e fragilização** da pequena produção. Compreendendo que a visão sobre a posse e uso da terra dos produtores do Projeto Amaralina

fazem parte da dinâmica geral dos mecanismos de reprodução desigual do modo capitalista de produção

Figura 32  
Projetos de Assentamentos em Vitória da Conquista (2002)



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos orientou para duas escalas de análises, com delimitações espaciais e temporais distintas, mas análogas às relações estruturais. Uma diz respeito a pesquisa documental, onde se delineou os modelos sócio-estruturais, implementados ao longo da formação territorial brasileira. Analisando-se, sobretudo, as características fundamentais da estrutura agrária sob o desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Fatores estes, que historicamente, foram estruturantes á implantação de um projeto de reforma agrária no Brasil, cujo, foi assumido pelo Estado em 1985, através de PNRA.

A outra se refere ao estudo de uma situação específica — vivenciada *in lócus* pela pesquisadora — no Projeto de Assentamento Amarlina, quando da implantação e operacionalização do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), que foi alvo de intervenção de maneira planejada inicialmente pela CAR, INCRA, prefeitura local e, posteriormente pelo MST, ações estas, norteadoras de um modelo de produção e gestão desse espaço. O estudo se pautou no contexto das ações empreendidas no PA — desde a sua ocupação de 1987 até o ano 2002 —.

Estes elementos agregados, de formas contextualizadas com nas propostas do PNRA e da estrutura fundiária do Município de Vitória da Conquista, nos permitiu conferir através da pesquisa as conseqüências desses modelos propostos, tanto no que concerne a capacidade de reprodução econômica destes trabalhadores, quanto seu papel enquanto sujeito social ativo.

O modelo de desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura brasileira desde o sistema de Sesmarias, ao se estruturar sempre determinado pelo antagonismo de duas grandes classes sociais no agro: os grandes possuidores de terras e os despossuídos, constituiu profundas desigualdades na distribuição territorial, demarcando ritmos diferenciados — **contraditórios e combinados** — na produção do espaço agrário. O Censo Agropecuário de 1920, apontou os desníveis acentuados entre os estratos de classe menor que cinco como os grandes detentores de terras, em sua grande maioria, ociosas.

O Município de Vitória da Conquista, historicamente, assumiu importante papel na economia do Estado, como produtora de café e pecuarista, se assemelhando à estrutura

fundiária da Bahia. Com elevado números de estabelecimentos e pouca porção de terras, se enquadra uma inexpressiva maioria dos produtores. Enquanto poucos estabelecimentos concentram grande porção de terras, estas destinadas à pecuária e a manutenção das terras produtivas em descanso. Ficando evidente a tendência do Município para três variantes, a **pecuarização**, a **especulação** e a **fragmentação** da pequena produção.

A modernização na agricultura brasileira, baseado na forte articulação entre a indústria e a agricultura, vem se realizando sob a dependência do processo produtivo agrícola com utilização de máquinas, implementos e insumos industriais, permitindo a aplicação desses capitais no campo. Isso se verificou, não só através de investimentos em terra — fenômeno particularmente significativo na última década —, mas também pelo crescente controle da produção, do beneficiamento e da comercialização dos produtos agropecuários, pelo capital industrial, fazendo com que a agricultura passasse a ser o elemento de circuito de reprodução desse capital.

Como fruto concreto de um período de alta intervenção do estado na agricultura e nas políticas sociais, assistiu-se o processo de ocupação territorial, via projeto de expansão na fronteira Amazônica e Mato-Grossense, com grandes distribuições por parte do Estado, das terras indígena, para os grandes grupos do capital nacional e internacional. O INCRA distribuiu 21 títulos definitivos, com módulos acima de 100 hectares para estes segmentos.

Diante de todos os investimentos na grande agricultura, ocorreu a expansão dos produtos agrícolas para a exportação — café, cana-de-açúcar, soja, laranja. — e da grande pecuária, quase sempre em detrimento dos produtos alimentícios, que deveriam se destinar ao consumo interno.

A pesquisa também nos permitiu afirmar, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, aponta as faces estruturais no campo, abrindo assim, possibilidades para a recriação das unidades familiares e do trabalho assalariado, com predomínio absoluto da contratação temporária, nos estabelecimentos agrícolas acima de 1.000 hectares.

O processo de expropriação da terra atua dentro da lógica contraditória, se por um lado, os posseiros expropriados buscam mecanismos das retomadas suas terras e garantem na posse da mesma, o espaço como meio de produção fundamental. Por outro lado, na década de

1990, 60% dos pequenos agricultores, estava em processo de proletarização, como consequência foi alterada o caráter das relações de produção, ampliando-se o regime de assalariados, e de trabalhadores autônomos, mas estes perderam sua autonomia e converteram-se em semi-assalariados.

O Estado, a despeito da manutenção da classe dominante, empreendeu historicamente grandes mecanismos de **ação direta**, fosse através dos instrumentos de caráter repressivo — como nos casos do enfrentamento secular, através das milícias estaduais, contra os movimentos sociais — ou mesmo através dos instrumentos jurídicos como a Lei de Terras de 1850 — que instituiu a forma de propriedade da terra medida pelo mercado — ; dos atos constitucionais a exemplo da Constituição de 1946, que transformou as indenizações por desapropriações para os latifúndios em pagamento **prévio e justo em dinheiro** — promovendo um verdadeiro acúmulo de riqueza para estes — ; como também no Estatuto da Terra, de 1964, — instrumento manipulador, dos trabalhadores do campo — e mais recentemente, em 1985, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Esses aparatos institucionais, estruturados historicamente no Brasil exigiam medidas de reparação na estrutura fundiária. Fomentado pela grande articulação de setores da sociedade civil e pelo próprio Estado, através do governo Sarney, foi implantado o primeiro Plano Nacional de Reforma. Em que pese o exercício da pactuação do governo com alguns setores do movimento sindical e da classe média, para viabilizar o Plano. Não obstante, este pacto não se fazia necessário, pois o mesmo não passou de um projeto **produtivista e compensatório**, sendo apenas, um instrumento auspicioso que tentou melhorar os moldes de consolidação das relações capitalistas no campo, sem efetivamente modificar a estrutura agrária concentrada. O que resultou no cumprimento de apenas 6% de suas metas.

No conflituoso jogo das forças estruturadas no PA Amaralina, destaca-se a atuação do CAR, INCRA e da prefeitura local, como agentes desse processo na produção e gestão desse espaço. Pois é, na intervenção governamental sobre o uso e ocupação de territórios, como gestor e impulsionador de mudanças que o poder sobre o espaço se manifesta de forma mais abrangente.

A CAR, enquanto órgão gestor do PRRA em Amaralina, apesar de se fazer presente nesse espaço, em curto tempo, mas, o suficiente para deixar as forças sociais que estavam fora

dela, em relações conflituosas. Sendo ela a própria representação do estado, articulou a diversidade das relações e as temporalidades vividas por estes segmentos, subsumindo as determinações de seus tempos e do seus ritmos. A sobrevivência dos trabalhadores passou a se constituir como elementos de subalternidade, ocasionando a multiplicidade do sujeito e a pluralidade de situações enfrentadas de forma particular, por cada um deles.

Tanto os indicadores averiguados *In lócus*, quanto os pesquisados através de entrevistas no PA Amaralina — com os trabalhadores e técnicos —, nos permitiram constatar os esforços da “**triade**” tutelar — CAR, INCRA e Prefeitura local, — para definirem um projeto que se consolidasse no Município de Vitória da Conquista, como um grande centro abastecedor de produtos agrícolas, modernizando relações de produção, através de forte aplicação de recursos, para compra de equipamentos agrícolas. Não foi cumprido enquanto meta, porque em sua essência, não poderia fugir a lógica combinada e desigual das relações capitalistas do campo brasileiro, que direciona suas políticas de forma atomizadas e no máximo o que permite para a pequena produção e a diferenciação e o fracionamento interno, promovendo trabalhadores capitalizados e trabalhadores fragilizados. Sendo esta a situação real do Projeto Amaralina.

Mas, se antes era o braço impositivo do Estado, que pretendia torná-los viáveis economicamente —, ou seja, pequenos capitalistas —, a qualquer custo, haja visto o planejamento verticalizado pela CAR onde os trabalhadores foram orientados a ocuparem, em 1978, 57% de suas terras, para a atividade da pecuária. Hoje a pesquisa nos revela uma forma de direção impositiva também, nas relações comandadas pelo MST — modelador de assentamentos rurais —, cujo propósito discursivo é obtenção da coesão social do grupo e controle por parte dos trabalhadores dos meios de produção, bem como suprimento do mercado, através de diversas culturas. Mas no município de Vitória da Conquista, a experiência vem se dando em outra dimensão. O modelo produtivo existente é com base no assalariamento e na perda do controle dos meios de produção, através das cooperativas de produções. Os fatos vêm sinalizando ser esta estrutura reprodução da CAR, na medida em que, há também um controle político no assentamento e um direcionamento à pecuária extensiva, com parcela destes ocupando em 2002, 71% destas áreas com esta cultura.

Essas contradições das relações capitalistas — **combinado e desigual** — estão também reveladas em outros aspectos na produção no projeto Amaralina. Se considerarmos

os dois elementos motrizes, de viabilização da pequena produção como a força de trabalho familiar e a terra de trabalho, podemos configurar duas situações diferentes na mesma fração desse espaço. Uma se dar na contratação de trabalhadores assalariados — mesmo que inicialmente temporários e depois permanentes — por parte de alguns produtores em média 20% destes. Fato este, que os coloca no processo de pequenos capitalistas, na sua forma mais concreta de reprodução para o capital e neste caso, a terra se torna um instrumento de exploração do trabalho alheio. A segunda é composta pela grande maioria destes produtores, grande parte dos produtos não gera excedente e se destina ao consumo individual, é a unidade familiar não capitalizada por isso, o capital não se reproduz em escala ampliada. Os assentados do Projeto Amaralina, em média 80%%, tem renda negativa sendo, inclusive, menor que a média nacional dos assentados.

Do ponto de vista geral, o ganho econômico destes, está aquém do planejado no modelo implantado. Fatores como, supressão de créditos específicos para estes segmentos e a inexistência de mecanismos de integração no mercado, aliada a debilidade técnica, são na verdade, os principais elementos norteadores do índice de capitalização negativa no projeto Amaralina.

Na formação do território dos assentados no PA Amaralina, o processo de produção do espaço organizado por eles e outros agentes, através da construção de formas espaciais, resultaram na valorização desse espaço, ocorrendo vantagens para uns e desvantagens para outros. Mas para Milton Santos (1978, p.145) {...} O espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura **subordinada e subordinante**”. (grifo nosso) .É como as outras instâncias, o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia”. Desse modo, novas identidades se constituíram, fundando um comportamento de legitimidade ou, de deslegitimidade frente à rugosidade, provocando nos sujeitos subordinados numa vivência de ruptura.

Por fim, convém ressaltar que os movimentos sociais devem ser entendidos, pois como um processo de luta e de gestão da identidade coletiva, dos grupos sociais específicos, em permanente montagem de construção. E, em certas condições, é possível que os “desejos latentes” possam ser arregimentados e que os atores possam lutar coletivamente em função de seus interesses materiais e simbólicos. E nesse sentido, a questão fundiária e a demanda agrária no Brasil, são sínteses de um problema social e político, o que legitima a luta dos

trabalhadores não apenas por terra, mas, por um projeto amplo de mudanças estruturais. A dinâmica dos movimentos sociais, principalmente do MST, através dos ciclos de ocupações são os principais catalizadores de mudanças sociais e como tal, devem ser parte das lutas nacionais pela equidade entre as classes sociais excluídas.

As colocações sobre as expectativas e resistência da maioria dos assentados do PA Amaralina, no início da ocupação, eram de sonhos e desejos, o que os mobilizou, para grandes conquistas desde a posse de terra, ao engajamento nas lutas sociais. Hoje, em que pese à fragmentação de seus lotes e a diferenciação sócio-econômica — por vezes muito grande — essas famílias vêm lutando, antes de tudo, por um projeto de vida digna e sustentável. E é justamente esse projeto, esse **horizonte** e perspectiva de um futuro melhor que os tornam historicamente, sujeitos de suas ações.

Penso que construir um viés metodológico conclusivo, como verdade absoluta, onde abranja questões tão complexas, como os moldes de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e o próprio caráter desta nas relações sociais, é sem dúvida, uma insensatez apressada de julgamento, de uma realidade em movimento. Mesmo na busca de um longo alcance teórico e empírico, que requerem inferências científicas de grande solidez, se não construída por métodos e procedimentos explicativos, corre-se o risco de simplesmente justificar fatos ou fenômenos ocorridos de forma atemporal, e a *priorística*, se tornando uma teoria indeterminada. E nesse sentido, a perspectiva teórico-metodológica dessa pesquisa, buscou a análise dos fenômenos ocorridos no tempo e no espaço, contextualizando o papel sócio-econômico e cultural dos sujeitos históricos.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A terra e o homem no nordeste*. São Paulo: Lech, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BAHIA. *Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA*. Salvador. MIRAD, 1986.
- BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- BECKER, Berta K; CHISTOFOLETTI, Antônio; DAVODOVICH, Fany, R.; GEIGER, Pedro P. (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Tradução Mariza Corrêa. São Paulo: Papirus, 1995.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Informações básicas dos municípios baianos*. Sudoeste. Salvador, 1994.
- COMISSO PARTORAL DA TERRA: *Assassinatos no campo*. São Paulo, 2002. Disponível em: <[HTTP://www.cpt.org.br](http://www.cpt.org.br)>. Acesso em: 18 março de 2002.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Programa de desenvolvimento rural sustentável Sudoeste da Bahia*. Salvador, 2000. Não publicado.
- COSTA, Wanderley. Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, s/data.
- DEMO, Pedro. *Metodologia e ciências sociais*. São Paulo: Athas, 1992.
- DOIMO, Ana Maria. *A trama das redes movimentalistas e o papel das ONGs*. In: A vez e a voz do popular, movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. São Paulo: Relume-Dumara, 1995.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- GERMANI, Guiomar I. *Cuestión agraria y asentamiento de población en el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra - Bahia, Brasil (1964 – 1990)*. 1993. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de Barcelona.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 2ª. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. *Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil*. In: Geografia e meio ambiente no Brasil. CARLOS, Ana Fani; *et al* (Org.). São Paulo: Hucitec, 1995.

GONÇALVES, Neyde M. Santos; SILVA, M. Auxiliadora da; LAGE, Creuza Santos. (Org.). *Os lugares do Mundo a globalização dos lugares*. Salvador: Mestrado em Geografia/Departamento de Geografia/UFBA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: FIBGE. 1940; 1970; 1980; 1990; 1994; 1995.

\_\_\_\_\_. *Anuário estatístico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

\_\_\_\_\_. Disponível em: < <http://www.cidra.gov.br> >. Acesso em: 13 janeiro 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Superintendência Regional da Bahia. *Relatório do ano de 1998, 2002*. Salvador, 2003.

\_\_\_\_\_. Superintendência Regional da Bahia. *Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA*. Salvador: INCRA, 1986.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 16 outubro 2002.

JUNIOR, Caio Prado. *A Revolução Brasileira*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

LAKATOS, E. M; MOACIR, M. A. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Athas, 1991.

LAGE, Creusa Santos. *Refletindo sobre o projeto de pesquisa em geografia*. Salvador: Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências /UFBA, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*. São Paulo: Lech, 1981.

\_\_\_\_\_. *A reforma agrária e os limites da democracia na nova república*. São Paulo: Hucitet, 1986.

\_\_\_\_\_. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Kal. *O capital*. Tradução Ronaldo Alves Schmitd. 6ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MEDEIROS, Ruy. *A greve dos trabalhadores na cultura do café*. In Caderno do Ceas, Salvador, nº 70, p. 43-55, novembro, 1980.

MINISTÉRIO DE REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO – MIRAD; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *1º Plano nacional de reforma agrária da nova república - 1º PNRA (1985 – 1989)*. Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_. *Evolução de estrutura agrária no Brasil*. Brasília, 1987.

MORAES, A. R. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1987.

NASCIMENTO, Antonio Dias. *Organização de base: a reivindicação da participação popular*. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

NUTINE, Gugo, G. & Bell, Betty. *Parentesco ritual: estrutura y evolución histórica del sistema de conpadrazo em la tlaxcala rural*. México: Fondo de Cultura Econômica: 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. In: Novos cominhos da geografia. (Org.). CARLOS, Ana Fani. A. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Nelson. *Reforma agrária na transição democrática: a abertura dos caminhos à submissão institucional*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PERANI, Cláudio. *Pastoral popular e assalariados rurais*. In Caderno do Ceas, Salvador, nº 89, p. 107-120, 1980.

POULANTZAS, Nicos. *O estado em crise*. Tradução Maria Laura Viveiros de Coutos. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SAMPAIO, Aloysio. *O que é a reforma agrária*. São Paulo: Fulgor: 1962.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço técnica e tempo, razão e emoção*. 2ª ed. São Paulo; hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil - Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SILVA, J. Francisco Graziano da. (Coord.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no campo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec: 1981.

\_\_\_\_\_. *O que é a reforma agrária*. São Paulo: Brasiliense: 1981.

SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária brasileira*. Campinas São Paulo: Abra, 1996.

SILVA, Sylvio B. de Mello e; SILVA, Bárbara Christine N. Silva. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: Mestrado em Geografia/Departamento de Geografia/UFBA, 2003.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, S. B. de Mello e. (Org.). *Novos estudos de Geografia urbana brasileira*. Salvador: Mestrado em Geografia/Departamento de Geografia/UFBA, 1999.

VASCONCELOS, Maria Madalena Noronha. *Uma abordagem sobre os impactos das ações do Estado no projeto Amaralina*: Vitória da Conquista/Ba. Salvador: CAR, 1994. Não publicado.

VEIGA, José Eli. *A reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil*. Petrópolis Rio de Janeiro, 1960.

## **APÊNDICE A – Delineamento Metodológico do Projeto de Pesquisa**

## APÊNDICE A — Delineamento Metodológico do Projeto de Pesquisa

### 1 CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS SEGUNDO SUA NATUREZA E RELAÇÕES

Estado  
 ( Re)configuração Territorial e Valorização do espaço  
 Processo de Produção  
 Trabalhador  
 Espaço Geográfico  
 Movimentos Sociais no campo

### 2 DELIMITAÇÃO OPERACIONAL DAS VARIÁVEIS

#### **Estado**

Dimensão Política/Institucional  
 Papel do Estado e das instituições  
 Diretrizes governamentais e institucionais  
 Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA)

#### **Produção**

Dimensão Social e Econômica  
 Reprodução ampliada do capital  
 Extração da renda da terra  
 Circulação do capital  
 Reprodução da força de trabalho  
 Valor da produção e tecnologias utilizadas

#### **Movimento social e classes sociais**

Dimensão Sócio/Política  
 Nível de organização social  
 Correlação de forças interna e externa  
 Principais hierarquias das lideranças sociais  
     Identidade e exclusão  
     Territorialidade

Capital simbólico

**Trabalho/capital**

Dimensão Sócio-Produtiva  
 Relações de trabalho  
 Escala da produção  
 Valor da produção  
 Créditos  
 Venda e valor da força de trabalho

**Categorias do espaço geográfico**

Lugar  
 Território  
 Região  
 Paisagem  
 Lugar

**Categoria do espaço geográfico**

Tempo  
 Espaço

**Dimensão Sócio/Política e ambiental**

PNRA  
 PRRA  
 MST  
 CPT  
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conquista  
 Igreja  
 Associação dos Trabalhadores de Amaralina (ALFA)  
 Condições da evolução recente, das forças do mercado, dirigida ou planificada  
 Papel do poder público  
 Valor do solo e nível de especulação imobiliária  
 Relação campo-cidade  
 Impactos ambientais e consciência ambiental

## **Distribuição dos objetos materiais e simbólicos no espaço do PA Amaralina**

Poços tubulares  
 Represas  
 Riachos  
 Rios  
 Barragens  
 Estradas vicinais  
 BRs e BAs  
 Casas de farinha  
 Escolas  
 Casas comerciais  
 Área de lazer  
 Posto médico  
 Estábulo  
 Capineira

### **3 PLANO DE AMOSTRAGEM**

As unidades que compõem a amostra foram intencionalmente escolhidas pela pesquisadora, partindo do princípio de que a amostra represente a estratificação do universo da população da área objeto da pesquisa.

### **4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DA PESQUISA**

<b>TÉCNICAS</b>	<b>INSTRUMENTOS</b>	<b>FONTES/INFORMANTES</b>
Pesquisa bibliográfica		Jornais, bibliotecas, arquivos públicos, Instituições.
Pesquisa documental		Livros, revistas, arquivos,

Observação indireta	Entrevistas	Teses, Dissertações. Pergunta abertas: Instituições públicas e privadas, ONGs, etc.
Observação direta	Entrevista	Pesquis-Ação com lideranças e técnicos.

## **5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS**

Após a obtenção dos dados, foram adotadas as técnicas de expurgos, codificação, tabulação, análise e interpretação do conteúdo, donde se fez a opção por abordagem quantitativa para análises estatística e qualitativa para associação dos dados recolhidos. Foram utilizados os recursos cartográficos, fotografias, além do relatório consolidado das diversas fases da pesquisa.

## **APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista do Projeto Amaralina**

## APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista do Projeto Amaralina

### **1 PODERIA FORNECER SEUS DADOS PESSOAIS ENFATIZANDO A COMPOSIÇÃO DA SUA FAMÍLIA?**

1.1. Nome do assentamento:

1.2 Tamanho (assentamento, lote, área coletiva ou individual?)

1.3 Nome do entrevistado:

1.3 Local e data de nascimento (idade opcional):

1.4 Que cidade ou estado se originou?

1.5 Quanto tempo tem no assentamento/ acampamento?

1.6 Composição familiar (quantidade de filhos, ou componentes da família)?

1.7 determinar a hierarquia e a posição do entrevistado na família (pai, mãe, filhos e outros):

1.8 verificar situação civil do entrevistado (casado, solteiro, viúvo, desquitado, companheiros):

1.9 quantos membros da família moram efetivamente no assentamento/acampamento?

1.10 de que forma vivem, ou de que vivem os que moram fora do assentamento?

### **2 COMO FOI SUA TRAJETÓRIA DE VIDA, DESDE SEU NASCIMENTO, E DE SUA FAMÍLIA (ATÉ ANTES DE SER ASSENTADO), DESTACANDO OS LUGARES QUE MORARAM E A SITUAÇÃO DO TRABALHO:**

2.1 Origem familiar (do campo ou da cidade, expropriado do campo)?

2.2 Lugares onde moraram com quem moraram como viveram, e por quanto tempo?

2.3 Lugares que trabalharam, qual tipo de trabalho exerceram, e por quanto tempo?

### **3 QUAL ERA A CONDIÇÃO/SITUAÇÃO DE VIDA DA FAMÍLIA QUE ANTECEDEU A INSERÇÃO (ENTRADA) NO MOVIMENTO, DESTACANDO A QUESTÃO DA MORADIA, DOS BENS QUE POSSUÍA NA CASA, DO TRABALHO E DA ESCOLARIDADE?**

- 3.1 onde estavam morando antes da entrada no assentamento (localização)?
- 3.2 quantas pessoas moravam neste local?
- 3.3 situação de moradia (alugada, própria, cedida, casa de familiares)
- 3.4 número de cômodos
- 3.5 paredes (alvenaria, com reboque, sem reboque, pintada, lona)
- 3.6 cobertura (laje de concreto, telhado de telhas, de barro, de palha)
- 3.7 energia elétrica (rede geral, “gato”sem medidor, não possui)
- 3.8 saneamento básico:
- 3.9 água encanada (ou água provém de poço, cisterna, nascente, rio)
- 3.10 instalação sanitária (banheiro, fossa)
- 3.11 destino do lixo (coletado, queimado, enterrado, jogado em outro local)

#### **4 O QUE POSSUÍAM CASA, UTENSÍLIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, ETC.)**

- 4.1 casa para morar
- 4.2. utensílios domésticos: fogão, geladeira, televisão, antena de televisão, rádio ferro de passar roupa, ventilador, liquidificador, chuveiro interno, filtro de água, sofá, cama para todos da família, mesa e estante e computador com impressora e internet, Identifique outros)

#### **5 ONDE TRABALHAVAM, O QUE FAZIAM**

- 5.1 Empregado?
- 5.2 que tipo de emprego/trabalho?
- 5.3 onde? (estabelecimento e localização)
- 5.4 desde quando?
- 5.5 carteira assinada (desde quando)
- 5.6 Trabalho autônomo. Qual? Onde? Desde quando?
- 5.7 Bico Qual? Onde? desde quando?
- 5.8 Aposentadoria?

5.9 Pensionista?

5.10 Outro tipo de renda: ajuda de parentes, esposa, filhos?

## **6 ESCOLARIDADE ANTERIORAO ASSENTAMENTO**

6.1 quantos membros da família estavam estudando e em que série?

6.2 localização das escolas onde estudavam: como era o deslocamento para escola?

6.3 quantos sabiam ler e escrever?

6.4 escola pública municipal ou estadual?

6.5 turno que estudavam: matutino, vespertino, noturno?

6.6 quantos membros da família não freqüentavam escola?

6.7 porque não freqüentavam a escola?

## **7 COMO SE DEU A SUA INSERÇÃO (ENTRADA) NO MOVIMENTO? E QUAIS AS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA SUA ENTRADA NO MOVIMENTO E PARA LUTAR PELA POSSE DA TERRA?**

7.1 O que pensava do movimento antes de ter contato com o MST?

7.2 De que forma entrou em contato com o MST, ou como teve conhecimento do movimento?

Através de amigos, parentes ou vizinhos?

7.3 Com quem foram os primeiros contatos com o MST, e como foram estes primeiros contatos?

7.4 Quando passou a integrar o movimento: data ou situação do contexto?

7.5 Por que resolveu trocar a vida que tinha pela vida no Movimento?

7.6 Quais foram as principais motivações para inserir (entrar) no movimento?

7.7 Como foi a sua decisão de ocupar a terra?

7.8 Veio com a família toda ou veio só?

7.9 Como foi e quando foi a ocupação?

7.10 Como foram os primeiros dias depois da ocupação?

7.11 Como foi ficar na barraca com a família?

7.12 Como foi que ocorreu o despejo?

7.13 Que significou conquistar a terra, passar de acampamento para assentamento, o que mudou? (diferença de vida)

7.14 O que significou passar da barraca para a casa, o que mudou?

7.15 Se pudessem voltar atrás no tempo faria tudo de novo, entraria no movimento, ocuparia a terra, ou se arrependeu? (o que faria diferente?)

7.16 Como ficaram as relações com as pessoas do antes do movimento (amigos, parentes)?

7.17 Hoje em dia quem são seus companheiros e amigos?

## **8 QUAL É A CONDIÇÃO/SITUAÇÃO DE VIDA DA FAMÍLIA HOJE NO ASSENTAMENTO, DESTACANDO A QUESTÃO DA MORADIA, BENS QUE POSSUI, NA CASA, O TRABALHO E A ESCOLARIDADE E SANEAMENTO BÁSICO**

8.1 situação da moradia É boa, ruim, péssima?

8.2 quantas pessoas moram na sua casa ou lote?

8.3 números de cômodos:

8.4 as paredes são de alvenaria, com/sem reboque, pintada, lona?

8.5 a cobertura é de laje, concreto, telhado de telhas, de barro, de palha?

8.6 como foram construídas as casas no assentamento (mutirão, projeto, etc)?

8.7 energia elétrica rede geral, gato, não possui

8.8 saneamento básico o que acha da necessidade para uma boa qualidade de vida?

8.9 tem água encanada ou a água provém de poço, cisterna, nascente, rio?

8.10 instalação sanitária: banheiro interno, fossa séptica?

8.11 como é feito o destino do lixo: coletado, queimado, enterrado, jogado em outro local?

8.12 mora no lote, ou fora dele?

8.13 quais os utensílios domésticos que possui: fogão, chuveiro, filtro de água, sofá, cama para todos da família, mesa e estante, geladeira, ferro de passar roupa, ventilador, liquidificador, televisão, antena de televisão, rádio, exemplifique outros.

8.14 coletivamente o que possui animais, sementes, trator, carro?

## **9 ATUALMENTE COMO E DO QUE VIVEM**

- 9.1 Trabalham no assentamento com a família?
- 9.2 plantação/criação individual e coletivo?
- 9.3 o que produz é para consumo próprio e o excedente como é vendido?
- 9.4 como é feita a divisão do trabalho no distribuição do trabalho no assentamento?
- 9.5 quantos dias trabalha na sua própria roça (horas por dia)
- 9.6 quantos dias trabalha no coletivo? (horas por dia)
- 9.6 como e qual é o trabalho coletivo?
- 9.7 quantos dias em outros trabalhos? (horas por dia)
- 9.8 trabalha fora do assentamento?
- 9.9 que tipo de trabalho?
- 9.10 onde: estabelecimento e localização?
- 9.11 desde quando?
- 9.12 carteira assinada, desde quando?
- 9.12 trabalho autônomo
- 9.13 qual?
- 9.14 onde?
- 9.15 desde quando? Bico? Qual? Onde? Desde quando?
- 9.16 Aposentadoria?
- 9.17 Pensionista?
- 9.18 Outro tipo de renda:ajuda de parentes, esposa(o), filho?

## **10 ESCOLARIDADE HOJE**

- 10.1 quantos membros da família estudam?
- 10.2 série que estudam e por há tempo estão estudando no assentamento?
- 10.3 turno em que estudam (matutino, vespertino, noturno)?
- 10.4 localização da escola (no assentamento), ou como é o deslocamento para escola?
- 10.5 escola pública municipal ou estadual?
- 10.6 quantos sabem ler e escrever hoje na família?

10.7 quantos membros da família não freqüentam escola?

10.8 por que não freqüentam?

## **11 LAZER**

11.1 qual o lazer dos adultos e das crianças no assentamento e fora do mesmo?

## **12 DE QUE FORMA TEM SIDO A MILITÂNCIA NO MOVIMENTO?**

12.1 exerce ou já exerceu alguma função de direção no movimento ou no assentamento?

12.2 qual?

12.3 período?

12.4 hoje em dia que tipo de trabalho contribuiu para o movimento?

12.5 desde que entrou no movimento participou de algum curso, encontro, evento, caminhada?

## **13 QUAIS SÃO SUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO? E QUAIS AS PERSPECTIVAS QUE VÊ PARA O ASSENTAMENTO?**

13.1 quais são suas perspectivas para o futuro, quais são os seus sonhos?

13.2 quais são as perspectivas para o futuro do assentamento?

13.3 gostaria de acrescentar, ou de mencionar alguma outra coisa que acha importante falar?